



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JOÃO VITOR GALANTE DORIGO

**TURISMO RURAL E CAMPESINATO:**  
EMBATES E POSSIBILIDADES NO MUNICÍPIO DE  
SAPOPEMA/PR

---

Londrina  
2023

JOÃO VITOR GALANTE DORIGO

**TURISMO RURAL E CAMPESINATO:**  
EMBATES E POSSIBILIDADES NO MUNICÍPIO DE  
SAPOPEMA/PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro.

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Dorigo, João Vitor Galante .

Turismo Rural e Campesinato : Embates e Possibilidades no Município de Sapopema/PR / João Vitor Galante Dorigo. - Londrina, 2023.  
118 f. : il.

Orientador: Sergio Aparecido Nabarro.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Turismo Rural, Campesinato, Modo de Vida, Embates. - Tese. I. Nabarro, Sergio Aparecido . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

JOÃO VITOR GALANTE DORIGO

**TURISMO RURAL E CAMPESINATO:**  
EMBATES E POSSIBILIDADES NO MUNICÍPIO DE  
SAPOPEMA/PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatiana Colasante  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Londrina, 14 de fevereiro de 2023.

*O turismo em espaço rural nada mais é que a apropriação, pelo turismo, de mais uma dimensão do espaço geográfico. Aliás, cabe perguntar: há espaços dos quais o turismo não pode se apropriar?*

(CRUZ, 2003, p. 20)

DORIGO, J. V. G. **Turismo Rural e Campesinato**: embates e possibilidades no município de Sapopema/PR. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

O escopo da pesquisa consiste na análise da relação do Turismo com os camponeses no município de Sapopema/PR. Localizado na região Norte do Paraná, distante cerca de 135 quilômetros de Londrina/PR, o município é atualmente considerado um importante polo turístico. Com diversas cachoeiras, trilhas e áreas de *camping*, Sapopema/PR atrai turistas do interior do Paraná e São Paulo. Seus principais atrativos são o Pico do Agudo, um dos pontos mais altos de toda a região do Norte do Paraná; o Salto das Orquídeas, conjunto de trilhas e cachoeiras, possibilitando a realização de *rapel* e a Fazenda Abaeté, voltada para o turismo rural. A atividade turística, atualmente considerada como uma prática social que envolve e movimenta pessoas e espaços, somados com o seu caráter transformador e excludente, ao ser realizada nas áreas rurais pode trazer consigo contradições, debates e possibilidades junto à classe camponesa. A problemática de como o Turismo influencia esses espaços, assim como de que maneira é visto pela população do campo e como influencia seu modo de vida é o grande teor deste trabalho. O modo de vida camponês, pautado no tripé família, terra e trabalho, difere da maioria das características do Turismo tradicional, atividade essencialmente capitalista e impactante por onde passa. A pesquisa também recorda que durante as últimas décadas, o planejamento e a gestão do Turismo vêm evidenciando práticas alternativas do mesmo, como o Ecoturismo, o Turismo de base comunitária e o Turismo em espaços rurais, que buscam e possibilitam olhares mais voltados para as comunidades locais. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é compreender como o Turismo nos espaços rurais de Sapopema/PR influencia o modo de vida camponês. O recorte espacial foi escolhido pela sua notoriedade no Turismo Rural na região e pelo ineditismo da abordagem da temática no município. O método de análise é a dialético aplicado aos pressupostos da Geografia Agrária e do Turismo dentro da ciência geográfica. A metodologia da pesquisa consistiu em levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo e conversas *in loco* com os camponeses e representantes do poder público municipal, afim de compreender melhor, através das diversas perspectivas, a dinâmica do Turismo no município. Os resultados obtidos podem confirmar a síntese de que o Turismo Rural é um segmento que necessita de dados oficiais mais consistentes e detalhados, pois os mesmos ainda são informais e incompletos. Por ser um segmento que tende a crescer, o Turismo Rural carrega consigo a lacuna de ser mais estudado e compreendido. Além disso, durante a pesquisa e contato com a realidade de Sapopema/PR, foi confirmado a intrínseca relação dos camponeses com as atividades turísticas realizadas no campo, onde a principal conclusão obtida é que essa relação é dialética: ora os camponeses influenciam a forma com que o Turismo Rural é desenvolvido no município, ora o Turismo Rural influencia no modo de vida camponês.

**Palavras-chave:** turismo rural; campesinato; Sapopema; modo de vida; geografia.

DORIGO, J. V. G. **Rural Tourism and Peasantry**: Clashes and possibilities in the municipality of Sapopema/PR. 2023. 118 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## ABSTRACT

The scope of the research consists in the analysis of the relationship between Tourism and peasants in the municipality of Sapopema/PR. Located in the northern region of Paraná, about 135 kilometers away from Londrina/PR, the municipality is currently considered an important tourist hub. With several waterfalls, trails and camping areas, Sapopema/PR attracts tourists from all over Paraná and São Paulo. Its main attractions are Pico do Agudo, one of the highest points in the entire region of Northern Paraná; the Salto das Orquídeas, a set of trails and waterfalls, allowing for rappelling; and the Abaeté Farm. The tourist activity, currently considered as a social practice, which involves and moves people and spaces, added to its transforming and excluding character, when meeting with rural areas and with the peasant class, can bring with it clashes, debates and possibilities. The problem of how Tourism influences these spaces, as well as how it is seen by the rural population and how it influences their way of life is the main content of this work. The peasant way of life, based on the tripod family, land and work, differs from most of the characteristics of traditional tourism, an essentially capitalist activity that impacts wherever it goes. The research also recalls that during the last decades, the planning and management of Tourism have been showing alternative practices of the same, such as Ecotourism, Community-based Tourism and Tourism in rural spaces, which seek and enable a more focused perspective on communities. locations. Therefore, the objective of the research is to understand how Tourism in rural areas of Sapopema/PR influences the peasant way of life. The spatial cut was chosen for its notoriety in Rural Tourism in the region, as well as for being a municipality where research with this theme has not yet been developed. To get to the main tourist attractions in the city, it is necessary to go through rural properties, an important fact that also influenced the study, because there the chance for residents to have tourist activity as an alternative source of income is very viable. The method of analysis is the dialectic applied to the assumptions of Agrarian Geography and Tourism within geographic science. The research methodology consisted of bibliographic surveys, field work and on-site conversations with peasants and representatives of the municipal government. The results obtained can confirm the synthesis that Rural Tourism is a segment that needs more concrete official data, as they are still very informal. As it is a segment that tends to grow in certain regions, Rural Tourism carries with it the dynamics of being studied and understood. In addition, during the research and contact with the reality of Sapopema/PR, the intrinsic relationship of the peasants with the tourist activities carried out in the countryside was confirmed, where the main conclusion obtained is that this relationship is dialectical: sometimes the peasants influence Rural Tourism, now Rural Tourism can influence the peasant way of life.

**Key words:** rural tourism; peasantry; Sapopema; lifestyle; geography.

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

<b>Organograma 01</b> – Porções do espaço geográfico sobre influência do Turismo .....	25
<b>Organograma 02</b> – Exemplificação das paisagens turísticas .....	27
<b>Organograma 03</b> – Representação do Turismo Rural.....	42
<b>Organograma 04</b> – Teorias clássicas do campesinato .....	48
<b>Organograma 05</b> – Abordagens contemporâneas do campesinato no contexto brasileiro.....	49
<b>Organograma 06</b> – Serviços oferecidos pelo Turismo Rural e atividades que podem ser praticadas pelos turistas .....	70
<b>Organograma 07</b> – Segmentos de Turismo encontrados em Sapopema/PR.....	87

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Aspectos positivos e negativos do Turismo.....	37
<b>Quadro 02</b> – As tipologias do Turismo nos espaços rurais.....	43
<b>Quadro 03</b> – Bases estruturantes do Programa de Turismo Rural no Paraná.....	77
<b>Quadro 04</b> – Bases estruturantes do Programa de Turismo Rural no Paraná.....	77

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Quantidade de estabelecimentos agropecuários e sua área ocupada no Brasil.....	61
<b>Tabela 02</b> – Distribuição dos imóveis rurais no Paraná: 1975 até 2017 .....	78

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> –	Regiões Geográficas do Estado do Paraná.....	73
<b>Mapa 02</b> –	Regiões Turísticas do Estado do Paraná.....	75
<b>Mapa 03</b> –	Localização de Sapopema .....	80
<b>Mapa 04</b> –	Distritos rurais de Sapopema/PR.....	95
<b>Mapa 05</b> –	Propriedades camponesas visitadas no distrito Vida Nova .....	98

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> –	Bandeira de Sapopema/PR.....	81
<b>Figura 02</b> –	Avenida principal de Sapopema/PR.....	84
<b>Figura 03</b> –	Lago de Sapopema/PR.....	85
<b>Figura 04</b> –	Prefeitura Municipal de Sapopema/PR.....	85
<b>Figura 05</b> –	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.....	88
<b>Figura 06</b> –	Pico do Agudo.....	92
<b>Figura 07</b> –	Salto das Orquídeas.....	92
<b>Figura 08</b> –	Fazenda Abaeté.....	93
<b>Figura 09</b> –	Sítio São Lourenço.....	99
<b>Figura 10</b> –	Espaço destinado ao turista no Sítio São Lourenço.....	100
<b>Figura 11</b> –	Prêmio do Sítio São Lourenço na Primavera Gastronômica.....	101
<b>Figura 12</b> –	Sítio Matias.....	102
<b>Figura 13</b> –	Cavalgada familiar proporcionada pelo Sítio Matias.....	103
<b>Figura 14</b> –	Espaço para <i>camping</i> no Sítio São Matias.....	103
<b>Figura 15</b> –	Fazenda Abaeté.....	105
<b>Figura 16</b> –	Sítio Santa Gertrudes.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Agência Estadual de Notícias
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
INVTUR	Sistema de Inventariação de Turismo
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social
OMT	Organização Mundial de Turismo
RIMT	Rede de Inteligência de Mercado no Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNT	Plano Nacional de Turismo
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>O TURISMO COMO ATIVIDADE SOCIAL NO ESPAÇO GEOGRÁFICO</b> .....	18
2.1	A TEORIZAÇÃO DO TURISMO E A SUA RELAÇÃO COM A GEOGRAFIA .....	18
2.1.1	O Território como Categoria de Análise para os Embates do Turismo e Campesinato .....	28
2.2	A TRANSFORMAÇÃO DO TURISMO EM INDÚSTRIA DO LAZER .....	29
2.3	O TURISMO RURAL .....	37
<b>3</b>	<b>O CAMPO E SUAS INTERRELAÇÕES COM O TURISMO</b> .....	45
3.1	A TEORIZAÇÃO DO CAMPESINATO .....	45
3.1.1	O Modo de Vida Camponês .....	52
3.2	AS MUDANÇAS E A INSERÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO.....	54
3.3	TURISMO E CAMPESINATO: NOVA ALTERNATIVA DE RENDA OU CONTRADIÇÃO?.....	60
<b>4</b>	<b>O TURISMO RURAL EM SAPOPEMA/PR</b> .....	68
4.1	DADOS DO TURISMO RURAL NO BRASIL E NO PARANÁ.....	68
4.1.1	O Turismo Rural no Paraná.....	73
4.2	FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR.....	79
4.3	A REALIDADE DO TURISMO EM SAPOPEMA/PR.....	86
4.4	A VIABILIDADE, OS IMPACTOS E AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO RURAL .....	93
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111

## 1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, ao se pensar em uma atividade atrativa, dinâmica e envolvente, pode-se recordar, dentre várias outras coisas, do Turismo, transformador de espaços, influenciador de culturas, modelador de relações, escultor de sonhos. A atividade turística carrega consigo todas essas características e muitas outras. Nesse sentido, é uma temática intrigante e que vem merecendo a atenção de estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, uma vez que envolve dimensões socioespaciais.

Os estudos acerca do Turismo foram se transformando e se abrangendo com o tempo, no sentido de compreender esse fenômeno a partir de olhares mais críticos e científicos. Em meados dos anos 1960, essa atividade deixa de ser vista como uma coisa somente prazerosa, simplista e tangível a poucos, para conotar um significado cada vez mais econômico, importante para a sociedade, no campo e na cidade, sendo assim um vetor de desenvolvimento, necessitando ser estudado e compreendido de forma mais profunda (RODRIGUES, 2006).

Segundo Netto e Nechar (2016), durante muito tempo, os estudiosos do Turismo utilizavam metodologias de análise sistêmicas e positivistas, limitando por muitas vezes um maior alcance na noção das diversas possibilidades que o Turismo poderia trazer.

Desse modo, o turismo demanda ser compreendido, reexplicado e interpretado, mais ainda, reinterpretado, para além da visão positiva com a qual tem sido marcado em seus estudos e investigações. (NETTO e NECHAR, 2006, p. 19)

Desde a consolidação da Geografia Crítica no final dos anos 1970, o Turismo começou a ser compreendido e estudado com outros olhos, a partir de suas contradições socioeconômicas. De acordo com Krippendorf (2009, p. 101), “o rápido crescimento do turismo, como também a mudança geral da estrutura e da mentalidade social deram lugar a uma nova visão, mais diferenciada, sobre o turismo”. Era o início de uma abordagem mais crítica acerca do fenômeno turístico nos diversos espaços do mundo, refletindo aonde e como o mesmo pode impactar na natureza e na sociedade. Aquela atividade, aparentemente inofensiva, que visava o descanso, a descontração e o lazer, transformara-se em uma grande potência de transformação do espaço, e os geógrafos, assim como profissionais de outras áreas do conhecimento, notaram isso.

Nesse viés, Cruz (2003) salienta sobre a intensa relação do Turismo com os diversos espaços existentes, sejam eles urbanos, rurais, muito ou pouco povoados, de grande ou pequena circulação de pessoas. O Turismo carrega consigo um caráter singular em modelar e captar os espaços para si. Um dos casos mais intrigantes é a relação do Turismo com o espaço agrário.

O nosso interesse pela temática da pesquisa deu-se por alguns fatos: o primeiro deles, por

simplesmente o mesmo trabalhar profissionalmente na área do Turismo, despertando assim um desejo de conhecer não apenas na prática, mas também teórica e cientificamente sobre esse fenômeno tão intrigante e importante; o segundo fato consiste no crescimento dessa atividade na contemporaneidade. Escuta-se sobre Turismo e suas diversas modalidades em todas as épocas do ano, em múltiplos lugares. “O que estaria por trás dessa atividade?”, “como ela acontece?” eram perguntas recorrentes para este autor. O terceiro fato provém de estudos passados do autor. Desde a graduação, o mesmo vem trabalhando com essa temática, demonstrando ainda mais interesse em sanar as dúvidas e compreender melhor o fenômeno turístico. Em 2018, no Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, o autor realizou sua pesquisa com o título: “Geografia do Turismo em Sapopema/PR”. E por fim, um quarto fato, que consiste na relação intrínseca do Turismo com a ciência geográfica. Segundo Cruz (2003), é inverossímil que a Geografia não se interesse pelo Turismo, fenômeno que atua, modela e transforma o seu principal objeto de estudo: o espaço. A Geografia e o Turismo têm muito para contribuir e acrescentar um ao outro. Sendo assim, pesquisar sobre o Turismo na ciência geográfica, suas possibilidades e seus debates mostraram-se ideal à esta pesquisa de mestrado.

Somou-se a esse interesse pelo estudo do Turismo a necessidade de encontrar um recorte da Geografia que também dialogasse e auxiliasse na pesquisa. A área escolhida para caminhar juntamente com os estudos acerca do Turismo foi a da Geografia Agrária. Portanto, os segmentos trabalhados na pesquisa serão o Turismo Rural e o Turismo nos espaços rurais.

Ao adentrar na discussão sobre o espaço rural, seria inviável não dialogar sobre o campesinato. Campesinato que também foi escolhido para ser um dos eixos principais desta dissertação; um referencial para a relação do estudo do Turismo aqui presente e o público alvo da parte prática (entrevistas, diálogos e convivência) do trabalho.

Sobre o campesinato e seu modo de vida, buscou-se uma compreensão do que são, mas mais do que isto, buscou-se uma relação entre os mesmos e a atividade turística na área rural do município de Sapopema/PR.

Os camponeses de Sapopema/PR residem basicamente em três distritos rurais do município: Lambari, São Luiz e Vida Nova. Nestes três distritos estão concentrados diversos atrativos turísticos de Sapopema. Procurou-se esclarecer, por meio de mapas, cada uma dessas localidades e seus principais espaços de visitação.

Os principais produtos agrícolas dos camponeses de Sapopema/PR são: café, milho, arroz, mandioca, feijão, banana, abacaxi e mamão. Sobre a pecuária, encontram-se criações de bois, cavalos, porcos, galinhas, carneiros e vacas. A maioria desses produtos é para consumo próprio dos camponeses.

Estando distantes cerca de 20 quilômetros da cidade, os camponeses de Sapopema/PR vivem literalmente um modo de vida tradicional, ancorada no tripé família, terra e trabalho. Na última década, o Turismo em Sapopema/PR começou a crescer consideravelmente, e até mesmo alguns camponeses da região iniciaram um processo de abertura de portas para receber os turistas em suas propriedades, visando assim uma fonte de renda alternativa para a família.

A partir de todo esse contexto e motivações, nasce então o título da pesquisa: *O Turismo Rural e o Campesinato: embates e possibilidades no município de Sapopema/PR*, que busca situar os leitores sobre essa relação do Turismo com o campo, podendo ser por algumas vezes pacífica, benéfica e bem aceita pelos camponeses, e outras vezes conflituosa.

A problemática central consiste na relação dialética entre o Turismo Rural e o modo de vida camponês, analisando as influências de um no outro. O encontro da atividade turística, essencialmente capitalista com o modo de vida camponês, pode causar conflitos? Como o Turismo Rural é visto e acolhido pelos camponeses? Essa atividade pode ser benéfica e ser uma alternativa de renda aos mesmos? Todas essas são perguntas que permeiam o eixo central da pesquisa e serão respondidas.

A pesquisa se justifica principalmente pelo fato de estar entre as primeiras investigações acadêmicas abordando sobre o Turismo no município de Sapopema/PR, podendo até ser utilizada futuramente e/ou em próximos projetos como embasamento para um Plano Municipal de Turismo ou um Plano de Turismo Rural. Somado também ao crescimento da busca pela região como atrativo turístico, mostrou-se necessário esse estudo para que as pessoas possam entender melhor sobre todas as faces do Turismo e sua atuação nas áreas rurais. Inclui-se aqui também a importância do trabalho para os camponeses, guiando-os para caminhos mais esclarecidos, orientando sobre as possibilidades e embates de acolher o Turismo em suas propriedades, e acima de tudo, dando vozes a esses sujeitos que muitas vezes não são consultados por gestores no planejamento do Turismo.

O objetivo geral da dissertação consiste então em analisar as dinâmicas socioespaciais causadas pela atividade turística no município de Sapopema/PR e suas implicações no campesinato, assim como, nesse movimento, compreender os embates e possibilidades dessa relação, como: possível descaracterização do modo de vida camponês, impactos no meio ambiente, transformação do meio rural causada pelo Turismo, entre outras. Diante disso, foram traçados alguns objetivos específicos, dentre eles: compreender a relação das famílias camponesas e agentes públicos com o Turismo Rural com o campesinato; realizar um levantamento de dados sobre os números do Turismo Rural em Sapopema/PR; entender o campesinato no município, por meio de algumas variáveis como renda, estrutura fundiária e mão de obra utilizada; sugerir um Plano de Turismo Rural para o município.

Pelo fato de trabalhar com o meio agrário e com a atividade turística como pontos principais, a pesquisa é realizada a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Afirma-se quali-quantitativa pelo fato de acompanhar-se a noção de Deslauries e Kérisit (2008) sobre a coleta e interação dos dados de análise da pesquisa.

Desse modo, os dados analisados para obter o resultado da pesquisa foram considerados todos como dados qualitativos. Porém, esses podem ser abordados tanto de uma maneira qualitativa, como de uma maneira quantitativa. Sendo assim, tem-se dados qualitativos analisados de forma qualitativa, e algumas vezes, dados qualitativos analisados de forma quantitativa.

Por se tratar de um trabalho que busca compreender a dinâmica do Turismo Rural, da vida camponesa, e depois, conectar esses conceitos explicando como determinado fenômeno acontece e quais são suas implicações, em ambos os lados, a pesquisa mostra-se como de caráter explicativo e exploratório. Os trabalhos de campo foram realizados nas áreas onde ocorre o Turismo Rural na região de Sapopema/PR e nas propriedades de camponeses que também fazem parte desse processo, onde o pesquisador buscou compreender melhor, por meio do estudo, da observação e do convívio para explicar essa relação.

Segundo Deslauries e Kérisit (2008), uma pesquisa qualitativa com natureza exploratória tem o caráter de familiarizar-se com as pessoas e com a situação envolvida, e os estudos sobre o campesinato caminham muito nesse âmbito, porque para se entender melhor o modo de vida camponês é necessária uma exploração assídua e uma aproximação *in loco*, vivenciando o seu dia a dia e o seu cotidiano.

A opção pelo método da pesquisa ser baseado na dialética se mostrou ideal para a situação. A dialética também se conecta diretamente com o estilo de vida camponês e suas lutas, onde não somente os grandes proprietários do meio agrário possuem força ou voz, mas também todas as pequenas famílias e os oprimidos. A linha de estudo da pesquisa, no seu desenvolvimento, buscou investigar todos os lados da relação e do debate, por meio do materialismo histórico.

A metodologia da dissertação, ou seja, o instrumento para se alcançar os objetivos traçados acerca da temática central se consistiu principalmente em alguns pontos: levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo no município de Sapopema/PR e entrevistas com os camponeses e agentes públicos da área do Turismo. Para se chegar até os principais atrativos turísticos no município, é necessário passar pelas propriedades rurais, dado importante que também influenciou o estudo, pois ali a chance de os residentes terem a atividade turística como uma fonte de renda alternativa é viável

Os trabalhos de campo foram realizados em dias úteis durante a semana, para encontrar os comércios em funcionamento e o trânsito de pessoas no município, e também em finais de

semana, nos quais a movimentação de turistas é maior. O público alvo traçado para as entrevistas da dissertação foram sete famílias camponesas que residem nos distritos do Lambari e Vida Nova. Buscou-se entrevistar as famílias que residem no caminho ou na região de determinado atrativo turístico. Os instrumentos de coletas utilizados foram as entrevistas abertas, sem muitas perguntas fixas e rígidas, para assim entender melhor a realidade da família camponesa. Também contribuiu com a pesquisa, por meio de vários contatos e diálogos, o secretário municipal de Turismo e Meio Ambiente. Por fim, deixa-se salientado que a dissertação, para maior facilidade e dinâmica de entendimento e leitura, está elaborada em 3 capítulos.

No primeiro, o intuito é entender que o Turismo é um agente modelador do espaço geográfico. Para tal, é compreendido sobre a atividade social que conhecemos por Turismo (como surgiu, quais suas motivações, qual o seu sentido e o porquê que é tão procurado). É feita uma ligação entre esse fenômeno e a ciência geográfica, a partir da qual percebe-se que o Turismo participa ativamente da Geografia, assim como se ganha visões mais ampliadas sobre as suas atuações no espaço, aonde e no que pode beneficiar e/ou prejudicar.

Também é abordado sobre o conceito “indústria do Turismo”, absorvendo assim a noção de que nos dias de hoje, o fenômeno turístico é cada vez mais arquitetado como algo que fantasia, manipula e principalmente, modela espaços e relações. Ainda por fim é abordado sobre o Turismo Rural, uma das modalidades crescentes e alternativas do Turismo. A intenção foi realizar um contraste para os leitores, proporcionando aos mesmos dois olhares: o de verificar o Turismo como uma atividade que por muitas vezes é considerado uma indústria, com um caráter essencialmente capitalista, excludente e apropriador; e o de compreender o Turismo como um fenômeno de desenvolvimento local, sustentável e alternativo, que pode ser realizado com consciência e sem tantos impactos ambientais.

No segundo capítulo, a intenção foi analisar o campesinato e seu modo de vida, assim como instigar a noção da importância desse povo, entendendo seu papel e o seu valor na sociedade. A inserção do capitalismo no campo e as mudanças que o mesmo gerou durante a segunda metade do século XX também são assuntos tratados no escopo desse capítulo. Isto posto, chega-se no contexto das atividades não agrícolas no campo, dentre elas, o Turismo.

O terceiro e último capítulo é a parte prática da pesquisa, na qual, por meio do trabalho de campo nas áreas turísticas e propriedades camponesas de Sapopema/PR, buscou-se as respostas das perguntas elaboradas no início do projeto de pesquisa. Também é realizado um breve histórico do recorte espacial, detalhando suas principais características. É exposta a realidade do Turismo na região, assim como a viabilidade do mesmo acontecer em meio ao modo de vida camponês.

## 2. O TURISMO COMO ATIVIDADE SOCIAL NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

### 2.1 A teorização do Turismo e a sua relação com a Geografia

Quando se pensa sobre o Turismo, são inúmeras as reflexões possíveis. Segundo as palavras de Knafo (2001, p. 62), “quando se fala em turismo, nem sempre é fácil saber a qual realidade se faz alusão. Ele é uma atividade que se repousa na turbulência das populações; sua análise corre um permanente risco de confusão”.

O fazer Turismo nunca se tornou uma possibilidade tão real e concreta para a população como observado na contemporaneidade. O convite para viajar, se aventurar, conhecer novos lugares e reservar um tempo para o descanso vem se evidenciando como uma prática que tende cada dia mais a fazer parte da vida dos indivíduos.

De acordo com Rodrigues (2002), o Turismo é um dos fenômenos mais expressivos das sociedades pós-industriais no sentido econômico, político, social e cultural, que vem se expandindo em nível planetário, seja na cidade, no campo, na praia, nos mares, nos ares e nos demais espaços que podemos imaginar. O Turismo representa uma das formas mais importantes de reprodução do capital e de influência nos espaços geográficos.

Sendo assim, temos como objetivo neste primeiro capítulo compreender mais profundamente esse tema que chama tanto a atenção da população na modernidade e a sua relação com a ciência geográfica, assim como adentrar em uma gama do fenômeno turístico em que nossa pesquisa está pautada: o Turismo Rural e suas possibilidades. Este entendimento é árduo e sempre está em movimento, pois o próprio Turismo vem se recriando com o passar do tempo. Em todas as suas perspectivas de análise, essa atividade carrega e promove dinâmicas econômicas e sociais, propondo sempre bons debates e interessantes estudos.

Seguindo o significado encontrado nos dicionários acerca do termo Turismo, nota-se que essa palavra provém do vocabulário francês *tour*, que significa “viagem; giro; dar uma volta” ou “ação/efeito de viajar” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2022). Nesse sentido, normalmente, quando se ouve a palavra *turismo*, a mente já associa ao ato de viajar, de sair de um lugar para outro, sempre com um objetivo específico. A cultura do Turismo está, portanto, inteiramente imbricada com o ato de deslocamento dos sujeitos.

Faz-se necessário, para melhor compreensão, ter uma definição geral para responder à questão: “o que é afinal, o Turismo?” Acompanhamos Cruz (2003, p. 4), na explicação:

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino;

esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

Essa definição geral, na qual vamos nos pautar durante a pesquisa, não é útil somente para auxiliar no sentido teórico do debate, mas, sobretudo, para se entender alguns aspectos práticos do Turismo, como no planejamento das cidades, na contabilidade dos turistas, na adoção de medidas de planejamentos, entre outros. O objetivo da OMT (Organização Mundial do Turismo), órgão mais importante e central dessa atividade, é o de conceder uma medida de entendimento de Turismo para todos.

A partir da definição da OMT inicia-se, aqui, o debate e teorização do Turismo relembrando alguns movimentos dos séculos passados. Ao analisar estudos sobre os deslocamentos dos povos primitivos da Idade Antiga, as viagens durante a Idade Média, as Grandes Navegações, verificou-se que todas essas ações também eram consideradas como deslocamentos de um lugar para outro. Como, então, pode-se afirmar precisamente quando o Turismo surgiu? Seria incerto e relativo, pois, como já mostrado, o Turismo é uma atividade dinâmica e pode ser visto com diversos olhares, dos quais se entenderá melhor no decorrer do trabalho. Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de reconhecer o Turismo como uma atividade organizada, ou seja, minimamente pensada e planejada. É evidente que todos os movimentos anteriores a essa organização são importantes e considerados pelas ciências que abarcam o Turismo em seu bojo de estudos.

Urry (2001) salienta que não se pode afirmar que não houveram viagens organizadas nas sociedades pré-modernas, mas que as mesmas eram um privilégio das elites. Na Roma Imperial, por exemplo, existia, para uma gama de pessoas da elite, um padrão amplo de viagens voltadas ao prazer e à cultura.

Desenvolveu-se uma infraestrutura de viagens, em parte propiciada por dois séculos de paz. Tornou-se possível viajar desde as Muralhas de Adriano até o Eufrates sem atravessar uma fronteira hostil. Sêneca afirmava que isso permitia aos habitantes das cidades procurar sensações e prazeres cada vez mais novos. (URRY, 2001, p. 19)

Já nos séculos XII à XIV, as viagens tornaram-se um amplo fenômeno, mais praticável e sistematizado, amparado por uma crescente indústria de redes de hospedarias e mantidas financeiramente por religiosos. Tais viagens, que se assemelhavam ao que conhecemos hoje por peregrinações, tinham como motivações uma mescla de devoções religiosas, cultura e prazer. (URRY, 2001)

Entende-se, portanto, acompanhando Urry (2001), que o Turismo como atividade organizada aparece mais claramente em meados do século XV, com excursões planejadas que iam de Veneza à Terra Santa. Deste momento em diante, a atividade vem se estruturando

exponencialmente, ganhando forma e significado, e sendo cada vez mais relacionada ao lazer, ao descanso e ao ócio.<sup>1</sup>

O Turismo é definido como uma atividade social. Sendo assim, ele precisa ser realizado, efetivado. O pensar Turismo é também o fazer Turismo. Ao restringir o paradigma em apenas pensar o Turismo, ele não seria o que é, ou seja, depende não apenas da teoria, mas também da prática. Outrossim, de acordo com Cruz (2003), o Turismo é antes de mais nada, uma prática social, que está enraizada e já faz parte da vida dos indivíduos.

Tal abordagem do Turismo, como prática social, facilita entender as suas consequências, tanto benéficas como as impactantes na sociedade e para o espaço, pois se o mesmo é considerado como atividade essencial e recorrente dos sujeitos, então, conseqüentemente, precisa ser analisado como fator que influencia a dinâmica social e a sociabilidade.

No contexto científico das últimas décadas, e, sobretudo por conta das transformações sociais, os campos dos saberes vêm tendo que se abrir cada vez mais para novos objetos de estudos, discussões inéditas e alvos diferentes de pesquisa. A ciência geográfica se insere nessa condição, englobando na sua ótica de análise as questões vigentes no espaço mundial e contemporâneo. Ora, a Geografia não é uma ciência estática, ela necessita sempre estar em movimento e se atualizando. Sendo assim, com o decorrer do tempo, é inevitável que se levantem novas conjunturas e novos padrões para serem estudados na sociedade, e a Geografia, por ser uma das ciências que estudam o espaço e a sua relação com o homem, carrega essa missão de abarcar novas análises. O Turismo entra nessa conjunção.

De acordo com o último relatório e estudo de Turismo a nível global, produzido pela OMT e lançado em novembro de 2019, foi constatado que essa atividade econômica/social chegou a 10 anos consecutivos de crescimento. Nesse ano foram 1,5 bilhão de turistas viajando em todo o mundo, e uma alta de aproximadamente 4% se comparado ao ano anterior, 2018. Esses dados oficiais nos amparam na afirmativa de como o Turismo vem se destacando e ganhando notoriedade nas últimas décadas. (OMT, 2019)

E de quem seria a missão de estudar o Turismo? Salientando que o mesmo é uma prática organizada e social, com alta demanda e crescimento contínuo, a atenção e as análises para com o Turismo transpassou apenas os turismólogos, e hoje é abarcada no meio sociológico, antropológico, filosófico, histórico e geográfico. Hoje o Turismo é um campo multidisciplinar.

Silva (2012) ressalta que as atividades ligadas ao Turismo são como descobertas feitas pela Geografia ao seu campo de estudo, e que muitos pesquisadores vêm se debruçando nessas

---

<sup>1</sup> Posteriormente será esclarecido melhor sobre essa relação e se a mesma dita o Turismo, ou seja, se é considerado Turismo apenas as viagens com objetivos de descanso e prazer.

questões. Tanto a contribuição metodológica como teórica que a Geografia proporciona ao Turismo é de grande valia.

O interesse da geografia no estudo do turismo reflete a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento econômico de regiões, o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade. (SILVA, 2012, p. 48)

As reflexões aqui contidas sobre a relação entre Geografia e Turismo estão, também, apoiadas em dois autores. Santos (2014), afirma que dentre as categorias fundamentais de trabalho da Geografia, o espaço é uma das mais importantes. Paisagem, território, lugar e região também fazem parte desse bojo. Para o autor, a Geografia encontrou no espaço o objeto central do seu estudo, pois o mesmo conota a relação entre o homem e o meio.

O espaço geográfico é definido por Santos (2006, p. 12) “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, ou seja, um espaço de relações entre a natureza e o homem. Dentro desse mesmo espaço podemos encontrar os conceitos de território, paisagem, região, entre outros. Em consonância, para Cruz (2003), o Turismo é uma das práticas sociais que consomem elementarmente espaço; que tem um caráter de atuar sobre ele. Sendo assim, acompanhamos a autora no questionamento: como a Geografia não irá se interessar por uma atividade que consome e atua sobre o seu principal objeto de estudo? É claro que o Turismo não é a única prática social que atua e interfere sobre o espaço geográfico, mas concorre com outras atividades nesse sentido.

O estudo do Turismo dentro da ciência geográfica não se interessará somente pela dimensão científica do fenômeno turístico, como por exemplo respondendo perguntas do tipo: quando e onde surgiu, por que surgiu, quais suas motivações e seus princípios, mas abarca principalmente a dinâmica socioespacial do Turismo, ou seja, a sua relação com o meio. O fenômeno do Turismo é uma ação exclusivamente humana, planejada, pensada e realizada pelos indivíduos, permeando então relações com o espaço geográfico. (RODRIGUES, 1997)

Isto posto, o estudo do Turismo pela Geografia não quer dizer que o mesmo cria novos territórios no espaço geográfico, mas sim que dentro da dinâmica socioespacial, tem a capacidade de ser um agente de transformação. Quando se afirma que o Turismo produz espaço, deve-se entender no sentido de uma apropriação do espaço já existente. Essa aptidão de apropriação que o fenômeno turístico tem é analisada pelas técnicas e métodos geográficos.

Nesse âmbito, recorre-se a Albach e Gândara (2011), onde é trabalhada a ideia de que o

espaço turístico depende do espaço geográfico, ou seja, a prática do Turismo necessita das estruturas existentes para ser realizado.

O turismo vale-se das características do espaço geográfico (urbano ou rural) para seu desenvolvimento, e pode contribuir para a (re)produção deste espaço, de acordo com as especificidades da atividade turística praticada. O espaço geográfico para ser um espaço turístico, deve considerar as informações de outras ciências (Economia, História, Sociologia, Antropologia etc.) para “delimitar” e caracterizar as atividades turísticas que são ou que serão implantadas. (ALBACH e GÂNDARA, 2011, p. 11)

Sobre essa apropriação e transformação do espaço pelo Turismo, é válido fazer alguns apontamentos. Cruz (2003), acertadamente, nos relembra que o Turismo é apenas uma parte de um imenso e intenso jogo de relações entre “espaço x as atividades que influenciam nesse espaço” (CRUZ, 2003, p. 12). Esse panorama existe e é estudado literalmente desde a gênese das ciências, e não é o Turismo que alterará isso, mas ele somará e entrará como mais um fator social contemporâneo que modela as cidades, o meio rural e a natureza.

O homem é um ser ativo, está na sua essência a necessidade de realizar ações sobre o meio, seja para suprir condições necessárias à sua sobrevivência, seja para adquirir novas formas de vivência, mais confortáveis e avançadas. A forma como o homem vive, por si só já é um processo de transformação do espaço geográfico (DORIGO, 2018).

O Turismo trabalha no espaço por meio da introdução de objetos e movimentos necessários para permitir o melhor desenvolvimento da atividade. Quando se salientou anteriormente sobre a apropriação do espaço, também se destacou, para melhor visibilidade, que o Turismo se apropria daquilo que determinado lugar já oferece (e porquê não, cria novos objetos, estabelecimentos, rotas e interações). Exemplos disso são: uma cidade que há alguns anos começou a receber turistas frequentemente e enxergou na atividade uma oportunidade de crescimento. Os mercados, farmácias, restaurantes e hotéis têm a tendência de serem absorvidos pelo movimento turístico, transfigurando assim o seu significado. Além disso, novos estabelecimentos e melhorias podem ser criados para atender esses turistas e suas demandas, como recapeamento de ruas e rodovias, manutenção da iluminação, embelezamento da cidade e dos pontos visitados, melhor sinalização, entre outros. Entende-se assim que o Turismo configura um novo espaço, num espaço já existente. (RODRIGUES, 2002)

Entendo que o Turismo é uma atividade que produz (mesmo quando se apropria sem transformar) um espaço. Valora uma determinada paisagem sem que haja uma intervenção para a produção espacial: olhar o céu – cheio de estrelas, o mar, os rios, a paisagem dos Andes, Alpes etc. Ou seja, trata-se da “vista” da paisagem sem que nenhuma transformação ocorra, pela intermediação da atividade turística diretamente naquele lugar. (RODRIGUES, 2002, p. 56)

Santos (2014) ressalta sobre a importância da discussão dos fixos e fluxos do espaço, teoria que se evidencia necessária nessa parte teórica da pesquisa. De acordo com o autor, o espaço é sempre formado de fixos e fluxos. Em suas palavras: “Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso junto, é o espaço” (SANTOS, 2014, p. 85). No presente caso, o fluxo que chega até as coisas fixas do espaço é o próprio Turismo, criando movimentos, dinâmicas e novas circulações, seja nas áreas urbanas ou rurais.

Esclarecendo esse pressuposto de que o Turismo configura um novo espaço num espaço já existente, Rodrigues (2002) ressalta que essa transformação espacial pode nem sempre ser visível ou notória aos olhos, mas mostra-se na maioria das vezes como uma mudança de funcionalidades da cidade e dos seus objetos. Algumas cidades não precisam obrigatoriamente alterar seu aspecto físico para receber o Turismo, conseguindo perceber a transformação do espaço mesmo assim.

Portanto pode não haver nenhuma transformação direta do território, mas há uma apropriação direta e/ou indireta e uma “produção espacial” simbólica – a beleza “natural”, ou a cultural. É evidente que quando se mudam algumas características do espaço – construindo observatórios, portos, transformando antigas casas em “pousadas, hotéis”, casas de “personalidades” históricas em museus etc., já temos uma transformação do espaço, mesmo que nada de “novo” tenha sido edificado. (RODRIGUES, 2002, p. 56)

A ciência geográfica tem como preocupação ímpar a compreensão das relações que influenciam o ordenamento dos espaços, e por esse motivo acompanha-se Cruz (2003) na noção de que nesse contexto de (re)criação de territórios turísticos é necessário ter muito cuidado. Esses novos objetos e essa nova ordenação dos territórios não podem ser lançados aleatoriamente, pois trariam consigo impactos sociais, demográficos e financeiros. A Geografia se atenta a este quesito.

De acordo com Cruz (2003), além dessa adequação dos espaços já existentes, o Turismo pode também abandonar e descartar outros. O princípio dessa afirmação parte do conceito que a autora utiliza de “atrativo turístico”. O Turismo é uma atividade que precisa ser atraente, chamativa. Além disso, é um fenômeno contemporâneo, que necessita estar atualizado, chamando a atenção dos indivíduos. Aquilo que era um atrativo turístico há 10 ou 5 anos, hoje pode não ser mais. Do mesmo modo, aquilo que atualmente atrai os turistas, em outros períodos não fazíamos ideia que podia o ser.

Considerando que o turismo é, antes de mais nada, uma prática social e que, portanto, tem forte determinação cultural, faz-se necessário reconhecer que os lugares turísticos são inventados culturalmente (Knafou, 1996) e que, da mesma forma, o são os atrativos turísticos e as paisagens turísticas. O que é considerado atrativo hoje pelo turismo não era no passado e talvez não seja no futuro. Como a cultura varia no tempo e também no espaço, o que é atrativo para alguns grupos de pessoas pode não ser para outros. O que dizer, por exemplo, de visitas que turistas estrangeiros, principalmente, têm feito à favela

da Rocinha (Rio de Janeiro)? Quem poderia imaginar há alguns anos que a favela da Rocinha poderia fazer parte dos atrativos turísticos da capital carioca? (CRUZ, 2003, p. 9)

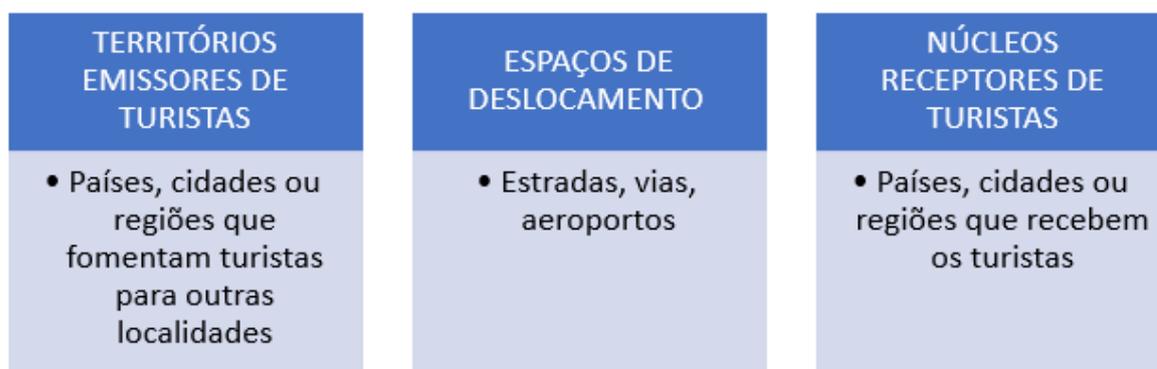
Marujo e Cravidão (2012) apontam que o Turismo e seus atrativos estão diretamente ligados com aquilo que o homem vê, escuta e sente, por isso é possível afirmar que alguns lugares turísticos são culturalmente inventados, trabalhados para chamar atenção e de certo modo a convencer à visitação e à viagem. O Turismo vende a sua imagem e também a sua experiência, ou seja, precisa sempre trazer prazer e sentimentos ao indivíduo, sempre tendo que se manter atraente e chamativo, ao contrário, perderia parte de sua essência.

O fenômeno turístico é muitas vezes fantasioso. Os lugares são apresentados para a população com um caráter carregado de perfeição e como se fossem paradisíacos, feitos somente para serem conhecidos. Para o Turismo, todo ser humano é um potencial turista. (MARUJO e CRAVIDÃO, 2012).

Em relação às potencialidades e ressaltando a relação com o espaço geográfico, Cruz (2003) enfatiza a ideia de que além de todo ser humano ser um potencial turista, todos os espaços do globo são também potenciais espaços para o Turismo. E nos lança a pergunta: “existiria algum lugar em que o Turismo não possa chegar e se apropriar?” Nesse sentido, na tentativa de responder tal questionamento, pode-se, por exemplo, pensar os árticos, lugares muitas vezes inabitados, as grandes florestas, os desertos e até mesmo a imensidão do sistema solar. Ora, em todas essas alternativas podemos reparar que atualmente já existem viagens organizadas (seja pela própria população, seja pelas agências credenciadas na atividade turística) para conhecê-las. Sendo assim, também para se apropriar inteira ou parcialmente desse espaço, e modifica-lo.

Insistindo um pouco mais sobre o debate da influência do Turismo no espaço, Cruz (2003) cita o fato do consumidor/turista sempre ter que se deslocar até o seu lugar de consumo como crucial, criando assim três porções do espaço geográfico para análise: o espaço emissor de turistas, o espaço de deslocamento e o espaço que recebe os turistas.

### TRÊS PORÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO QUE O TURISMO ACABA TRANSFORMANDO



Organograma 01 - Porções do espaço geográfico sobre influência do Turismo. Fonte: Baseado em Cruz (2003, p. 22-25) e organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

É comum as pessoas imaginarem que o maior impacto do Turismo é sentido somente nos lugares visitados, mas na prática isso não se confirma totalmente. Os turistas precisam sair de alguma localidade para poderem se dirigir a outras. Essas localidades de onde saem são denominadas de *polos emissores de turistas*. Podem ser dos mais variados tipos, mas geralmente esses polos que “produzem turistas” são urbanizados, isso pelo simples fato de o Turismo ser considerado esse fenômeno de fuga da urbanização e da correria do dia a dia, trabalhos, estresses, agitações.

A tendência é que os turistas tenham como polos emissores, os grandes centros urbanos. Para isso, esses polos também passam por influências, como a criação de agências e empresas especializadas, gerando assim novos empregos; a melhoria de infraestruturas para a saída desses turistas, como rodovias, terminais de ônibus, aeroportos; aprimoramentos na questão financeira, pois as cidades que produzem turistas precisam antes de tudo, dar as condições para os mesmos conseguirem viajar; entre outras. Infelizmente, ainda hoje vários tipos de Turismo não são acessíveis a todos, é por isso que vemos uma maior incidência de turistas saindo de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, do que de cidades menores e menos desenvolvidas.

O segundo polo é o espaço onde esses turistas se deslocam para o local desejado de visita: *o espaço de deslocamento*. No caso do Brasil, são majoritariamente as estradas (transporte rodoviário) e os aeroportos (transporte aéreo), tendo em vista que a hidrografia (transporte fluvial) tem como característica geral rios planálticos, dificultando a mobilização das embarcações. Cruz (2003) aponta que o fato de o turista ter que fazer esse deslocamento, seja ele rodoviário ou aéreo, causa mais uma oportunidade para o Turismo se apropriar de uma dimensão do espaço. Nas rodovias é criado um maior número de postos de abastecimentos, restaurantes especializados em

pontos estratégicos, lojas de lembranças de determinada cidade ou estado, pontos de informações, paradas para descansos e comércios à beira das estradas. As rodovias continuam tendo a sua mesma função, mas dentro dela também é inserida a lógica turística. Sem o Turismo, podemos dizer que tais estabelecimentos citados ali não estariam localizados.

Verifica-se que além de alterar as logísticas já existentes, o Turismo também pode criar novas. Nas palavras de Cruz (2003, p. 24):

O turismo não apenas se apropria de rodovias preexistentes ao seu aparecimento em dado território, mas também pode criar os seus espaços de deslocamento. Na década de 1990, tivemos vários exemplos no Brasil, de construção de rodovias turísticas, quer dizer, de rodovias construídas em função de deslocamentos turísticos. Este é o caso por exemplo, da Linha Verde (Bahia) e da rodovia Costa do Sol Poente (Ceará). Por outro lado, uma rodovia pode ser a motivação de uma viagem de turismo? A resposta a essa pergunta pode estar em exemplos como a estrada da Graciosa (Paraná) ou na famosa Rota 66, que corta o deserto americano. As paisagens naturais que margeiam ambas as rodovias são tidas como atrativos turísticos e daí atraírem, por si só, fluxos importantes de turistas.

Por fim, o terceiro polo é o mais conhecido por todos: o *núcleo receptor de turistas*. É nele onde o Turismo vai agir de forma mais concreta e perceptível, e também onde a maioria dos estudos do fenômeno turístico volta os seus olhares. Nesses territórios, a transformação socioespacial é mais intensa, pois é o ponto de encontro de todos os turistas. Se nos polos emissores e nos espaços de deslocamento passam alguns turistas, é no polo receptor onde eles vão se encontrar ao mesmo tempo, gerando impactos no meio ambiente, na sociabilidade, nas finanças, nos empregos, e muito mais. Além disso, esse polo recebe mais intensamente investimentos em infraestruturas, a fim de proporcionar aos turistas todas as condições para uma boa estadia. (CRUZ, 2003)

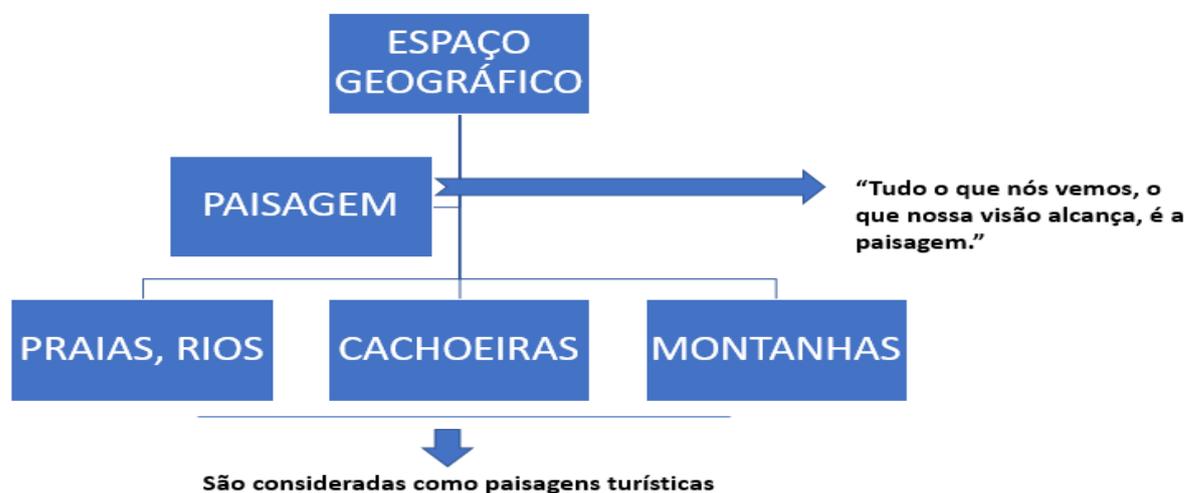
Esses territórios receptores de turistas referenciam o Turismo impondo a sua lógica, colocando os mesmos em função dessa atividade. Ressaltou-se anteriormente sobre a apropriação dos estabelecimentos preexistentes nas cidades pelo Turismo, mas relembremos que tanto os objetos naturais (praias, montanhas, rios, cachoeiras, encostas) quanto os objetos culturais (museus, estátuas, monumentos etc.) também estão à mercê desse processo. “Não se pode duvidar da capacidade que tem o turismo de mudar os lugares para que ele possa acontecer”. (CRUZ, 2003, p. 25)

Outro conceito importante para a teorização do Turismo é o de “paisagem turística”. Resumidamente, de acordo com Santos (2014, p. 67), “tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem.”. O espaço é um recorte abstrato, já a paisagem é algo mais concreto e perceptível aos olhos.<sup>2</sup> As praias, rios, cachoeiras e montanhas são exemplos de algumas paisagens

---

<sup>2</sup> Os estudiosos da Geografia da Percepção dizem que a paisagem também é composta por odores e sensações, e não

do espaço. Sendo assim, o turista tende a analisar e a buscar a paisagem<sup>3</sup>, pois a mesma torna-se o convite e a atração principal para o Turismo acontecer.



Organograma 02 – Exemplificação das paisagens turísticas. Fonte: Baseado em Santos (2014) e organizado por João Vítor Galante Dorigo, 2022.

Aranha e Guerra (2014) reforçam que o Turismo deve ser analisado não somente por abordagens sociais, econômicas, políticas ou culturais, mas também com um viés físico e natural. A importância dos ramos da Geografia Física, como Geomorfologia, Geologia, Climatologia e Biogeografia caminham lado a lado com o conceito de paisagem turística. Aqui abre-se um parêntese na discussão para afirmar que a paisagem turística depende também de vários outros fatores, não somente os físicos. Reduzir o conceito de um objeto tão importante tanto para a Geografia como para o Turismo como o de paisagem turística é inapropriado. A paisagem também depende de aspectos culturais, sociais e até mesmo políticos. Nesse ponto se frisa sobre os aspectos físicos para exemplificar sua importância, mas não se desconsidera as outras.

Acompanhamos Aranha e Guerra (2014) na afirmação de que os estudos do Turismo feitos pela Geografia devem passar também pela estrutura dessas mesmas paisagens, ou seja, como se formaram, como se desenvolvem, quais os seus riscos e como podem ser mais bem aproveitadas. "(...) apesar de as raízes históricas do turismo estarem ligadas à atração cultural, o ambiente natural apresenta-se cada vez mais como objeto de desejo para os turistas ocidentais." (ARANHA e GUERRA, 2014, p. 56)

Sobre o clima, o mesmo nos evidencia que o fenômeno turístico é muitas vezes repleto de

apenas por elementos visuais.

<sup>3</sup> No caso do Turismo Histórico, os turistas vão a lugares não tão atrativos do ponto de vista visual, mas que são emblemáticos por ter sido palco de algum fato.

sazonalidade. Quantos destinos turísticos só o são pelo fato de possuírem um determinado clima? Quem imagina se dirigir para uma cidade litorânea e encontrar um clima frio e chuvoso? E ao mesmo tempo, notamos quantos destinos turísticos pelo mundo são conhecidos pela sua fama de em determinada época do ano terem uma grande incidência em precipitação em forma de neve, atraindo uma grande gama de turistas. Outros bons exemplos nesse contexto são os países nórdicos, como Islândia e Noruega, que em alguns meses do ano proporcionam a contemplação da aurora boreal; os desertos espalhados pelos continentes, como o da Patagônia (Argentina) e Saara (África Subsaariana). O clima é um fator importante e que deve ser considerado quando se discute o Turismo.

### 2.1.1 O Território como categoria de análise para os embates do Turismo e Campesinato

Seja partindo de um viés social, econômico ou natural, a problemática Turismo x espaço geográfico sempre estará à tona, pois proporciona variados debates. Cabe a essa pesquisa, principalmente em sua parte prática, no município de Sapopema/PR, trazer para as discussões acadêmicas e científicas essa importante relação, bem como seus impactos e possibilidades.

Para não deixar o estudo muito amplo e/ou aberto, elegemos a categoria de análise *território* para melhor entender essa relação. Optou-se pelo território, em sintonia com o pensamento de Fernandes (2008):

É o fato de o Território ter sido escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos. O conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural. (FERNANDES, 2008, p. 273)

O conceito de território é utilizado por muitos autores, não somente da Geografia, mas também de outras áreas científicas, auxiliando no contexto dos embates, o qual é tão citado na pesquisa. Quando é abordado sobre os possíveis impactos e embates do Turismo com as famílias camponesas, acredita-se que é no território que eles acontecem.

Entretanto, como muitas outras, a definição de território é dinâmica e ampla. Vide uma das mais simples abordagens: “o que veio primeiro, o espaço ou o território?” Para Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, e para Santos (2012), é a utilização do território pelo povo que cria o espaço, ou seja, o território antecede ao espaço.

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 143), o território é:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator

que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa o espaço”.

Saquet (2008) acompanha Santos (2012) e afirma que o território representa algo mais fixo, algo delimitado, uma área. Seria então nesse território, nessa área, que ocorreriam os embates e os entraves entre as relações sociais, e no caso da pesquisa, a atuação do Turismo no campo.

Do mesmo modo, de acordo com Haesbert (2005), o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, e nele podem-se encontrar as noções de poder, dominação e apropriação.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBAERT, 2005, p. 6775)

Quando se estudam as formas de poder, dominação e apropriação no território pode-se entender no contexto trabalhado quais são os sujeitos que dominam e são dominados na relação do Turismo com as famílias camponesas. Os agentes e as políticas públicas também entram nesse jogo, por muitas vezes tendo o poder de mediar, mitigar ou intensificar a inserção do Turismo nas propriedades rurais.

Sobre as relações de poder, Fernandes (2008) recorda que tal fato faz com que o conceito de território passe a ser instrumentalizado para atender aos interesses de algumas instituições. Sendo assim, o território é usado como instrumento de controle social, subordinando determinado sujeito à certa forma de poder.

Isto posto, depara-se então com uma disputa territorial entre o fenômeno turístico e o modo de vida camponês. Do lado do Turismo, busca-se, com o seu caráter de apropriação, alguma forma de ser inserido também nas áreas rurais. Do lado do camponês, nota-se a necessidade de ser respeitado e avaliado previamente se a atividade turística dar-se-á da melhor maneira em sua propriedade. É uma relação que já existe, mas no âmbito territorial, não deixa de ser uma disputa de soberania. “Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania.” (FERNANDES, 2008, p. 280)

## **2.2 O turismo e a dimensão do lazer no capitalismo**

Além de compreender o Turismo como um agente de transformação do espaço geográfico, também se faz necessário atentar-se à análise sociológica dessa atividade, ou seja, para os seus princípios e objetivos. Por ser um fenômeno atuante na sociedade, notar sua conexão com o lazer, com a vida e com os valores dos seres humanos é essencial. O Turismo, além de se concretizar nos espaços, tem também a capacidade de delinear a cultura e o cotidiano das pessoas.

Segundo Krippendorf (2009), a sociedade, que por muito tempo sofreu com as dificuldades em virtude da mobilidade restrita, hoje se encontra sob uma condição muito mais favorável. Mobilidade no sentido de poder se movimentar, se deslocar, buscar novas opções e oportunidades de vida, trabalho ou descanso. Atualmente, boa parte das pessoas aproveita qualquer chance de deslocamento e viagem que lhes apareçam.<sup>4</sup> Um dos variados motivos que gera essa procura por deslocamento é a grande intensidade na qual vivemos.<sup>5</sup> É transparente o discurso de que não temos mais tempo para nada: família, estudos, trabalho, tudo tão corrido e minuciosamente programado.

Juntamente à intensidade cada vez maior no dia a dia das pessoas, é nítido que uma fuga, uma nova opção começaria a se evidenciar (KRIPPENDORF, 2009). Essa pesquisa considera que é nesse aspecto que se encontraria o lazer e o descanso. A procura por esses tempos livres e de ócio seriam como um contraste frente à exaustão do cotidiano das pessoas propostas pelas sociedades contemporâneas e industriais.

Viajar, portanto, seria a melhor maneira de realizar efetivamente esse lazer, pois sair da realidade atual nunca se tornou tão importante para o ser humano, seja para descansar, tirar um tempo para si ou aproveitar alguns momentos de tranquilidade. As viagens tornam-se então sinônimo de lazer. Krippendorf (2009) cita que entre as principais motivações para se realizar uma viagem estão: se desligar; não fazer esforços; mudar de ambiente; fazer as coisas sem compromissos maiores; ter a sensação de liberdade, ter distrações; se divertir.

Seria no final do século XIX, junto com as conquistas trabalhistas, que o Turismo se torna mais parecido com o que conhecemos hoje, imbricado com o lazer. Santos (2009) explica que esse mesmo lazer foi sendo conquistado e ganhando sua importância com o tempo.

Naquele momento, o lazer aparece como atividade concedida aos trabalhadores pelas empresas que viram nessa atividade a possibilidade de controlar os usos que esses trabalhadores faziam do seu tempo livre. Assim, a qualidade das atividades de lazer realizadas estava diretamente relacionada ao aumento de potencialidade desses trabalhadores de produzir. O raciocínio era lógico: uma vez bem descansados mais bem preparados e dispostos eles estariam para o trabalho. (SANTOS, 2009, p. 13).

Quanto mais a sociedade contemporânea exige do ser humano, mais desperta nele o desejo de descanso.<sup>6</sup> O Turismo, por conseguinte, entra nesse contexto da oportunidade de viajar com um propósito principal em mente: descansar e obter um momento de lazer. Baseando-se em Cruz (2003) e em sua definição geral da atividade turística, na qual a mesma possui várias finalidades,

---

<sup>4</sup> Diz-se “boa parte das pessoas” no sentido de compreender que o Turismo é uma atividade que exige dinheiro, uma situação financeira estável. Nem todos conseguem fazer Turismo hoje em dia. Porém, aqueles que podem, o fazem.

<sup>5</sup> Existem também outras motivações, como as estratégias de marketing, o apelo ao Turismo e a ação da indústria do Turismo, que nos induzem a viajar.

<sup>6</sup> O desejo de descanso não é desejo de turismo. O desejo de viajar e consumir Turismo é uma construção econômica.

mas nunca por remuneração direta. Ou seja, as viagens de Turismo têm em sua essência essa fuga da realidade laboral. O lazer, as férias e as viagens, são, portanto, conquistas sociais, e atualmente podem ser experimentados por grande parte da população, diferentemente de séculos passados.

O mundo contemporâneo produziu essa ampla oportunidade a certa parcela da população, por meio do dinheiro, sob a forma de salários mais elevados; de tempo, graças a horários cada vez mais flexíveis e reduzidos de trabalho; assim como a própria mobilidade, com carros acessíveis, passagens de avião mais em conta e viagens menos abusivas em seus preços (KRIPPENDORF, 2009). A pesquisa não deseja aqui idealizar o Turismo, muito pelo contrário. Sabe-se que a atividade turística no mundo contemporâneo é excludente e essencialmente econômica/capitalista, que cresceu com esse ideal, atingindo nem sempre a todos. Aqueles que possuem mais recursos conseguem viajar mais frequentemente e sem maiores complicações. O público alvo do Turismo é aqueles que podem viajar, que têm condições para isso. (CRUZ, 2003).

De acordo com Krippendorf (2009), o ser humano carrega consigo um modelo existencial na sociedade industrial. O homem seria o ponto de partida, o centro, e, ao seu redor, estariam as esferas de sua existência: o trabalho, a moradia e o lazer. Esse último, por algumas vezes, desenvolve-se no âmbito das viagens.

Nessa premissa, temos que levar em conta que existe o *cotidiano* e o *anticotidiano* do cidadão. Seu cotidiano é o dia a dia, são os seus afazeres no trabalho, em casa. Quando entramos no campo do lazer, entendemos que se passa para o caráter do anticotidiano, ou seja, para uma realidade diferente do simples fazer-se da vida; outro polo; um sonho, uma idealização. (KRIPPENDORF, 2009)

Nos nossos dias, a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou onde moram. Sentem uma necessidade urgente de se desfazerem temporariamente da rotina massificante do dia a dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem. (KRIPPENDORF, 2009, p. 10)

As motivações para as viagens são então entendidas e geradas pelas consequências das condições que as pressões da vida cotidiana, advindas do modo de vida urbano-industrial, causam e que nos gera esgotamentos físicos, psíquicos e tédio.

Nota-se no interior da sociedade uma submissão às regras econômicas, aos movimentos dos mercados, não apenas no sentido material, mas sobretudo psicológico. Atualmente é muito nítido o apelo ao consumo. O sujeito precisa de um carro novo, de roupas da moda, de um celular atualizado, de uma viagem exótica, de uma conquista importante, entre outros exemplos. É nessa conjuntura que se compreende que o Turismo se transforma na indústria do lazer, onde enxerga

as necessidades do ser humano e se aproveita delas, criando novas necessidades, muitas vezes desnecessárias (desejo).

Finalmente, a sociedade coloca à nossa disposição a indústria do lazer que, de certa forma, faz o papel de amiga e conselheira. Ela se apodera de nosso tempo livre e nos oferece não apenas satisfações, mas também cria, se necessário, as expectativas e os desejos correspondentes. Sob a forma de um programa de contrastes em relação ao mundo industrial, o tempo livre e as férias tornaram-se também uma indústria. (KRIPPENDORF, 2009, p. 12)

Conforme Geiger (2001), o primeiro passo do turista ao viajar é o de se “desenraizar” da sociedade e da sua rotina, nem que seja por apenas alguns breves momentos. O Turismo traz então uma identificação das pessoas com novos lugares, gerando assim um sentimento de conforto e de gozo.

O Turismo tem a funcionalidade de equilibrar a sociedade, trazendo estabilidade para a vida do ser humano, proporcionando momentos positivos, de tranquilidade e de paz (KRIPPENDORF, 2009). Olhando sob esse viés, podemos notar que o Turismo em seu bojo somente carrega características positivas e benéficas aos homens. Na teoria, e em sua gênese, era para ser dessa maneira, mas na realidade não é assim que acontece.

O sociólogo John Urry, no seu estudo *O Olhar do Turista* (URRY, 2001), nos remete a um questionamento: o Turismo é uma atividade de lazer que ao mesmo tempo reflete o seu oposto porque é um fenômeno organizado e planejado. Podemos entender que o lazer, sob o domínio do Turismo, passa também a ser planejado, diferindo assim da sua essência original, entrando como que em uma “inércia”; um “aprisionamento”. É a indústria do Turismo se apropriando das necessidades dos trabalhadores.

Os lugares são escolhidos pela indústria turística para serem contemplados, pois existe uma enorme expectativa por detrás deles. Tais expectativas são muitas vezes fantasiosas, carregadas de devaneios e prazeres intensos. Antes mesmo da chegada ao destino, as práticas não-turísticas, como a televisão, revistas, propagandas e vídeos constroem no olhar do turista essa necessidade de viajar. (URRY, 2001)

É nítido que o modo de produção capitalista tem a capacidade de se apropriar das relações sociais e de tudo o que envolve o ser humano hoje em dia. O capitalismo coopta para si o trabalho, a moradia, o comércio, e também o lazer. Hoje o Turismo é uma atividade essencialmente capitalista, submetida a sua lógica.

Acompanhamos Henri Lefebvre na ideia de que:

O turismo é considerado uma indústria, porque os lazeres entram assim na divisão do trabalho social, não só porque o lazer permite a recuperação da força de trabalho, mas

também porque passa a haver uma indústria dos lazeres, uma vasta comercialização dos espaços especializados, uma divisão do trabalho social projetada no território, e que entra na planificação global. (LEFEBVRE, 1977, p. 247).

Posto isso, os lazeres, por também fazerem parte da dinâmica espaço-temporal, tornaram-se sujeitos a essa apropriação do mercado e do domínio do capitalismo. O espaço e as suas relações com o homem (no caso aqui estudado, as viagens e o lazer) passam a ser uma mercadoria global, sinônimo também de lucro e exploração. A indústria turística se aproveita do conjunto: intensificação da necessidade do lazer por parte das pessoas, somada a oportunidade de lucro nas realizações das viagens. Sendo assim, o espaço turístico é considerado uma mercadoria, e os turistas, consumidores.

Rodrigues (2002) destaca que o Turismo se beneficia da busca pelo novo, pelo natural, pelo exótico para transformar essa natureza em atividade lucrativa, alterando seu significado natural para mercantil. Seria a “venda do território”. Nas palavras da autora, “o consumo do espaço caracteriza-se pelo uso “efêmero do território”, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização” (RODRIGUES, 2002, p. 56). Ou seja, o fenômeno turístico transforma os territórios em mercadoria, trocando por algumas vezes seu verdadeiro significado e cooptando-os a partir da lógica do capital. E essa “venda do território” pode ser feita pelo Turismo mesmo sem ele transformar visivelmente as paisagens do espaço, mas apenas dando um valor diferente a elas.

Uma das preocupações centrais da ciência geográfica relacionada ao Turismo é a sua romantização. Seria o Turismo somente um fenômeno estático que acarreta oportunidades prazerosas e experiências benéficas aos seres humanos? Eis a contradição que é necessária ser analisada. O Turismo, visto como uma indústria na contemporaneidade, que envolve o deslocamento de pessoas no tempo e no espaço, além de impactar na natureza, também vem sendo utilizado como instrumento de transformação das vidas e relações dos cidadãos.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros. (CARLOS, 2002, p. 26).

Assim como Marx (2004) constatava que a ideia da alienação do trabalho era um fenômeno que causava o estranhamento do trabalhador pelos produtos que produzia, deixando o mesmo desumanizado, escravizado e, por muitas vezes, sem estar a par da verdadeira realidade e essência do trabalho, assim também acontece com a alienação dos espaços, fenômeno realizado pelo Turismo. Geiger (2001) lembra que o Turismo revela formas de alienação e não-alienação. A não-

alienação se manifesta na superação do confinamento e do cotidiano, fazendo o indivíduo se deslocar e se sentir livre nas suas viagens de descanso. Do outro lado, a alienação está presente nessa simples fuga de problemas do dia a dia, sendo que o mesmo indivíduo necessita de raízes e de se encontrar com a verdade na sua própria realidade.

Carlos (2002), Knafo (2001), e muitos outros autores que recorrem ao tema, usam o termo *turistificação* dos lugares para esse contexto. Essa turistificação dos lugares é também um estranhamento que surge tanto para os turistas, como para a população residente dos espaços turísticos (sejam eles cidades, áreas rurais, naturais). Quando o espaço passa por essa turistificação, o mesmo passa a ser visto com outros olhares, com outros objetivos, com outras finalidades. Esse processo faz com que certa *não identidade* vá sendo criada, transfigurando a geografia local e as suas funcionalidades.

Por ser tratado nos dias atuais como uma indústria do lazer, o Turismo<sup>7</sup> segue fragmentando os lugares. Quanto menos obstruções para a perfeita execução do lazer, melhor para a indústria turística. Sendo assim, os lugares que recebem com grande frequência um número elevado de turistas tendem a passar por um embelezamento: vai se excluindo o “feio”, se afastando o pobre, deixando os trajetos mais bonitos e as visitas cada vez mais “agradáveis”. (CARLOS, 2002)

Segue-se a ideia de Knafo (2001), na afirmativa de que todos os seres humanos são turistas, e, conseqüentemente estão sujeitos ao que o Turismo proporciona, sejam pensamentos, sentimentos, oportunidades. Esse Turismo, por ser uma atividade tipicamente humana, oferece muitas ideias prontas, e que são frequentemente falsas e fantasiosas, distorcendo a realidade. É papel do turista e do pesquisador que se debruça nessa área discernir essas ideias já prontas que a indústria turística passa quase diariamente para a população.

Ainda insistindo nesse ponto das vendas dos lugares turísticos, estamos em conformidade com Marujo e Cravidão (2012) quando é dito que tais lugares não podem ser transportados<sup>8</sup> até o consumidor, ou seja, este precisa ser atraído até lá. Esse processo é uma antecipação da experiência turística pois passa pela fase da propaganda, do convencimento e da decisão do turista em conhecer determinado local. Realizado pelos promotores de Turismo, prefeituras e órgãos responsáveis, a promoção dos lugares mostra o mundo como uma imagem perfeita, convidando os turistas a se transformarem nos viajantes perfeitos.

O desejo de experienciar e de conhecer suscitado pelas imagens que o turismo cria e pela publicidade que lhe dá corpo, faz com que o homem procure cada vez mais a fantasia, o

---

<sup>7</sup> Nem tudo o que é turismo se reduz ao lazer e vice-versa. Existem tipos de turismo que não necessariamente envolvem lazer como o turismo esportivo ou turismo de negócios.

<sup>8</sup> Atualmente, com a virtualização dos espaços, os lugares podem chegar até os turistas, através do Turismo Virtual.

simulacro, o exotismo, a nostalgia, o novo, o diferente. (Almeida, 2009). Mas o Turista, antes de chegar ao destino, já produziu representações mentais sobre o lugar que pretende visitar. Tais representações, ocorrem a partir do momento da intenção da viagem e constituem um universo elaborado pelo imaginário, que vai ser desvendado na realização dessa viagem, quando por sua vez se elaboram novas representações. (Marujo, 2008). (MARUJO e CRAVIDÃO, 2012, p. 285).

E quem seriam então esses promotores do Turismo? No contexto atual, verifica-se que esses agentes sociais são o Estado, que atua com sua capacidade de organizar, planejar, potencializar ou até mesmo atrasar a dinâmica turística em determinadas localidades, dependendo da sua prioridade; os próprios turistas, que atuam não somente como sujeitos passivos, que são influenciados pelo Turismo e alienados por ele, mas também como sujeitos ativos, que podem transformar a realidade da atividade; e a iniciativa privada, que atuam com seus investimentos promovendo o Turismo de forma acelerada.

Outro fator importante quando se analisa os estudos acerca do Turismo atualmente é a dominação dessa área pela visão econômica. Boa parte dos estudos turísticos vem sendo pautados pelos interesses econômicos, que procuram ver nesse fenômeno apenas o viés mercantil e lucrativo, por meio das operadoras de turismo, grandes redes hoteleiras, donos de renomados restaurantes, entre outros. É evidente que tais perspectivas são indispensáveis para os estudos turísticos, controlando o seu crescimento, planejando-o, vendo onde pode ser melhorado, mas não podem resumir a reflexão sobre o Turismo apenas nesse sentido financeiro. Alguns estudos sobre o Turismo chegam a ignorar completamente a característica socioespacial da atividade, os turistas e suas práticas. (KNAFOU, 2001)

A leitura que o Turismo faz das cidades que recebem essa atividade e/ou das potenciais cidades que possam recebe-la é, de acordo com Damiani (2002), uma *seleção programada*, no sentido de apresentar essas cidades para a população não residente apenas através dos aspectos retirados e escolhidos a dedo da dinâmica cotidiana natural. O Turismo na cidade cria situações que subvertem e desarranjam o seu tempo e espaço natural, trazendo uma solução sedutora para os possíveis visitantes, “o que garante a identidade da cidade consumida como um mito.” (DAMIANI, 2002, p. 46)

Para Carlos (2002), o lazer na sociedade moderna muda o seu sentido original, transfigurando-se de uma coisa natural e espontânea para algo forçado, induzido e cooptado. O lazer se torna um fetiche para os cidadãos. Cidades inteiras são reconfiguradas para ser o espaço ideal para o lazer; para o Turismo. Carlos (2002) trabalha nessa perspectiva a noção de cidade semelhante à de lugar. Para a ciência geográfica, os lugares seriam o produto das relações humanas, o encontro entre o homem e o espaço, carregado de sentimentos e identidades. O Turismo pode, por muitas vezes, alterar esses lugares para *não lugares*. Nas palavras da geógrafa, relacionando lugar,

não lugar e Turismo:

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto de relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos, que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. (CARLOS, 2002, p. 28).

O não lugar, criado pelo Turismo, seria basicamente as cidades e territórios que perderam a sua identidade, sua verdadeira e original ligação com o homem, como por exemplo os parques temáticos. Percebe-se que a principal ligação que acontece dentro do lugar onde o Turismo se apropriou é a ligação entre lugar e economia, e não entre lugar e ser humano. O sentido mercantil domina o sentido humano e natural do lugar, trazendo assim outras diferentes características, transformando-os em não lugares.

Ainda no entendimento sobre os não lugares, Augé (1994) defende a hipótese de que a principal produtora dos mesmos é a supermodernidade, transformando os lugares considerados tradicionais ou antropológicos em apenas lugares de memória, efêmeros e provisórios.

Sobre esses lugares turísticos, entende-se que o próprio Turismo e o lazer caminham juntos e se referem ao tempo livre, mas não se reduzem um ao outro, não são considerados sinônimos. O primeiro é sempre aperfeiçoado, inventado e planejado, tentando por diversas motivações se aproximar do segundo que, por sua vez, carrega um caráter irreduzível, com características próprias e marcantes. “O que determina essa irreduzibilidade é o uso, transpondo a lógica das trocas e das equivalências. O uso preenche de significado o lazer.” (DAMIANI, 2002, p. 48). A atividade turística e o lazer aproximam-se quando se compreende que o Turismo tenta transformar o uso da cidade e do campo em um mimetismo, ou seja, em uma cópia da verdadeira realidade, em um lazer imaginário. Em suma, quando o turista se utiliza da cidade e/ou do campo, também está consumindo o lazer, o efêmero.

Findando os dois primeiros tópicos da pesquisa, nos quais foi trabalhado o Turismo, seus conceitos e suas características principais, segue um esquema ilustrativo ressaltando alguns dos principais aspectos positivos e negativos da atividade turística (figura 04).

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Incentiva a relação entre os indivíduos	Para o Turismo, todo indivíduo é um turista em potencial, fazendo que por muitas vezes, apenas o viés economicista predomine
Proporciona momentos de lazer e descanso	O lazer e o descanso podem ser deturpados pelo fenômeno turístico, trazendo uma visão ilusória dos mesmos
Movimenta a economia dos lugares, gerando empregos e renda	Por muitas vezes, fantasia os lugares, olhando apenas para o ser humano e para o espaço como mercadorias
Fomenta determinado país a investir em infraestrutura e capacitação	Incentiva a poluição, desmatamento e descuido com o meio ambiente
Pode ser uma alternativa de renda viável para os trabalhadores e famílias rurais	Pode ser uma atividade que descaracteriza o modo de vida camponês e dificulta o desenvolvimento em base local
De uma forma bem planejada, pode ser referência para gestões e políticas públicas	De uma forma mal planejada, pode causar danos ambientais e sociais

Quadro 01 - Aspectos positivos e negativos do Turismo. Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

### 2.3 O Turismo rural

Recorda-se que o Turismo, em qualquer um dos seus segmentos, se dá como uma atividade sistêmica e multidimensional, ou seja, ele participa de um todo, ele não está isolado. Estudar o Turismo separadamente de transporte, comércio, economia e questões ambientais é inviável. O Turismo depende de diversos setores para que se efetive. (MENDES, 2022)

Analisado em escala planetária, o Turismo é um fenômeno considerado como um dos elementos fundamentais da globalização e ator importante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo (RODRIGUES, 2006). Partindo dessa premissa, nota-se que o Turismo, desde sua gênese, vem passando por processos de evolução para abarcar o maior número de pessoas e atender as mais diversas necessidades.

Conforme os estudos sobre o Turismo foram avançando com o tempo (exemplo disso é a criação de cursos de Turismo no ensino superior na década de 1970), foi se tornando cada vez mais evidente a percepção de que atualmente tal atividade pode ser dividida em vários tipos. Rodrigues (2006) utiliza o conceito de *hibridismo territorial* nos espaços turísticos para explicar essa criação de novos tipos de Turismo. Um local híbrido é aquele que pode ter dois ou mais significados/representações. Uma amostra desse contexto é, por exemplo, a cidade de São Paulo, pois, ao mesmo tempo em que tem uma grande importância como território turístico, também exerce papel crucial na industrialização do país, tornando-se um território híbrido, com dois

significados, proporcionando duas oportunidades aos seus moradores e visitantes.

Mas não é somente nessa conjuntura que se entende o hibridismo territorial influenciando na criação de novos tipos de Turismo. O essencial é a compreensão de que os destinos turísticos vêm se fragmentando, se recriando e multiplicando suas funções/representações para cada vez mais atender a população turística.

É fato que chegaria um ponto no qual os turistas se esgotariam de visitar as mesmas coisas, divertir-se nos mesmos lugares e terem sempre a mesma perspectiva. Sendo assim, o hibridismo da atividade turística é um dos principais fatores que influenciaram a criação de formas alternativas de Turismo. Ressalta-se que outro fator preponderante para o surgimento desses segmentos turísticos alternativos foi a tomada de consciência a respeito de problemas sociais, ambientais e políticos.

Soma-se a isso, obviamente, a globalização do Turismo. A tendência é a de que quanto mais o Turismo se desenvolve, mais ele se especializa, criando novas modalidades em sua expansão. Temos em vista que, por ser uma atividade essencialmente capitalista, está na gênese do Turismo essa apropriação de outros tipos de espaços, transformando todos em espaços do Turismo.

Olhando para esse desenvolvimento do Turismo, algumas modalidades que hoje podemos encontrar são: Turismo de Massa, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Cultural, Turismo Artístico, Turismo Alternativo, Turismo Religioso, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Estudantil, entre outros. Esta pesquisa está direcionada a dois tipos específicos de Turismo importantes para nossa problemática: o Turismo de Massa e o Turismo Alternativo.

Por Turismo de Massa, segue-se Cruz (2003) e entende-se como a modalidade que abarca grandes contingentes de viajantes. As grandes agências e operadoras de viagens são suas principais mobilizadoras, proporcionando a população os destinos mais famosos e conhecidos. O Turismo de Massa seria o Turismo tradicional; aquele Turismo global; um Turismo pronto; envolvendo os pacotes de viagens, grandes quantias de dinheiro, maior intensidade, entre outros aspectos.

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. (CRUZ, 2003, p. 6)

Por muito tempo, o Turismo de Massa predominou isoladamente na indústria turística, chamando a atenção dos consumidores e sendo o principal atrativo. A professora Carminda Cavaco, pioneira nos estudos de Turismo em Portugal, cita que a partir da segunda metade do século XX algumas mudanças perceptíveis ocorreram no Turismo, como o surgimento de novas atividades, promotores, diferentes ritmos de vida e opções. Os fluxos e as realidades das pessoas iam se transfigurando, e com isso, também o Turismo.

A concentração da procura turística em áreas de grande oferta de equipamentos, como nas praias quentes do mundo mediterrâneo e tropical e nas cidades de grande prestígio e patrimônio histórico, arrastou consigo efeitos negativos e até mesmo repulsivos, dos pontos de vista tanto das populações das regiões de acolhimento como dos próprios turistas, pondo em causa a continuidade dos afluxos. (CAVACO, 2001, p. 104)

Além dessas mudanças, há também o aumento da preocupação e das discussões ambientais e de sustentabilidade a nível global, pois o Turismo de Massa chama a atenção dos estudiosos nesse aspecto, sendo uma modalidade mais propensa à poluição do meio ambiente, gerando maiores danos à natureza e ao espaço geográfico. Além disso, por trabalhar com a maior parte da população turística, certamente impacta mais no meio ambiente.

Entende-se o chamado Turismo Alternativo como alguns tipos de Turismo que surgiram em oposição ao Turismo de Massa, atendendo às necessidades da população e trazendo não apenas destinos e rotas diferentes, mas o próprio modo de se viajar. O Turismo Alternativo não conta com agenciamento, com longas rotas áreas, e geralmente é realizado no próprio país do turista, nas áreas rurais. O Turismo Rural, Turismo Ecológico e Turismo de Natureza estão entre os tipos de Turismo inseridos no Turismo Alternativo.

Turismo alternativo é uma expressão criada para categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao chamado turismo de massa. As modalidades ditas alternativas de turismo (tal como turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo) têm nos espaços naturais seu principal objeto de consumo e, ao contrário do turismo de massa, requerem uma gama restrita de infraestrutura e serviços, embora, muitas vezes, não dispensem a sofisticação de ambos. (CRUZ, 2003, p. 7)

Os locais procurados para a realização do Turismo passam a ser não somente as grandes cidades e praias famosas, mas também os parques naturais, fazendas, pequenas propriedades camponesas, *campings*, trilhas, cachoeiras, entre outros.

O meio rural vem passando por intensas transformações no decorrer das últimas décadas.<sup>9</sup> A modernização da agricultura inicia-se nos Estados Unidos e na Europa na década de 1950. No Brasil, este fenômeno ocorre nas décadas de 1960 e 1970, onde se depara com a base dessas mudanças, nas quais toda a estrutura, técnicas de produção e sociabilidade do campo começam a ser modificadas. Nesse período, a inserção de um pacote tecnológico, incentivado pelo Estado, nas atividades agropecuárias, com objetivo de aumentar a produtividade, conformou o processo denominado como *modernização da agricultura*. (OLIVEIRA, 2007)

A tecnificação do processo de produção fez com que o campo brasileiro se tornasse um espaço ideal para a penetração do grande capital e da sua lógica. As perspectivas visando a exportação, principalmente de grãos, foram se tornando evidentes, e a mão de obra humana foi

---

<sup>9</sup> No capítulo 3, falar-se-á mais sobre essas transformações no meio rural.

sendo substituída pelas máquinas. Tais aspectos maximizaram e potencializaram o fenômeno do êxodo rural, a partir do qual milhões de trabalhadores rurais se mudaram para os centros urbanos, buscando trabalho e melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2007).

No campo acadêmico, o êxodo rural e a modernização da agricultura provocaram o surgimento do debate sobre as relações campo-cidade. Anteriormente, a diferenciação, conceituação e explicação do que era definido como urbano/cidade e agrário/campo se dava com menos profundidade no tocante à análise das relações e contradições. Atualmente, questões como “onde acaba o campo e onde começa a cidade?”; “o que acontece no campo e o que acontece na cidade?” são mais complexas de serem respondidas (SUZUKI, 2007).

O campo e cidade no Brasil passaram por intensa metamorfose, não só porque houve uma mudança nos seus conteúdos e nas suas formas, mas, também, devido às possibilidades novas que foram se constituindo de estabelecimento de vínculos e de influência de um sobre a outra, ou vice-versa. (SUZUKI, 2007, p. 135)

E qual seria a relação do Turismo com tudo isso? Somando esse avanço e maior importância do campo com as novas necessidades de viagens dos turistas, o Turismo viu mais uma oportunidade de apropriação do espaço. “O turismo em espaço rural nada mais é que a apropriação, pelo turismo, de mais uma dimensão do espaço geográfico.” (CRUZ, 2003, p. 20)

Neste ponto da pesquisa, é importante diferenciarmos algumas questões terminológicas perante o estudo do Turismo Rural, isto para o maior esclarecimento na hora das análises e perspectivas a serem tomadas, pois o Turismo é uma área abrangente e multidisciplinar, podendo causar algumas confusões de interpretação.

Primeiramente, é preciso esclarecer que o espaço onde esse tipo de Turismo acontece é um espaço *não urbano*. Mas, mesmo com essa consciência, como poderemos distinguir quando acaba o espaço urbano e quando se inicia o espaço não urbano? É por meio dessa dificuldade de definição que acontecem certos conflitos terminológicos.

No Brasil, a delimitação de espaço urbano e espaço rural é determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outrossim, o Turismo Rural pode ser entendido de maneiras diferentes, por conta das mais diversas características da ruralidade de cada país do mundo. Em alguns países, um determinado espaço pode ser considerado como rural, e em outros países, esse mesmo espaço pode ser visto e definido pelos órgãos oficiais como urbano. Eis aí a dificuldade. Mas, o Turismo Rural aqui estudado ocorre efetivamente em áreas não urbanas, estabelecidas e demarcadas pelos órgãos oficiais brasileiros.

Para exemplificar essa discussão, partindo do pressuposto do que significaria o conceito de urbano, apoia-se no pensamento de Lefebvre (1999, p. 15) que relata: “denominaremos ‘sociedade urbana’ a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”. O autor então

assemelha e relaciona a questão da industrialização ao surgimento daquilo que se entende como urbano e rural.

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (LEFEBVRE, 1999, p. 17)

É nítido o entendimento que até hoje existe essa ambiguidade nos conceitos de espaços urbanos e rurais nas discussões acadêmicas. Optou-se nessa pesquisa, a fim de construir uma base teórica sólida sobre o assunto, acompanhar Marques (2002), no seu trabalho *O conceito do Espaço Rural em Questão*, no qual salienta que no Brasil, o critério político-administrativo é que define essa divisão. Considera-se como urbano toda sede de município (cidade) ou de vila (distrito). Segundo o mesmo IBGE, as principais caracterizações do espaço urbano são: construções, arruamentos, intensa ocupação humana, áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e áreas reservadas para a expansão urbana (MARQUES, 2002).

Veiga (2002), além de citar que essa divisão é aberrante e anacrônica, sugere o uso combinado de três critérios para a diferenciação do que seria um espaço urbano e um espaço rural, tentando fugir assim da superficialidade citada anteriormente a partir da visão do IBGE. Esses critérios, segundo o autor são: o tamanho populacional do município, a sua densidade demográfica e a sua localização.

Nessa classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais. (MARQUES, 2002, p. 97)

À vista disso, a dicotomia entre cidade e campo está entrelaçada a questões políticas e a interesses administrativos, fator que deve ser considerado na análise da área. Os estudos sobre Turismo Rural passam por esse campo social, não sendo abordadas somente questões turísticas e de lazer, mas também aspectos importantes do campo e das zonas rurais.

Desse modo, podemos encontrar nas mais diferentes pesquisas do tema, duas denominações: Turismo no Espaço Rural e Turismo Rural. O primeiro caracteriza-se como um recorte espacial onde o Turismo Rural se encontra. Aqui (no Turismo no Espaço Rural), encontram-se todas as atividades que ocorrem nesse espaço, como a pesca, cachoeirismo, trilhas, mirantes, acampamentos, entre outras. Importante frisar que no Turismo no Espaço Rural também

podem ser enquadradas atividades consideradas como não rurais, ou que não têm tanto contato com a propriedade e família residente, como por exemplo, o Turismo Esportivo, Turismo de Negócios e Eventos e Turismo de Saúde. Ou seja, o Turismo no Espaço Rural é mais amplo, e abrange toda e qualquer atividade no meio rural, sendo ela interligada com o meio ambiente, com a família residente, com a propriedade local ou não. (BRASIL, 2010)

Já o Turismo Rural é mais específico, sendo considerado como sua principal característica o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural comprometidas com a produção agropecuária, com a sustentabilidade, com a família da propriedade visitada, trazendo assim valor pra comunidade e promovendo o patrimônio cultural rural.

A gênese do Turismo Rural é estar totalmente ligado à natureza, à produção local, aos aspectos rurais, aos quais os turistas interagem ativamente.

Optou-se pelo termo Turismo Rural, pois, o recorte espacial estudado, o município de Sapopema/PR, e a atividade turística ali realizada consiste na íntima e necessária relação do turista com a propriedade visitada, com a família camponesa e com a natureza.



Organograma 03 - Representação do Turismo Rural. Fonte: BRASIL, 2010, p. 22.

Outras denominações utilizadas dentro do Turismo Rural e utilizadas pelo Ministério de Turismo do Brasil são o Agroturismo e o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF). Sobre o Agroturismo, o termo é utilizado principalmente em países europeus, como Portugal e Itália. No Brasil, é adotado em alguns estados, como Santa Catarina e Espírito Santo. Pode ser compreendido como o Turismo praticado dentro das propriedades rurais, de modo que o turista entre em contato diretamente com a atmosfera da vida na propriedade, se integrando aos hábitos e culturas locais. (BRASIL, 2010)

O Turismo Rural na Agricultura Familiar é o segmento do Turismo no qual o turista atua, conhece e entende a unidade de produção dos agricultores familiares, criando assim uma maior valorização, respeito e compartilhamento do modo de vida rural. Esse segmento vem sendo cada

vez mais apoiado e incentivado pelo Ministério do Turismo, criando essa ligação do turista com a agricultura familiar. (BRASIL, 2010)

O que diferencia o Agroturismo do TRAF é que este último segue os requisitos da Lei 11.326, ou seja: a mão-de-obra é majoritariamente familiar; a gestão do estabelecimento cabe à própria família; a área da propriedade não supera 4 módulos fiscais; a principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento. (BRASIL, 2010, p. 21)

Bricalli (2005) ilustra sobre essas tipologias do Turismo nos espaços rurais, mostrando algumas das suas diferenças, características, pressupostos e produtos (figura 06).

<b>TIPOLOGIA DE TURISMO</b>	<b>PRESSUPOSTOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>
<b>TURISMO EM ÁREAS RURAIS</b>	- LOCALIZADO EM ÁREAS RURAIS	- NATUREZA CONTEMPORÂNEA	- HOTEL FAZENDA, PRÁTICA DE ESPORTES RADICAIS, OUTROS
<b>TURISMO RURAL</b>	- LOCALIZADO EM ÁREAS RURAIS - INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL - ENVOLVIMENTO DO TURISTA COM O ENTORNO AUTÓCTONE	- NATUREZA HISTÓRICA - ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM O RURAL	- FAZENDA HOTEL, Pousadas RURAIS, OUTROS
<b>AGROTURISMO</b>	- LOCALIZADO EM ÁREAS RURAIS - RELACIONADO COM AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DA PROPRIEDADE	- NATUREZA AGRÍCOLA - EM PEQUENA ESCALA - ESTRUTURA FAMILIAR	- ROTAS COLONIAIS, VENDA DE PRODUTOS ARTESANAIS RURAIS, OUTROS

Quadro 02 – As tipologias do Turismo nos espaços rurais. Fonte: Bricalli 2005, p. 46.

De acordo com Roque (2009), existem várias hipóteses de como e onde o Turismo Rural se originou. No início do século XX, as primeiras organizações dessa atividade se deram na Europa e nos Estados Unidos, chegando à América Latina entre as décadas de 1980 e 1990. Portugal (1999) nos explica que a origem do Turismo no Espaço Rural e do Turismo Rural está na hospedagem de viajantes em propriedades rurais. Esses viajantes transitavam nos territórios menos povoados dos Estados Unidos e, sem encontrar onde se abrigar e descansar de um dia para o outro,

eram acolhidos por proprietários rurais. Os mesmos observaram a fraca demanda de hotéis nessas regiões e começaram a abrir as portas de suas propriedades para receber os turistas. Essas propriedades eram denominadas de *farm houses*.

Tais denominações por si só indicam que aquele uso acidental de propriedades rurais como meio de hospedagem acabou por gerar um novo segmento no vasto mundo do turismo: o turismo em espaços rurais, tido, por diversos autores, como uma modalidade alternativa de turismo. (CRUZ, 2003, p.19)

No Brasil, os registros dos pesquisadores apontam o ano de 1984 como o pioneiro do Turismo Rural, na cidade catarinense de Lages, onde alguns proprietários rurais tiveram a ideia de receber turistas em suas terras a fim de sanar as dificuldades que passavam na produção agropecuária e visando uma nova forma de obterem renda (ZIMMERMAN, 1996). Esse movimento inicial dos catarinenses foi sendo conhecido e se espalhando pelo território brasileiro, mostrando que o Turismo em áreas rurais era viável. É claro que, como toda atividade, o Turismo Rural foi sendo pensado e organizado durante os anos seguintes.

Acompanhamos Gonçalves (2016) sobre o Turismo Rural hoje em dia ser considerado uma atividade turística que seja realizada na propriedade rural e de integração com a família residente. O objetivo maior é conhecer o cotidiano e as atividades dessa família agricultora. “O turismo nesse segmento vai buscar a potencialidade da propriedade e valorizar o que nela pode ser trabalhado com o visitante” (GONÇALVES, 2016, p. 10).

Tulik (2003) cita que o Turismo Rural faz com que o lazer e as atividades turísticas façam parte das práticas *não agrícolas* que surgiram no campo, como forma alternativa de renda ou uma segunda opção de ocupação do camponês/dono da terra. O Turismo Rural pode ser acolhido pela população residente de uma forma positiva, onde a mesma chega até a auxiliar no processo turístico e nas visitas<sup>10</sup>. Em outros casos, pode ser que as propriedades ao redor do Turismo sejam impactadas e não aproveitem totalmente a atividade. É importante analisar caso a caso.

---

<sup>10</sup> Pode-se citar como exemplo prático a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, região colonizada por imigrantes italianos e alemães localizada nas encostas da Serra Geral de Santa Catarina, onde as famílias de agricultores que ali residem abrem as portas de suas propriedades para os visitantes terem experiências de como é uma vida de cultura agroecológica, próximos a natureza.

### 3. O CAMPO E SUAS INTERRELAÇÕES COM O TURISMO

#### 3.1 A teorização do campesinato

Desde a Idade Média (séculos V a XV), quando o feudalismo ainda predominava como forma de organização social e econômica da sociedade, a questão agrária já se torna evidente e pode ser considerada como um objeto de análise pelos mais diversos estudiosos. Os olhares, à época, eram mais voltados ao campo, pois era onde, majoritariamente<sup>11</sup>, a dinâmica socioespacial, o trabalho, as relações e as lutas aconteciam.

Segundo Huberman (1986), a sociedade feudal era estratificada e possuía três tipos de classes sociais: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. A mobilidade social era mínima. Cada uma dessas classes tinha representações e importâncias na época.

A classe dos sacerdotes estava no topo da pirâmide social, sendo representada pelo clero, pela igreja, e continha em seu poder uma grande quantidade de terras, assim como intensa influência e força espiritual perante os cidadãos. A Igreja era parte essencial e atuante no sistema feudal. Já a classe dos guerreiros, que também estava nos mais altos postos de representação de poder no feudalismo, representava a nobreza. Os senhores feudais tinham o domínio, a posse e o dever de administrar as terras. Os guerreiros também continham o poderio combatente, outro fator importante, de relevância social. Por fim, a classe dos trabalhadores consistia nos servos e camponeses. Os primeiros trabalhavam dentro das áreas muradas das cidades medievais, e os segundos tinham uma permissão do senhor feudal para cultivar e residir na terra desde que produzissem alimentos para a nobreza. (HUBERMAN, 1986)

Os camponeses estavam espalhados por toda a Europa. À época, o feudalismo consistia em um sistema com características semelhantes em todo continente, mas também é importante lembrar que de país para país, as situações dos camponeses podiam se diferir. Nesse sentido, Huberman (1986) descreve sobre a dificuldade de detalhar com clareza as classes sociais à época:

Nenhuma descrição do sistema feudal pode ser rigorosamente precisa, porque as condições variavam muito, de lugar para lugar. Não obstante, há certeza sobre alguns pontos fundamentais, em relação a praticamente todo o trabalho escravo do período feudal. Os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. (HUBERMAN, 1986, p. 17)

Posto isto, definir o sujeito camponês à época era desafiador, pois como se viu, o feudalismo variava de localização em localização. O que se sabia no geral era que o camponês era

---

<sup>11</sup> Utiliza-se “majoritariamente” pois a sociedade feudal era uma sociedade agrária, mas, no final desse período (entre os séculos XII e XV) os conflitos também aconteceram em áreas urbanas.

sempre o indivíduo precarizado e submisso dentro do sistema social feudal e vivia nos terrenos<sup>12</sup> cedidos pela nobreza, sendo dependente da sua produção e do seu senhor. Tudo aquilo que produzia passava pelo controle da nobreza.

O camponês era, então, um escravo? Na verdade, chamava-se de “servos” a maioria dos arrendatários, da palavra latina “servus” que significa “escravo”. Mas eles não eram escravos, no sentido que atribuímos à palavra, quando a empregamos. (HUBERMAN, 1986, p.15)

Nesse ponto, salienta-se a relação do camponês com o mercado à época, aspecto essencial para essa pesquisa. Como o camponês não tinha visibilidade e oportunidades sociais dignas, Kautsky (1986) afirma que a única maneira desse sujeito obter dinheiro era se aproveitando do crescimento do primitivo comércio e convertendo os seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los. O camponês, já no período de declínio da sociedade feudal (séculos XII ao XV) passa a estar dependente do mercado. Em outras palavras, “o mercado crescera tanto que qualquer colheita superior às necessidades do camponês e do senhor poderia ser vendida. Em troca, o camponês podia obter dinheiro.” (HUBERMAN, 1986, p. 45)

Optou-se por Huberman (1986) para que na presente discussão fosse pontuado de uma forma breve sobre o camponês em sua gênese enquanto sujeito social, compreendendo a ideia de que muito antes de estarem e atuarem no Brasil, já havia uma história social do campesinato no continente europeu.

Sobre o conceito de camponês, Paulino (2012) explica que por muitas vezes nem mesmo os próprios sujeitos camponeses se reconhecem nessa palavra, identificando-se também como lavradores, agricultores, sitiantes etc. “(...) até porque no Brasil ele foi incorporado recentemente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classes” (PAULINO, 2012, p. 30). O significado, portanto, do conceito de *camponês* significa uma identidade política.

A palavra camponês surge em substituição a uma série de termos, muitos dos quais com sentido duplo e pejorativo, e que adentra nosso vocabulário exatamente pela projeção que alcançaram a organização e as lutas camponesas a partir do século XX. Não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política. (PAULINO, 2012, p. 30)

Martins (2020) relembra e faz uma relação que por trás do conceito de camponês, existem alguns aspectos escondidos e omitidos, sendo a forma perfeita para a definição de como o sujeito camponês tem atuado no processo histórico brasileiro, como um excluído, um sujeito inferiorizado

---

<sup>12</sup> Os camponeses nem sempre viviam nos piores terrenos possíveis, pelo contrário, muitas vezes residiam e trabalhavam em terrenos muito férteis, pois era dali que saía os alimentos para a mesa do senhor feudal.

pela sociedade. Necessário se faz entender que as palavras nunca são vazias de significados. Quando se utiliza a expressão *camponês* há um viés político e social inserido. (PAULINO, 2012)

Shanin (2005) também afirma nesse sentido, “pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico.” (SHANIN, 2005, p. 1)

Para melhor entendimento do campesinato no contexto brasileiro, mostra-se necessário levar em conta não somente a questão agrária, mas principalmente a questão de mercado, assim como a lógica do modo capitalista de produção e seus desdobramentos, sistema que há séculos vem ditando o ritmo do mundo contemporâneo. Segundo Bombardi (2003, p. 111) “(...) sabemos que o campesinato, historicamente, sempre esteve atrelado ao mercado, a ideia do camponês isolado é uma distorção da realidade.”

Esse mesmo capitalismo, que durante a história manifestou-se de diversas maneiras não somente como o vimos e sentimos hoje. Vide principalmente no ano de 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras, legitimando a partir daí o direito de acesso às terras somente por meio da compra. Assim sendo, na corrida pela conquista de uma terra para morar e cultivar, somente o sujeito que tivesse dinheiro tinha esse privilégio. As singularidades do processo histórico brasileiro dialogam e explicam muito sobre o campesinato. (MEDEIROS, 2003)

Nesse caminho, Martins (2020) em sua obra *O Cativo da Terra* explica sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, passando pelo regime de colonato, exercido por imigrantes europeus. Enquanto a terra era livre, o homem mantinha-se escravo, mas no momento em que a abolição da escravatura (meados do século XIX) foi se desenvolvendo, também se iniciou o processo de dar preço a terra, onde a mesma só poderia ser adquirida por meio da compra.

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850)

Não é coincidência quando se afirma que questão agrária e questão de mercado caminham juntas e dialogam entre si, tendo contradições e relações. Quando se quer entender a origem e as explicações sobre a lógica do campesinato, se faz necessário também analisar a dinâmica do mercado.

Segundo Bombardi (2003), trabalhar com o conceito de camponês significa entendê-lo como inserido no modo de produção capitalista. Nessa compreensão, a ideia de campesinato dessa pesquisa não acompanha somente a autora, mas também Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino, Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inês Medeiros Marques, Rosimeire Aparecida de Almeida, entre outros, na teoria de que o campesinato

é uma classe social inserida no modo de produção capitalista de maneira subordinada e que se reproduz também por influência da dinâmica do capital (figura 07).

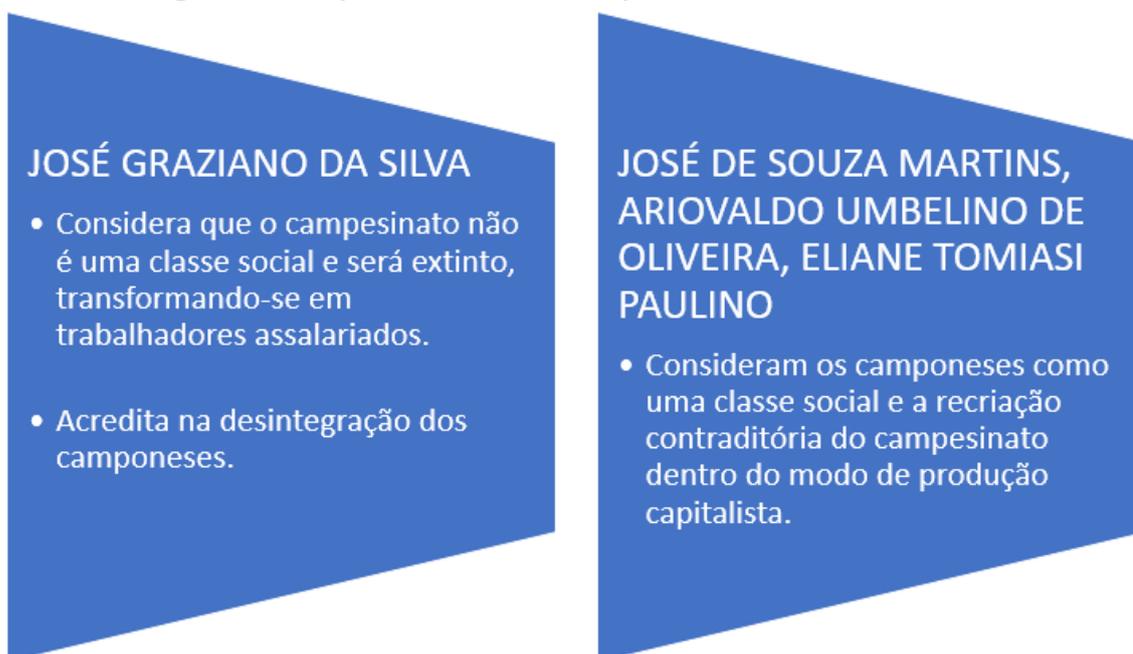
### TEORIAS E ABORDAGENS CLÁSSICAS SOBRE O CAMPESINATO

KAUTSKY	LÊNIN	CHAYANOV
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendia que o campesinato estaria em via de desaparecimento na medida em que o capital se expandisse no campo.</li> <li>• Acreditava que o camponês se tornaria um “simples agricultor”, por conta da inserção da indústria no campo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendia que o campesinato estaria em via de desaparecimento na medida em que o capital se expandisse no campo.</li> <li>• Acreditava que a expropriação dos meios de trabalho do camponês forçaria os mesmos a vender sua força de trabalho, transformando-se assim em assalariados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defendia a viabilidade da existência camponesa no capitalismo a partir da sua habilidade de sobreviver e prosperar em situações adversas.</li> <li>• Considerava o campesinato como um modo de produção, e não uma classe social.</li> </ul>

Organograma 04 – Teorias clássicas do campesinato. Fonte: Nabarro, 2014. Organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

A partir das transformações ligadas à expansão das relações capitalistas no campo, desde meados do século XIX, surgiram diversas interpretações sobre o papel e o destino da classe camponesa. No esquema acima, entende-se melhor de onde essas teorias se originaram. Paulino (2012) salienta que nesse contexto, algumas teorias ganharam força, como por exemplo, a que afirmava sobre o desaparecimento do campesinato como classe social (figura 08). Porém, constata-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo não iria, em todos os casos, provocar o desaparecimento do campesinato, mas a sua recriação.

### Abordagens Contemporâneas sobre o Camponato no Contexto Brasileiro



Organograma 05 – Abordagens contemporâneas do camponato no contexto brasileiro. Fonte: Nabarro, 2014. Organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

De acordo com Martins (2020), o desenvolvimento do modo de produção capitalista é vital para o mesmo. Sua manutenção é mais do que necessária para a sua sobrevivência, sendo feita por meio da reprodução de capital. Karl Marx, mesmo com a questão não resolvida, já afirmava que essa reprodução de capital também era feita através de relações não capitalistas de produção. Também Luxemburgo (1985), com importantes apontamentos em sua obra *A Acumulação de Capital* contribuiu diretamente para o entendimento das relações não capitalistas e para a teoria da recriação do camponato.

Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (MARTINS, 2020, p. 36)

Sendo assim, a compreensão é a de que o camponato não apenas sobrevive ao capitalismo, mas se reproduz no seu interior. Essa sua reprodução no bojo da dinâmica do capitalismo se dá pelo fato de que o próprio capital necessita de relações não capitalistas para o seu desenvolvimento. (LUXEMBURGO, 1985)

Segundo Marques (2008), o camponato é uma classe social que está inserida no capitalismo de forma subalterna, hora servindo aos interesses capitalistas, e, em outros momentos, sendo contraditória a eles. Pode-se dizer, segundo a autora que o mercado domina o camponato, mas não que o organiza.

Por sua posição subordinada, a classe camponesa está, por definição, sujeita à extração de excedentes, o que pode favorecer os interesses do Estado, de segmentos específicos do capital ou do processo de acumulação em geral. A extração de excedente da produção camponesa e sua manutenção como unidade de produção mercantil simples implicam a redução de sua capacidade de investimento e mudança estrutural de sua base produtiva e têm tornado a unidade de produção doméstica dependente de recursos de origem externa, seja do Estado, seja via sistemas de crédito, para adequar-se a novos padrões de produção. (MARQUES, 2008, p. 69)

Nesse quesito, Paulino (2012) auxilia na explicação sobre os dois tipos de relações de produção existentes no campo: a tipicamente capitalista e a não tipicamente capitalista. A primeira tem por características básicas os trabalhadores vendendo a sua força de trabalho para obterem um salário, por meio da lógica de compra e venda. Já a segunda é composta por relações nas quais predominam as formas autônomas de trabalho, nas quais os sujeitos têm o controle da força de trabalho e mobilizam sua família para o mesmo; ou as formas de sujeição violenta empregada sobre os trabalhadores, como por exemplo, a peonagem. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 36):

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho.

Dessa forma, o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007, p. 40)

Subentende-se então que, além dessa distinção referente aos tipos de relações de produção existentes no campo, existem também dois modelos de agricultura e propriedades: a capitalista e a camponesa. Na agricultura capitalista, o objetivo dos trabalhadores é ofertar a mercadoria força de trabalho, gerando assim a sua remuneração. Já na agricultura camponesa, aquilo que é ofertado é o produto do trabalho. O campesinato está inserido no capitalismo, mas a sua lógica de vida é distinta dos princípios da sociedade capitalista urbano-industrial.

Sobre as propriedades privadas, Paulino (2012) afirma que é olhando para esse contexto de agricultura capitalista x agricultura camponesa que percebemos que a heterogeneidade é uma das principais marcas do campo. No interior da propriedade privada capitalista, a terra é constituída em objeto de negócio e de exploração de trabalho, gerando mais-valia, sendo instrumento de acumulação de capital. Já na propriedade familiar camponesa, a terra é cultivada a partir do trabalho familiar, visando a reprodução socioeconômica da família e dos valores camponeses. “Dessa forma,

podemos verificar que no Brasil coexistem, em conflito aberto, regimes de propriedades diferentes, um capitalista e outro familiar.” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 51).

O objetivo da propriedade familiar camponesa não é a exploração do trabalho e a obtenção de lucros, mas a reprodução da família camponesa. Mesmo quando ocorre a apropriação da renda da terra e excedente econômico, a renda é utilizada para fornecer melhorias na qualidade de vida, como por exemplo, diminuição de sobretrabalho, fazendo sentido por considerá-la como renda camponesa. (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Contudo, é preciso registrar que isso não significa que na produção camponesa não possa haver sobra de dinheiro. Quando isso ocorre, será o momento em que o camponês tem uma remuneração acima daquilo que necessita para viver. Isso pode ocorrer como resultado da produtividade do trabalho e da presença dos elementos formadores de renda, uma vez que ele é dono da propriedade. O contrário também é possível, quando o camponês doa inteiramente à sociedade os frutos do seu trabalho, o que gera um empobrecimento do grupo familiar, bem como o comprometimento de sua reprodução. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 50)

Esses raciocínios em questão são melhores esclarecidos quando se entende a dualidade entre terra de negócios (agricultura capitalista) x terra de trabalho (agricultura camponesa), cada uma delas sendo ditadas por princípios opostos.

No primeiro caso, o princípio estabelecido parte da fórmula D-M-D' (dinheiro investido, mercadoria produzida, dinheiro ampliado em forma de lucro), apontando que o investimento na agricultura capitalista é feito com o objetivo de se produzir mercadorias, que futuramente, ao serem comercializadas, devem gerar lucro. Ou seja, o fim último é a obtenção de mais-valia. O valor do retorno final precisa ser maior do que o valor investido inicialmente. (PAULINO, 2012)

O segundo caso, representado pela propriedade camponesa, tem como princípio a fórmula M-D-M (mercadoria produzida, dinheiro da venda dessa mercadoria, mercadoria para a subsistência), na qual a produção de mercadorias visa a obtenção de dinheiro para, no fim, adquirir mais mercadorias, essenciais para a reprodução da família. Ou seja, o fim último é o bem-estar da família, não o lucro. (PAULINO, 2012)

Aqui, a tentativa de conceituar e explicar a classe camponesa serve para melhor compreensão da geografia agrária e das realidades atuais acerca do campo brasileiro e paranaense, aspecto essencial para a discussão. No decorrer da pesquisa, os encontros e os diálogos com os sujeitos camponeses no município de Sapopema/PR foram de grande valia. Interagindo com os mesmos, percebemos suas necessidades e formas de organização.

Sobre o modo de vida camponês, parte-se do pressuposto de que o mesmo não pode em nenhum momento da discussão e da realidade ser idealizado porque cair-se-ia em um grande equívoco. Esse modo de vida não é natural, não surgiu repentinamente, mas é construído

socialmente. Por trás do modo de vida campestre, existem aspectos econômicos e sociais que precisam ser levados em conta.

Shanin (2008) ressalta que nos dias atuais, ainda há muito que se apreender com o campesinato e, por enquanto, sabemos pouco a esse respeito, pois existem poucas metodologias voltadas especificamente a essa compreensão.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. (SHANIN, 2008, p. 28)

O estudo do campesinato também pode servir como instrumento de entendimento sobre outras realidades não-camponesas, como por exemplo os habitantes do campo que carregam outro modo de vida, assim como as atividades não rurais que acontecem no campo, como no caso da pesquisa, o Turismo Rural.

Antes mesmo de compreender sobre o modo de vida camponês, é necessário o desdobramento quanto ao entendimento de onde e como essa noção *modo de vida* surgiu dentro da ciência geográfica, pois a mesma diz muito sobre os sujeitos abordados.

### 3.1.1 O modo de vida camponês

De acordo com os estudos de Nabarro (2014), o modo de vida dentro do contexto geográfico é produto de um movimento de renovação de pensamentos das ciências ocorrido no final do século XIX. Esse movimento foi gerado por uma crise do naturalismo e do cientificismo (nos quais eram caracteres predominantes nas ciências até então), dando espaço e fazendo emergir algumas correntes filosóficas, pautadas no historicismo, no humano e no estudo do desenvolvimento dos grupos sociais. Surge então, nas ciências, mais especificamente na Geografia, um forte dualismo: um estudo da natureza ou um estudo do homem?

Isto posto, foi diante desse dualismo que alguns grandes pensadores da Geografia, dentre eles o francês Paul Vidal de La Blache, iniciaram as discussões e abordagens sobre uma Geografia Regional, uma escola possibilista dessa ciência. A mesma se encarregava pelos estudos sobre a diferenciação de áreas, mostrando-se como uma possível solução para essa questão filosófica que emergia. “Foi, por conseguinte, no contexto do desenvolvimento de estudos regionais que o modo de vida enquanto uma categoria foi formulado no pensamento geográfico moderno.” (NABARRO, 2014, p. 37)

Em outras palavras:

Na proposta lablacheana, a noção de modo de vida não fica restrita apenas às relações sociais simples. Para ele, as ações humanas sobre a natureza, são expressões da maneira como o homem enxerga o meio e a si próprio. Representa a forma com que o homem, ou determinado grupo social, interage com o meio. Por conseguinte, o modo de vida não se constitui como algo imutável. É dinâmico, inclusive podendo estar contido dentro de outros modos de vida. (NABARRO, 2014, p. 39)

Para Marques (2004), a utilização da noção de modo de vida no meio geográfico não é um fato novo, e também pode ser denominado e encontrado em trabalhos acerca dessa temática como estilo de vida, gênero de vida ou modo de existência. A autora compreende o modo de vida como sendo “a forma como um determinado grupo social ou comunidade manifestam a sua cultura.” (MARQUES, 2004, p. 153)

Acredita-se que para se estudar o modo de vida camponês seja preciso partir das relações de subordinação e estranhamento com o modo de produção hegemônico de determinada época. Ou seja, na Idade Média, para melhor estudar e compreender o modo de vida camponês é necessário levar em conta o feudalismo e sua lógica. Nos dias atuais, o modo de vida camponês está entrelaçado às relações com o modo de produção capitalista.

O pressuposto inicial seria partir do entendimento de que o modo de vida camponês não é igual ao modo de vida urbano-industrial, que prevalece nos dias de hoje. Os camponeses vivem uma vida com necessidades, sentidos e lógicas diferentes.

Ao mesmo tempo, depara-se com a aproximação do estilo de vida camponês e o estilo de vida urbano-industrial. Pode-se dizer que é praticamente inviável que o segundo não influencie no primeiro, e de certa maneira, fazendo uma ligação e criando certas relações, que já foi dito anteriormente, como por exemplo, a impossibilidade de estudar o campesinato longe do mercado.

Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influência, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios e receios. (SUZUKI, 2013, p. 630-631)

São muitas as dificuldades de se preservar e de se recriar a tradição do modo de vida camponês em meio a tantas mudanças socioculturais e influências do mundo moderno. Quando se faz o esforço de estudar o modo de vida do povo camponês, é importante pensar sobre as contradições que marcam esse estilo de vida tradicional dentro da sociedade capitalista. (MARQUES, 2004)

Marques (2004) vai mais além daquilo que já foi citado sobre a relação do campesinato com o mercado capitalista, e que os mesmos não podem ser enxergados separadamente, ao afirmar que o modo de vida camponês possui uma configuração bastante dinâmica e que só pode ser entendido

a partir da sua inserção na sociedade mais ampla, até mesmo nas relações sociais a níveis nacionais e globais.

Por conseguinte, uma cultura camponesa só pode ser entendida por meio do seu movimento de reprodução, ou seja, como vivem e como sobrevivem, juntamente com o conjunto de práticas, valores e significados que utilizam para tal meio. Essa reprodução atualmente enfrenta uma oposição da classe dominante, em um contexto conflituoso.

Os três pilares do modo de vida tradicional camponês são: terra, família e trabalho. A valorização dos camponeses por esses três elementos é imensa: os laços familiares estão no centro da vida; o trabalho na terra, que garante o sustento da família, é realizado com afinco; a paixão pela terra, que não é vista mercadoria, mas como um pedaço de si mesmo, sempre a ser cuidado e respeitado dentro da moral e do conhecimento do camponês é fundamental. Portanto:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145)

O modo de vida camponês é baseado nas tradições e no suprimento de suas necessidades imediatas. A tradicionalidade se apresenta e se afirma como uma oposição à lógica dominante, manifestando mudanças de uma maneira mais lenta quando comparada às rápidas mudanças da modernidade urbano-industrial. A tradicionalidade também é representada por meio da transmissão e reprodução entre as diversas gerações familiares das práticas e valores, ou seja, costumes que vão sendo passados de pai para filho. Além disso, o sujeito com um modo de vida tradicional é marcado por um forte sentimento de pertencimento ao lugar. O camponês valoriza e não abre mão da sua terra, fonte do seu sustento familiar. (MARQUES, 2004)

O cerne da questão do modo de vida camponês é, portanto, a relação intensa da família com a terra. Deve-se ponderar, entretanto, que nem todos os camponeses têm um modo de vida tradicional, pois, atualmente muitas famílias do campo, que possuem pequenas propriedades, possuem práticas sociais e formas organizativas características do modo de vida urbano-industrial.

### **3.2 As mudanças e a inserção do capitalismo no campo**

O campo, além de contar com diversas contradições, lutas e significados, também é um espaço dinâmico, em constante transformação. É sobre essas transformações sociais, econômicas e territoriais que nesse momento pretende-se aprofundar nesta parte da pesquisa. Mas, antes é

importante compreender as mudanças no mundo na segunda metade do século XX.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), se formam dois blocos de países: o ocidental, capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), e o bloco das nações socialistas, lideradas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Esses dois blocos de países passaram por diversas décadas (de 1950 até 1990) em conflito na busca de uma hegemonia no mundo: a Guerra Fria. Disputas econômicas, políticas, sociais e até mesmo espaciais foram travadas durante esse período, até que no ano de 1991, a URSS é extinta.

De acordo com Oliveira (2012), dois grandes fatos contribuíram para importantes transformações no modo capitalista de produção na segunda metade do século XX. O primeiro deles foi crise do socialismo e o fim da URSS; somado à consolidação do processo de mundialização do capitalismo monopolista, por meio do neoliberalismo.

Esse processo de crise do socialismo e ascensão das premissas neoliberais originou uma nova ordem capitalista nos países:

Esse processo trouxe consigo a reordenação territorial em termos mundiais da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais. A novidade que trouxe foi a presença, no plano mundial, de monopólios formados em países emergentes, ao lado de processos de ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio dos Estados. As associações entre empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais transformaram ambas, nas empresas mundiais. Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais. (OLIVEIRA, 2012, p. 2)

Sendo assim, pode-se falar de mundialização, ou seja, de um mundo interligado, no qual as fronteiras não parecem mais serem problemas, em que os fenômenos, relações, produções e comercializações acontecem de forma mais fluída, rápida e praticamente sem restrições entre os países. Por meio desse processo, as distâncias foram diminuindo, pois, a mundialização proporciona certa ilusão de instantaneidade nas relações.

Mas, afinal, o que significa o termo *mundialização*? De acordo com o dicionário de língua portuguesa é a “ação de tornar algo comum, universal, sendo capaz de se expandir ou de alcançar tudo e todos” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUES, 2022). O modo de produção capitalista anseia por esse objetivo, por deixar a produção e o comércio cada vez mais acessível à população dos diversos países (ou, pelo menos, para aqueles que têm condição de compra).

Em sua obra *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos (2014) já antecipava que o processo de mundialização não data de hoje e que o estamos vivendo foi longamente preparado.

Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da histórica, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do

homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações. A brutalidade das transformações ocorridas na totalidade do mundo, no curso dos últimos trinta anos, impede-nos de pensar que o passado, embora próximo, seja ainda dominante. Trata-se de uma fase inteiramente nova da história da humanidade. (SANTOS, 2012, p. 16)

De fato, vive-se atualmente em um tempo em que ocorre uma verdadeira interdependência entre ciência e técnica, diferentemente do que aconteceu algumas décadas atrás. Essa tecnologia resultante do período contemporâneo é utilizada em escala mundial, fazendo com que nada mais importasse a não ser uma busca desenfreada pelo lucro. Santos (2014) percebe que esses novos movimentos de mundialização, centralizados na obtenção de lucros, são capazes de gerar graves distorções nos modos de vida e nas relações sociais. Segundo as palavras do autor, “a mundialização que se vê é perversa.” (SANTOS, 2014, p. 21)

Considera-se que nesse período ocorre a emergência de uma dupla tirania: a do dinheiro e a da informação. Em uma relação intrínseca, os novos moldes do dinheiro e da informação fornecem as bases do sistema ideológico que atua na sociedade, conformando um novo caráter às relações sociais, ao espaço e aos cidadãos. A competitividade, ditada pela produção e pelo consumo, e o crescimento a qualquer custo são as novas faces de um mundo globalizado. (SANTOS, 2020)

Harvey (2014) ressalta que a teoria neoliberal, assim como esse novo mundo globalizado, esconde por trás da definição de liberdade a sua verdadeira perversidade. Foi por meio dos conceitos de dignidade e liberdade individual que os primeiros movimentos pró-neoliberalismo começaram a caminhar. “O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal.” (HARVEY, 2014, p. 17). Desta forma, a liberdade na verdade é uma pseudoliberalidade, escondida por trás do “sucesso” do mercado e do modo de produção capitalista.

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2014, p. 12)

Para Nabarro (2014), em sua reprodução, o modo de produção hegemônico precisa ultrapassar barreiras materializadas pelas práticas do cotidiano, que, na maioria das vezes, são pautadas por valores culturais enraizados por gerações. Para isso, controlar o que se consome é também controlar como se vive.

A esse respeito, os pensadores neoliberais se preocuparam com sua impopularidade

desde sua gênese e criam um aparato ideológico para legitimar e naturalizar a desigualdade, a exclusão e a precariedade do modo de vida e das relações de trabalho. Disseminam-se entendimentos, novos termos e conceitos que escamoteiam o real significado dos problemas impostos pelo capitalismo. Conceitos políticos básicos da sociedade foram substituídos por definições meramente econômicas. (NABARRO, 2014, p. 180)

As ideias principais e os valores do neoliberalismo consistem na maximização da reprodução do capital, criando assim um caráter ideológico para as relações, sejam elas sociais ou econômicas. Esse aparato que transforma em maximização de acumulação é peça fundante do sistema neoliberal, fazendo que a característica principal da mundialização seja sempre o lucro.

Segundo Oliveira (2012, p. 3), “a mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais.” A lógica da mundialização era então produzir em qualquer lugar do mundo. A hegemonia desse processo se consolidou por meio, principalmente, dos oligopólios internacionais denominados como empresas multinacionais.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional. (OLIVEIRA, 2012, p. 3)

E qual a relação destes apontamentos sobre a ascensão da mundialização do capital com a agricultura e com os camponeses? Ora, assim como os aspectos financeiros, políticos e sociais mudaram, pode-se dizer que as relações no campo também se modificaram tendo em vista que o campo não está apartado da realidade urbano-industrial. “Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno.” (SANTOS, 2020, p. 88)

De acordo com o avanço da civilização e da inteligência, foi atribuído ao homem, por meio do aprofundamento das técnicas, uma capacidade cada vez mais intensa em modificar os dados naturais, os deixando a mercê da necessidade atual e alterar os seus impactos. Eis a agricultura também sendo afetada pelas mudanças do mundo contemporâneo. Antes, o homem não tinha tanta capacidade em manusear e controlar as produções, mas com a tecnificação e seus aprimoramentos tal controle foi facilitado. Em outras palavras, para a atividade agrícola, as últimas décadas marcam o tempo da mecanização do espaço geográfico, alterando profundamente tanto a produção quanto as relações sociais no campo.

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção

agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influencia daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência a instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação as superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma informação indispensável. (SANTOS, 2020, p. 88-89)

Oliveira (2012) ressalta que no interior do processo de mundialização, a agricultura também é impactada. As atividades agrícolas camponesas, por vezes pautadas e auxiliadas por subsídios, que têm como órgão mundial mediador a FAO (Organização para Alimentação e Agricultura) e destinadas ao abastecimento do mercado interno, passam a vivenciar um intenso processo de mudança imposto pela lógica neoliberal.

Na cidade ou no campo o neoliberalismo carrega consigo, como objetivo principal, garantir as condições necessárias para o bom andamento e implantação do mercado capitalista, sempre obedecendo a lógica do capital financeiro internacional. (MARQUES, 2008).

Mediante a nova política, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado passou a se sustentar em três pilares: “a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e os monopólios mundiais” (OLIVEIRA, 2012, p. 6). As ideias neoliberais atacaram a agricultura de base familiar camponesa por meio de uma posição expressa contra os subsídios até então ofertados para as famílias. O objetivo da agricultura brasileira passa a ser então a exportação de *commodities agrícolas*, produtos em estado bruto ou semiprocessados, cotados em dólar e destinados à exportação, como: soja, milho, trigo, arroz, algodão, café, cacau e açúcar.

A estratégia nacional passou a ser a produção de *commodities* para o mercado mundial, e não mais a produção de alimentos para consumo interno. (OLIVEIRA, 2012). Nessa fase, os produtores capitalistas do campo e os complexos agroindustriais foram ainda mais impulsionados. Assim, a expansão agroindustrial assume novas características e um modelo de “desenvolvimento” rural excludente se forma, conforme nos explica Teubal:

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio. (TEUBAL, 2008, p. 140)

O avanço das políticas neoliberais, monopolistas e excludentes, intensificaram problemas ambientais e sociais já conhecidos no Brasil. Os desmatamentos, a concentração fundiária e a questão da segurança alimentar são exemplos disso. A população mais afetada por essa crescente do agronegócio foi justamente os camponeses, que passaram por um processo de expropriação das suas terras e dos seus direitos.

Nesse contexto, Oliveira (2012) nos apresenta dois processos espaciais decorrentes do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo que afetaram também o modo de vida e a produção do povo camponês: de um lado a *monopolização do território* pelo capital, e do outro, a *territorialização do monopólio*.

Sobre a *monopolização do território*, Paulino (2012) afirma que este processo provoca a recriação da classe camponesa, mas a subordinada ao capital industrial. Também enfatiza que o seu pressuposto parte da ideia de que o capital no campo, ao invés de se territorializar, monopoliza o território. A produção propriamente dita acontece no interior das relações não tipicamente capitalistas, as quais os trabalhadores não são separados dos meios de produção. Em outras palavras, no processo de monopolização do território pelo capital, a forma de produzir no campo é constituída através da ideia de que o capital industrial há de subordinar a agricultura e a produção de acordo com os seus interesses, e isso ocorre sem que o capitalista compre terra, ou seja, o capitalista e o proprietário da terra não são a mesma pessoa. (OLIVEIRA, 2012)

É necessária, portanto, a compreensão de que a monopolização do território está intimamente ligada à questão da sujeição da renda camponesa da terra pelo capital, como explica Paulino (2012, p. 39-40):

Enquanto que na agricultura capitalista, a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo como as demais transacionada no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra. É com a monopolização do território que é assegurada a transferência dessa renda a setores capitalistas, momento em que é convertida em capital, o que explicita a lógica contraditória do modo capitalista de produção.

Nas relações capitalistas de produção, é no trabalho não pago, na extração de mais-valia onde ocorre o lucro. Já nas relações não tipicamente capitalistas de produção, mais especificamente na agricultura camponesa, não é no trabalho que se extrai o lucro, mas no produto que o contém. Por conseguinte, é somente entendendo esse processo de produção como um todo que se vai compreender o sentido da monopolização do território.

Conforme já assinalamos, a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, o que a diferencia das demais classes. Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis através da venda da sua produção e não do seu trabalho, como o fazem os assalariados. Em outras palavras, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que têm para vender unicamente a mercadoria força de trabalho. (PAULINO, 2012, p. 118)

Na prática, esse processo é então desenvolvido pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária. Essas empresas, “(...) sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores.”

(OLIVEIRA, 2012, p. 10). No Brasil, exemplos da monopolização do território estão nas produções de café, laranja, tabaco e chá; além da criação de aves, suínos e bicho-da seda.

O outro processo espacial decorrente da inserção do capitalismo no campo é a *territorialização do monopólio*, no qual o capitalista e o proprietário da terra são a mesma pessoa, ou seja, aquele que acumula ao mesmo tempo o lucro da atividade industrial e a renda da terra. Se na monopolização do território a forma de lucro vinha de uma subordinação do camponês, aqui o modelo produtivo é baseado no trabalho assalariado.

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização soldou em um outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores. (OLIVEIRA, 2012, p. 8)

A territorialização dos monopólios é uma nítida expressão da mundialização que vem ocorrendo no campo, e é marcada principalmente pela monocultura: cana, soja, trigo, laranja etc.

A partir deste debate teórico sobre os processos espaciais advindos da expansão no capital no campo, nota-se que as mudanças que vêm acontecendo na agricultura e a exploração e permanência da classe camponesa no campo estão intimamente relacionadas. Neste sentido, é possível afirmar que o campesinato está inserido nas engrenagens do capitalismo, mesmo tendo um modo de vida diferente do urbano-industrial. (NABARRO, 2014). Portanto, no campo as contradições do mundo capitalista também irão acontecer, como a expansão do Turismo Rural como fonte complementar de renda a algumas famílias camponesas.

### **3.3 Turismo e campesinato: nova alternativa de renda ou contradição?**

A atividade turística no campo é dinâmica e necessita ser discutida nos dias de hoje. Além disso, os olhares sobre o estudo do Turismo no espaço agrário precisam estar voltados ao desenvolvimento local. O Turismo pode ser uma fonte de renda em áreas rurais onde o mesmo atua.

De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2015, 84,72% da população brasileira é residente de áreas urbanas, e 15,28% vive em áreas rurais. No bojo dos indivíduos que residem nas áreas rurais do país, apresentamos uma tabela do mais recente Censo Agropecuário (2017) para fornecer ao leitor ao menos uma noção do total de estabelecimentos rurais e a área que os mesmos ocupam (figura 09).

**QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SUA ÁREA OCUPADA NO BRASIL**

	<b>ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	<b>ÁREA (ha)</b>
<b><u>TOTAL</u></b>	5.073.324	351.289.816
<b><u>MENOS DE 10 ha</u></b>	2.543.681	7.993.969
<b><u>DE 10 A 100 ha</u></b>	1.980.684	63.810.646
<b><u>DE 100 A 1.000 ha</u></b>	420.719	112.257.692
<b><u>MAIS DE 1.000 ha</u></b>	51.203	167.227.511
<b><u>PRODUTOR SEM ÁREA</u></b>	77.037	

Tabela 01 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários e sua área ocupada no Brasil.  
Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Sendo assim, com mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários espalhados em mais de 350 milhões de hectares no Brasil, é evidente que o Turismo Rural se manifesta de maneira diferente em cada lugar.<sup>13</sup> Em alguns municípios, o Turismo Rural dar-se-á de uma maneira bem vista pela população, contribuindo para a economia local. Já em outros, o mesmo pode se realizar de formas socialmente excludentes e prejudiciais ao meio ambiente, não sendo bem recebido, nem acolhido, por toda a população. Diante desta realidade, e caminhando na análise teórico-conceitual, para se chegar até o turismo atuante no campo, o significado de desenvolvimento local e suas ramificações precisam ser compreendidos, “uma vez que a ideia de desenvolvimento não é tão óbvia ou isenta de disputa e controvérsia quanto se poderia imaginar.” (SOUZA, 1997, p. 18)

É comum que se confundam ou generalizem como sinônimos os significados de desenvolvimento e de desenvolvimento econômico.

O chamado “desenvolvimento econômico” é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente. Ora, a história tem mostrado – e o Brasil é exemplo lapidar a esse respeito, especialmente se recordar a época do chamado “milagre econômico”, em fins dos anos 60 e começo dos anos 70 – que o desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, automática ou forçosamente (ou proporcionalmente) haja melhoria do quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais. (SOUZA, 1997 p. 18 – grifos do autor)

Essencial salientar que o desenvolvimento econômico está relacionado ao crescimento

<sup>13</sup> Também de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a receita gerada pelo Turismo Rural para esses estabelecimentos agropecuários foi de apenas 0,03%, evidenciando como esse segmento do Turismo ainda gera uma renda mínima.

econômico, mas não são iguais. A partir de uma perspectiva economicista e equivocada, o crescimento e o desenvolvimento atualmente são considerados sinônimos. Quando se fala em desenvolvimento econômico, acontecem avanços na área econômica, inovações nas áreas tecnológicas, mas não diretamente na melhoria de vida da população em geral, como saúde, educação, igualdade, entre outros aspectos. Interessante essa definição para o nosso estudo, pois no campo brasileiro, a modernização agrícola dos anos 1970 e as novas técnicas podem trazer o questionamento: aconteceu um desenvolvimento ou apenas um crescimento econômico no campo?

Segundo Souza (1997), essa confusão conceitual é causada pelo fato da ideia atualmente estar carregada de ideologias, no sentido de aperfeiçoar e perpetuar o modelo capitalista, no qual faz parte do sistema e da lógica na qual uma parcela da população segue se privilegiando economicamente, enquanto a outra vive os descasos e passa necessidades.

Dizer hoje em dia que determinado município passa por um processo de desenvolvimento pode ser na verdade um ato de encobrir a intenção que o sistema hegemônico capitalista possui, ou seja, maximizar a acumulação.

A ideologia do desenvolvimento dominante, além de flagrantemente etnocêntrica, costuma abrigar uma confusão entre meios e fins. Uma confusão, deve-se dizer, muito conveniente para os que se beneficiam dessa ideologia. (SOUZA, 1997, p. 18)

Outro questionamento essencial que se admite na pesquisa é a quem se destina o desenvolvimento. Ora, são os cidadãos de um lugar/região/estado/país quem deve ser os beneficiados pelo desenvolvimento, e não apenas uma parcela seleta de privilegiados. A visão elitista e economicista que trata crescimento e desenvolvimento como sinônimos, e nos quais os mesmos sejam destinados a manter os privilégios de uma classe dominante mais causa atraso que desenvolvimento. Afirma-se isso acompanhando a ideia de Souza (1997) para desenvolvimento, onde o mesmo consiste em um processo de superação de problemas sociais, oferecendo às pessoas uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, o desenvolvimento seria uma questão socioespacial:

Compreendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social. É evidente que, desse ângulo de abordagem, o crescimento econômico e o progresso técnico são totalmente insuficientes como parâmetros definitórios (**podendo, até mesmo, ser antes parte do problema que da solução**: pense-se, por exemplo, no crescimento que se dá à custa de taxas ascendentes de degradação ambiental ou no progresso técnico que se faz acompanhar por desemprego tecnológico e exclusão). (SOUZA, 1997, p. 19 – grifo nosso)

Coriolano e Lima (2003) afirmam que o desenvolvimento não se refere apenas à economia, mas ao contrário, é a economia que deve ser tomada em função do desenvolvimento de cada lugar. Um dos maiores desafios contemporâneos é promover um desenvolvimento que contemple todos os cidadãos, que lhes forneça condições dignas de vida e perspectivas para o futuro, como explica Coriolano e Lima (2003, p. 13), “quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo que se vive.”

Volta-se a Santos (2020), em que o autor pregava a ideia de que no período histórico atual seria necessário o movimento de olhar não somente para o global, mas principalmente ao local. Em outros termos, não se atentar apenas às grandes relações mundiais, mas visualizar e cuidar do lugar de cada um, da realidade de cada um.

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos. (SANTOS, 2020, p. 20)

“Na contracorrente da globalização (perversa ou não), de repente, o lugar aparece com toda a sua força, porque é nos fragmentos que se assenta o global.” (RODRIGUES, 1997, p. 57)

O desenvolvimento, nessa pesquisa, é visto e trabalhado na escala local. Propor esse desenvolvimento significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente e fortalecer as “contrafinalidades” que são localmente geradas (RODRIGUES, 1997). Os conflitos sociais específicos de cada região são resolvidos e tratados por meio de um desenvolvimento sustentado na base local, buscando com que toda a população se desenvolva.

Essa forma de entender o desenvolvimento (em escala local) é advinda de aspectos das teorias da globalização, entre eles, a ideia de que quando o Turismo passa a ser um elo entre o local e o global e, sob esta ótica, o desenvolvimento local é melhor compreendido.

Sabe-se que o Turismo tem um caráter mundial, proporcionando grandes viagens e intensas relações. Entretanto, o mesmo também pode ser entendido de forma inversa, em vez de global-local, local-global.

Estamos num novo período histórico que deverá adentrar o terceiro milênio e que requer o resgate do cidadão e da solidariedade, não somente entre os iguais, mas também entre os diferentes. Diante disto, prega-se ultimamente a fórmula do desenvolvimento em escala humana, ou seja, em sentido diverso de crescimento econômico. (RODRIGUES, 1997, p. 59)

Nessa pesquisa, defende-se que a tentativa de compreender o desenvolvimento local também pode ser realizada por meio da análise da atividade turística. A premissa vigente, embasada

nos autores tratados até aqui é a de que o Turismo em espaços rurais pode ser um fator de desenvolvimento local e regional. Coriolano e Lima (2003) defendem que o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando o mesmo atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico, quanto ao desenvolvimento social e local.

Para dialogar sobre o Turismo Rural e a possibilidade do mesmo ser alternativa de renda para famílias residentes no campo, apoia-se em Graziano da Silva<sup>14</sup> (1999), que apresenta uma ideia essencial: a do novo rural brasileiro. De acordo com o autor, essa nova conjuntura do meio rural é composta por vários subconjuntos, dentre eles, vale destacar o conjunto das novas atividades não agrícolas no campo, ligadas à moradia e ao lazer.

O termo “novas atividades” é utilizado pelo autor não no sentido de ineditismo, pelo contrário, algumas delas caracterizam o novo rural e são seculares no país, existindo aqui há um bom tempo e tendo sua atuação. No entanto, não tinham, até recentemente, importância como atividade econômica e geradora de impactos. “Eram atividades ‘de fundo de quintal’, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos, que foram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural.” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, apresentação, p. IX – grifo do autor).

Dentre essas novas atividades, Graziano da Silva (1999) exemplifica não somente as tipicamente agrícolas, como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa e criação de pequenos animais, mas também as atividades rurais não agrícolas, como o Turismo Rural, fazenda-hotéis, pesque-pagues, leilões e exposições agropecuárias, festas de rodeios, entre outras. É a partir da valorização dessas últimas que ocorre a crescente do fenômeno de urbanização do meio rural. Esse fenômeno ocorre como resultado do processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente é delimitado e definido como rural. Calvente (2001, p. 16) também constata: “O processo de urbanização está diretamente relacionado ao crescimento do turismo rural.”

A atividade turística, antes de chegar até o meio rural, foi essencialmente um fenômeno remetido à urbanização. Pode ser por esse fato que atualmente está inserido nas atividades rurais não agrícolas que trouxeram um pouco mais do urbano para o meio rural. O Turismo é uma atividade tão ampla, que de acordo com Marafon (2006), sofreu um processo de transbordamento do urbano para o rural.

O resumo dessas ideias está contido no pensamento de Graziano da Silva (1999):

---

<sup>14</sup> Faz-se aqui uma nota que, Graziano da Silva carrega uma outra abordagem e um outro pensamento sobre o campesinato. Os autores já trabalhados até aqui não acreditam na ideia do novo mundo rural. Utiliza-se Graziano para unicamente abordar sobre a inserção das atividades não agrícolas no campo, dentre elas, o Turismo, e não para analisar conceitualmente o campesinato.

A conclusão é que o meio rural brasileiro já não pode ser mais analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não agrícolas e/ou urbanas. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. X)

Salienta-se que o Turismo no espaço rural pode atuar tendo ou não contato com os camponeses. Pode ser que em determinada situação, um proprietário de terra, que não faz parte da classe social do campesinato, constrói alguma estrutura e começa a receber turistas, assim sendo considerado como um tipo de Turismo Rural. Entretanto, ao mesmo tempo, uma família camponesa pode optar por receber turistas na sua propriedade para auxiliar na sua fonte de renda, o que também seria considerado como Turismo Rural.

Por conseguinte, o Turismo no espaço rural, para os camponeses, é uma das atividades alternativas de renda que existem no campo, mas que ao mesmo tempo, podem trazer impactos na região, assim como embates referentes ao modo de vida camponês.<sup>15</sup>

Hespanhol e Souza (2012), em seus estudos sobre a viabilidade do Turismo nos espaços rurais ser essa nova alternativa de renda para o povo do campo, explicitam que essa atividade é apreendida como uma atividade econômica que tem se destacado no cenário nacional, e por esse fato vem estimulando o governo brasileiro a desenvolver políticas públicas para que isso ocorra, podendo gerar não só alternativa de renda ao camponês, mas também novas ocupações nas unidades produtivas de pequeno porte do campo.

É nesse contexto que trabalhava Graziano da Silva (1999), de um novo rural, de um campo com um caráter mais multidisciplinar e heterogêneo referente as atividades ali exercidas, faz com que surgisse essa relação e possibilidade de o Turismo ser visto e incentivado com uma maior intensidade pelo governo e pela esfera pública.

Calvente (2002) e Hespanhol e Souza (2012) abordam sobre as diversas escalas de regulamentação e políticas públicas que visam sustentar o Turismo nos espaços rurais, sejam elas internacionais, nacionais, estaduais, regionais e locais. Tais políticas públicas vão desde a OMT (Organização Mundial do Turismo), nível global, até a Prefeitura do Município de Sapopema, no nível local.

Porém, inevitável é o questionamento:

Todavia, considerando a complexidade e heterogeneidade que marcam o campo brasileiro, será que o turismo pode realmente ser uma alternativa para a maioria dos produtores rurais de pequeno porte? Ou o turismo seria apenas mais uma panaceia criada

---

<sup>15</sup> No capítulo seguinte, amparado no trabalho de campo e diálogo com os entrevistados, serão exemplificados e analisados os possíveis impactos.

para não se enfrentar os verdadeiros problemas e dificuldades enfrentados por aqueles que vivem da agricultura e que não conseguem sobreviver apenas com a renda gerada por essa atividade? (HESPANHOL e SOUZA, 2012, p. 173)

O Turismo no espaço rural vai encontrar e ser buscado pelos sujeitos de diferentes formas. Acredita-se que isso faça parte da dinâmica e heterogeneidade do campo brasileiro. Em algumas localidades, o Turismo vai ser buscado para auxiliar a renda, gerar empregos e movimentar a região, e em outras, vai se enraizar sem ser convidado, trazendo questionamentos e possibilidades.

Esclarecendo essa ideia, nas palavras de Calvente (2001, p. 53):

Um dos papéis do turismo rural pode ser o de responder às necessidades de certa parcela da demanda turística, que evita a concentração populacional em praias ou em locais históricos concorridos. Outro papel pode ser o de permitir um acréscimo ao rendimento das populações rurais e outro o de levar o turismo à áreas sem outras potencialidades de desenvolvimento econômico. Em Lages (Santa Catarina), onde o turismo rural brasileiro surge, no sentido de ser o local do Brasil onde primeiro aparece com essa denominação, significou a alternativa para criadores de gado, com terras de pouca fertilidade, quando a pecuária se tornou pouco atrativa.

Nesse sentido, Schneider e Verardi Filho (2000), olhando para o lado dos camponeses, embasam a ideia de que os mesmos sempre precisam ser respeitados em seus modos de vida e em suas necessidades, independente da forma que o Turismo ali está atuando. O Turismo em espaço rural e o modo de vida camponês precisam ter uma relação respeitosa, pois, de uma forma ou de outra, é inegável que a urbanidade do Turismo ao se encontrar com o modo de vida tradicional do camponês pode gerar conflitualidades e contradições.

Segundo Schneider e Verardi Filho (2000), as atividades turísticas podem ser complementares às atividades agropecuárias dos camponeses, e essa complementaridade se dá pela sazonalidade da produção agrícola como também pelo fluxo de turistas. Ou seja, nos meses em que o camponês não está colhendo ou plantando seu produto principal, sua atividade central pode ser o Turismo, ou também a opção de trabalhar em redes com outros setores do turismo. É claro que o camponês sempre estará produzindo alguns alimentos para consumo próprio e para venda, mas os mesmos não tomarão todo o seu tempo, podendo assim se concentrar em receber alguns turistas em sua propriedade. Esse fluxo de turistas também será mais intenso somente em alguns meses do ano, possibilitando assim certa programação da família camponesa, ora produzindo alimentos, ora se dedicando ao Turismo.

Mas Calvente (2001) aponta que o problema seria a função do Turismo Rural, que não é tradicionalmente rural. Quando se diz função, a autora está se referindo à matéria viva da atividade, que é muito mais relacionada ao setor de serviços, de lazer, costumeiramente relacionados e comparados ao meio urbano. Sendo assim, o Turismo no espaço rural continuará a ter a mesma forma, mas a sua função precisará ser outra. É esse debate, entre outros, que será apresentado no

próximo capítulo.

## 4 O TURISMO RURAL EM SAPOPEMA/PR

### 4.1 Dados do Turismo Rural no Brasil e no Paraná

Por ser um segmento turístico alternativo e ainda emergente, o Turismo Rural possui poucos dados oficiais. É evidente que, com o crescimento do mesmo nos últimos anos, somado às pesquisas realizadas por estudantes, profissionais e interessados acerca do tema, essas informações também foram aumentando. Pode-se dizer que hoje, em alguns municípios consegue-se boas e qualificadas informações sobre os dados do Turismo Rural, e, ao mesmo tempo, em outros, não se consegue praticamente nenhuma, somente dados informais, sem números e/ou quantidades oficiais.

Nota-se que é muito mais fácil o controle das estatísticas quando se aborda sobre o Turismo de Massa. Ora, a movimentação de voos, ônibus, hotéis e grandes atrativos turísticos é controlada por grandes empresas, agências e companhias. Já o Turismo Rural, por acontecer na maioria das vezes no interior do país do turista, próximo da sua cidade de origem e seus atrativos serem propriedades rurais, mirantes, cachoeiras ou *campings*, o controle se dá muito informalmente.

Hoje, poucas propriedades rurais dispõem de registros, ainda que simples, sobre o Turismo Rural, não havendo dados acerca da quantidade de turistas que recebem, períodos de maior e menor visitação, tempo despendido com a atividade, perfil do turista recebido. Até mesmo pelo alto grau de informalidade existente no segmento, de maneira geral, o poder público tampouco dispõe de dados precisos, atualizados e confiáveis sobre o Turismo Rural (BRASIL, 2010, p. 25)

Retomando sobre o histórico do Turismo Rural no Brasil, e agora fazendo um pequeno aprofundamento, nos baseamos em um dos últimos documentos oficiais do Ministério do Turismo acerca da temática, o *Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo: Experiências do Turismo Rural*, de dezembro de 2020, que foi produzido pela RIMT (Rede de Inteligência de Mercado no Turismo).

Na Europa, o Turismo Rural desponta como atividade econômica em meados do século XX. Já no Brasil, em 1984, no município de Lages, estado de Santa Catarina, através da ideia de alguns proprietários rurais abrirem as portas das suas casas para visitação, originou-se o Turismo Rural no país.

No desenvolvimento do segmento de turismo rural no Brasil, Santa Catarina teve um protagonismo com o município de Lages, na década de 1980, com os chamados hotéis fazenda. Em outras regiões do Brasil, como em fazendas de café em MG e no RJ, já se começa a falar de turismo rural ligado a esse conceito dos hotéis fazenda. A proposta vinha dessa perspectiva de ter equipamentos de turismo situados em ambientes rurais ligados à tradição, à cultura do campo, aproveitando e dando novos usos a estruturas que outrora foram ligadas à produção de gado, no caso de Santa Catarina, e do café, no caso do Rio de Janeiro e de São Paulo”. (BRASIL, 2020, p. 5)

É nesse contexto que a atividade turística rural no Brasil passou a ser conceituada,

conhecida e considerada como uma diversificação de geração de renda para os habitantes do campo.

Avançando para os anos de 1990 e 2000, o Ministério do Turismo afirma que ocorreu uma significativa expansão do segmento, gerando assim novos aspectos de preocupações e um olhar voltado para a necessidade de estruturação do setor, pois o mesmo começava a gerar uma sobrecarga de visitantes e veículos nas áreas rurais, degradação ambiental e descaracterização do meio. (BRASIL, 2020)

Do mesmo modo, esse avanço trouxe novas oportunidades para os indivíduos e para o campo.

O avanço do turismo rural apontou, também, algumas fortalezas em sua implementação, que caracterizam o segmento, tais como a possibilidade de diversificar a economia local, a promoção da geração de trabalho e renda, a grande presença de mulheres com acesso à renda nessas atividades, a agregação de valor aos produtos locais. (BRASIL, 2020, p. 6)

Uma das preocupações do Turismo Rural no Brasil e em suas unidades federativas é inexistência de um tratamento legal específico, ou seja, ainda há carência de instrumentos jurídicos que regulamentem suas atividades. De acordo com o Ministério de Turismo (BRASIL, 2010), os principais entraves legais, especialmente para as famílias rurais, são relativos à legislação fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária. No caso do estado do Paraná, a lei 15.143 de 2006 define como válidas e existentes as atividades turísticas rurais.

Analisando o sujeito turista, como cidadão e consumidor, de modo geral, as principais características dos turistas rurais, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) são: moradores de grandes centros urbanos; possuem entre 20 e 55 anos; deslocam-se em automóveis particulares; o raio desse deslocamento é de aproximadamente 150 quilômetros; fazem viagens de curta duração; organizam suas próprias viagens; valorizam produtos autênticos e artesanais; e compram produtos agrícolas. É claro que esse panorama nem sempre é inteiramente respeitado, podendo haver turistas com outras características ou com apenas algumas dessas citadas pelo órgão oficial.

Sobre a efetiva realização do Turismo Rural, a figura 10 ilustra um resumo dos serviços oferecidos e das atividades praticadas pelo turista rural.

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO TURISMO RURAL	ATIVIDADES QUE PODEM SER PATICADAS PELOS TURISTAS	ATIVIDADES QUE PODEM SER PATICADAS PELOS TURISTAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>HOSPEDAGEM</b> (hotel fazenda, fazenda hotel, hospedagem domiciliar)</li> <li>• <b>ALIMENTAÇÃO</b> (restaurantes tradicionais ou nas propriedades rurais)</li> <li>• <b>GUIAMENTO, CONDUÇÃO E RECEPÇÃO</b> (guias ou condutores locais, agências de turismo)</li> <li>• <b>TRANSPORTE NO LOCAL</b> (ônibus, van, jipe, trator, charrete, cavalos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b> (agricultura, criação de animais)</li> <li>• <b>ATIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO</b> (produção de compotas, doces, bebidas, farinhas, pães, ervas)</li> <li>• <b>ATIVIDADES ECOTURISTICAS</b> (caminhadas, observação da fauna e flora, trilhas, cachoeirismo, cicloturismo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ATIVIDADES ESPORTIVAS</b> (canoagem, pesca e tiro, rali, corridas de moto)</li> <li>• <b>PESCA</b></li> <li>• <b>ATIVIDADES INTERATIVAS COM GADO</b></li> <li>• <b>ATIVIDADES PEDAGÓGICAS</b></li> <li>• <b>ATIVIDADES CULTURAIS</b></li> <li>• <b>ATIVIDADES DE AVENTURA</b> (rapel, tirolesa, boia-cross, montanhismo)</li> </ul>

Organograma 06 – Serviços oferecidos pelo Turismo Rural e atividades que podem ser praticadas pelos turistas. Fonte: Brasil, 2010. Organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Quando se analisa o crescimento do Turismo Rural no Brasil, a partir das informações do Ministério do Turismo, é possível identificar um segmento em ascendência. Também a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no ano de 2022, afirmou a alta procura e o desenvolvimento do Turismo com imersão rural.

O Ministério do Turismo utiliza e se baseia na pesquisa do ano de 2020, da *MindMiners*, empresa de pesquisa digital, para salientar que 61% dos brasileiros optam por viagens dentro do país. As tendências apontam ainda a opção de viajar de carro, para destinos próximos aos seus municípios, fato que é uma das características dos turistas do segmento rural.

No Brasil, essa tendência do turismo doméstico também é uma realidade. Houve um recuo no turismo internacional de turistas brasileiros. Segundo dados divulgados pelo Banco Central em 23/10/2020, os gastos de turistas brasileiros no exterior caíram 77% em setembro em relação ao mesmo mês em 2019. A ênfase que vêm sendo dada para o turismo doméstico no Brasil, com os cuidados como a busca por espaços abertos e por circuitos próximos, traz alguns destaques, dentre os quais estão o Turismo Rural e o Turismo de Natureza. (BRASIL, 2020, p. 9)

Dito isto, vale a pena destacar que o ano de 2020 foi instituído pela OMT como o Ano Internacional do Agroturismo e Turismo Rural. Por conta da pandemia mundial do COVID-19, freou-se muitas das iniciativas e propostas do órgão para esse segmento, como por exemplo, qualificar o setor, estruturá-lo e conectar os seus destinos com as inovações do mercado.

Não se pode analisar o Turismo atualmente sem levar em conta a pandemia mundial do COVID-19. Como se sabe, um dos setores mais atingidos pela doença foi o do Turismo. Acredita-se que algumas realidades e preferências dos turistas vão se alterar no período pós-pandemia. Nota-

se também que este período atrasou a divulgação dos oficiais sobre o Turismo, pois o mesmo ficou sem ser realmente efetivado por cerca de meses. A tendência é que os números citados pelas pesquisas já abordadas no trabalho permaneçam, ou seja, que durante o pós-pandemia, se confirme a preferência dos turistas por destinos nacionais e mais próximos. O Turismo Rural entraria nesse bojo, saindo beneficiado.

Por conseguinte, o Turismo Rural no Brasil é visto atualmente como um potencial de desenvolvimento local, assim como um novo gerador de empregos e renda. “O reforço do Turismo Rural como promotor de renda e de trabalho ganha maior significância com os impactos de empregos no Turismo, nesse contexto da pandemia”. (BRASIL, 2020, p. 10)

É evidente que, por ser um fenômeno em crescimento, que vem chamando a atenção tanto dos cidadãos como dos estudiosos, o Turismo Rural no Brasil, assim como qualquer atividade geradora de empregos e que causa influencia socioespacial, necessita de políticas públicas. O olhar, o cuidado e a regulamentação do Estado são essenciais para o Turismo, pois o mesmo pode influenciar na natureza, nas cidades, nos fluxos etc.

Por políticas públicas, pode-se entender que são diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público. Secchi (2015) afirma que uma política pública é como uma orientação à atividade ou a passividade de alguém. O autor se embasa em dois elementos fundamentais para considerar algo como política pública: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público.

No momento em que o problema se torna coletivamente relevante, necessário se fazem as políticas públicas (SECCHI, 2015). O Turismo, por englobar diversos públicos, situações e lugares, está inserido nesse contexto.

Sendo assim, a temática de políticas públicas no âmbito do Turismo Rural no Brasil pode ser entendida como as medidas das administrações (seja federal, estadual ou municipal) em forma de regulamentações, diretrizes, metas, incentivos e/ou leis, com o propósito de desenvolver o segmento em determinada porção do território. (BONETTI e CANDIOTTO, 2012, p. 2)

Bonetti e CandiOTTO (2012) afirmam que, no mesmo movimento dos poucos dados oficiais acerca do Turismo Rural no Brasil, as políticas públicas sobre tal fenômeno também ocupam apenas um pequeno espaço no que se refere à gestão pública nas suas diferentes escalas.

No ano de 1998, no município de Santa Maria/RS, foi realizado o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, considerado como um marco histórico para a organização efetiva do Turismo Rural no país. Foi nesse evento que, por meio da elaboração da “Carta de Santa Maria”, as instituições governamentais começaram a estabelecer, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes para o Turismo Rural. (BONETTI e CANDIOTTO, 2012)

Em 2003, já no governo Lula, o Ministério do Turismo incorporou na política nacional de Turismo as *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. No entanto, essas diretrizes vieram de forma abrangente, sem especificar e declarar apoio a qualquer segmento. Exemplo disso é que as diretrizes podiam abranger dos camponeses até os grandes proprietários rurais. Estariam englobadas nessas diretrizes até mesmo aquelas pessoas que querem se envolver com o Turismo Rural e nem no campo residiam. (BONETTI e CANDIOTTO, 2012)

Estas “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil”, que foram inseridas no Plano Nacional de Turismo (PNT), objetivam que o produto turístico no Brasil seja diversificado, além de interiorizar a atividade, valorizar as diferenças regionais e aumentar os postos de trabalho e de renda no espaço rural. Como medida de regulamentação, fomento e ordenação, as políticas públicas para o turismo no espaço rural vêm ocupar um espaço, em que as ações se acham difusas ou inexistentes. (BONETTI e CANDIOTTO, p. 5)

Pode-se dizer que as políticas públicas para o Turismo Rural na primeira década do século XXI foram marcadas pela ordenação do segmento, ou seja, evidenciar o Turismo Rural para o país; promover a informação e a comunicação nesse setor; estimular o envolvimento das comunidades locais; viabilizar investimentos, entre outras. (BONETTI e CANDIOTTO, 2012)

No ano de 2010, no segundo mandato de Lula, outro documento importante de políticas públicas para o Turismo Rural foi divulgado: *Turismo Rural, Orientações Básicas*. Tópicos, como bases para o desenvolvimento do segmento, análise de recursos e agregação de atratividade foram trabalhados no documento, com o intuito de:

Vale lembrar que as políticas públicas de turismo, incluindo a segmentação do turismo, têm como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social. Para tanto, é necessário o esforço coletivo para diversificar e interiorizar o turismo no Brasil, com o objetivo de promover o aumento do consumo dos produtos turísticos no mercado nacional e inseri-los no mercado internacional, contribuindo, efetivamente, para melhorar as condições de vida no País. (BRASIL, 2010, p. 7)

Outro norte importante para o Turismo é o Plano Nacional de Turismo (PNT), lançado a cada 4 anos, trazendo consigo ações detalhadas do governo para o período. Objetivos, metas, ações e estratégias são traçados para o país no contexto do Turismo. O último PNT é do período de 2018 a 2022, e não traz praticamente nenhuma menção ao Turismo Rural. É um documento que trata essencialmente do Turismo de Massa.

Bonetti e Candiotta (2012) afirmam que o papel do Estado e das suas instituições são relevantes e importantes para o Turismo, pois acreditam que na medida em que determinado segmento turístico é apoiado, abraçado e incentivado, resultados virão.

Lembrando que a maior parte dos gestores do Turismo Rural não é composta por camponeses, mas sim por empresários urbanos ou rurais. Sendo assim, com o crescimento do Turismo Rural no país, espera-se também cada vez mais o avanço nas suas políticas públicas,

voltando o olhar para todo o povo do campo.

#### 4.1.1 O Turismo Rural no Paraná

Segundo o IBGE (2010), o estado do Paraná é composto por 399 municípios, sendo assim o quinto do país em número de municípios. Dentre eles, ao debruçar-se nos estudos, depara-se com culturas, produções, tecnificações e espaços muito diferentes uns dos outros.

Inicia-se essa breve discussão versando sobre o estado do Paraná e seus municípios/regiões para se contextualizar adequadamente a temática do Turismo. Essa variedade de regiões é nítida e importante quando se dialoga sobre a importância do Paraná a nível nacional, assim como suas principais características.

O Estado paranaense é constituído por 10 regiões geográficas com características peculiares: Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Occidental, Centro-Sul, Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste, Sudeste e Metropolitana de Curitiba (Figura 11).



Mapa 01 - Regiões Geográficas do Estado do Paraná. Fonte: IPARDES, 2019.

De acordo com a Agência Estadual de Notícias do Governo Paranaense (AEN, 2021a), o PIB do Estado no ano de 2021 foi de 579,3 bilhões de reais, o que equivale a uma porcentagem de 6,67% do PIB total do Brasil, mostrando assim a relevância do estado para o país e seu desenvolvimento. As diversas regiões geográficas do Paraná contribuem, cada uma à sua maneira, para esse desempenho.

Desse montante do PIB, de acordo com o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), boa parte provém da agropecuária e do setor da indústria.

O Paraná, há algumas décadas, vem se destacando como grande exportador de pescados, madeira e café, além de um grande crescimento do setor de construção civil.

Já em 2022, o último PIB divulgado foi o do 2º trimestre. Segundo a AEN (2021a), o Produto Interno Bruto paranaense cresceu 2,94% se comparado ao trimestre imediatamente anterior. O valor total foi de 164,04 bilhões de reais.

Sobre o Turismo, acompanhando novamente a AEN (2021b), a atividade turística no Paraná cresceu 13,7% em 2021 se comparada ao ano anterior. Por conta da pandemia, fato que não se pode desconsiderar ao pesquisar sobre a temática atualmente, o Turismo não só em território paranaense, mas a nível nacional, sofreu consideráveis baixas. Porém, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE (2022), a partir de abril de 2022, com a vacinação e com as liberações dos eventos e visitas comunitárias, a atividade volta a avançar em relação aos meses anteriores.

Para ressaltar a relevância e influência do Turismo no Paraná, as últimas divulgações sobre o segmento, divulgadas pela AEN em junho de 2022, afirmam que a atividade turística cresceu 7,4% no mês de abril. Essa foi a segunda maior expansão turística do país, atrás somente do estado de Goiás, com 8,3%. O índice paranaense é quase 3 vezes maior que a média nacional, que ficou em 2,5%. (AEN, 2022)

De acordo com o Paraná Turismo (2022), o estado conta com grandes atrativos turísticos, que acendem o interesse das pessoas de todo o Brasil, e até mesmo Brasil afora. Os mais famosos estão localizados na capital Curitiba, como seu Jardim Botânico, Museu Oscar Niemeyer, Zoológico, Estrada de Ferro até Paranaguá; em Ponta Grossa, como o Parque Estadual Vila Velha; em Foz do Iguaçu, como a Usina Binacional Itaipu, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque das Aves. No litoral paranaense também se encontra a Ilha do Mel, destino bastante visado pela população jovem.

Dito isto, o Turismo de cunho rural também se evidencia como um segmento importante na região. Adentrando sobre o Turismo Rural no Paraná:

Em 1992 o Paraná dá seus primeiros passos rumo a sua implantação, quando a sede de uma propriedade agrícola cafeeira recebe seus primeiros hóspedes. Foi assim que a Pousada das Alamandas, no município de Rolândia, transformou-se numa das pioneiras do gênero no estado. Em junho/92, no Distrito de São Luiz do Purunã, em Balsa Nova, região dos Campos Gerais aconteceu a primeira cavalgada na Fazenda Cainã. Esta propriedade sedia a Pousada Cainã que oferece diversas atividades como: mountain-bike, caminhadas ecológicas, colônia de férias, treinamento para empresas, alojamentos para cavalos e as cavalgadas em diversos percursos, por um trecho do histórico Caminho do Viamão. (PARANÁ TURISMO, 2022)

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) divulgou em 2022 uma cartilha denominada *Roteiros Diversos do Turismo Rural no Paraná*, com mais de 40 atrativos turísticos no estado, como cachoeiras, *campings*, fazendas, trilhas, rotas, chácaras, sítios e propriedades

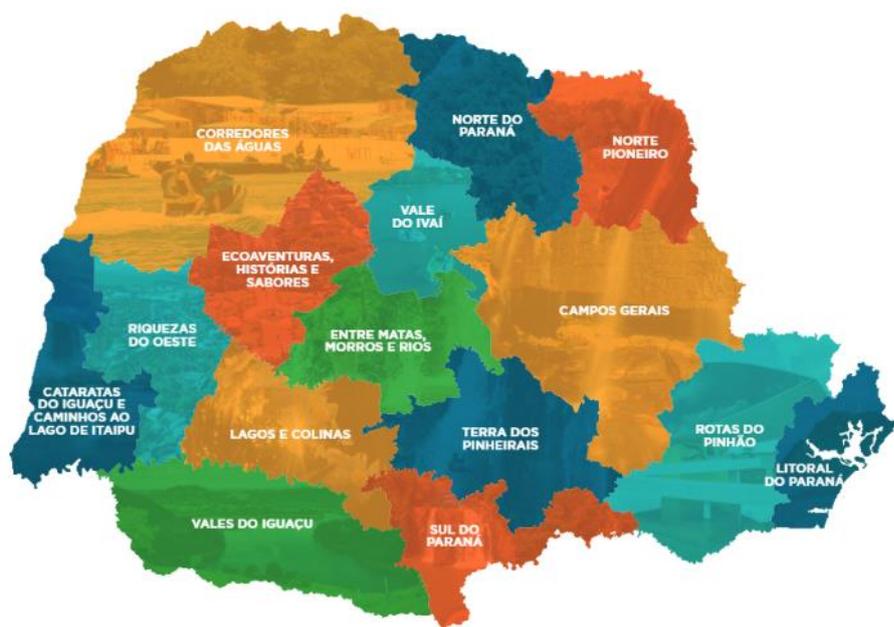
particulares. Sapopema está inserido entre eles, assim como diversos municípios e regiões espalhadas nos 199.315 km<sup>2</sup> do estado. (IDR, 2022a)

Bons exemplos desses atrativos são a Rota do Café e a Sonho Lindo. Sobre a Rota do Café, a mesma se originou no ano de 2009, visando valorizar a cultura e a tradição cafeeira do Paraná. Essa rota envolve atrativos de 10 municípios do Norte e Norte Pioneiro do estado: Londrina, Ibiporã, Rolândia, Mandaguari, Sapopema, Tomazina, Cornélio Procópio, Santa Mariana, Ribeirão Claro e Carlópolis. Atualmente é gerida por uma associação.

A Rota Sonho Lindo é uma rota de Turismo Rural que engloba 48 atrações, distribuídas em 13 circuitos em 39 municípios do Norte, Norte Pioneiro e do Vale do Ivaí paranaense. O objetivo da Rota, também gerida por uma associação, é de fomentar o Turismo Regional, conectando o urbano com o rural.

Nota-se que não somente as já citadas variedades sociais e culturais nas regiões do Paraná que influenciam e favorecem a implantação do Turismo, mas também a conjuntura física do estado. Com uma rica hidrografia, constituída de importantes rios, como o Paraná, Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Iguaçu; somados com um relevo consideravelmente alto em relação ao nível do mar e formado por 3 planaltos, serra do mar e região litorânea (1º de Curitiba, 2º de Ponta Grossa e 3º de Guarapuava), favorecem para destinos de Turismo Rural, como mirantes, cachoeiras, *campings* e locais para esportes radicais. Existem regiões onde a estrutura física não favorece o Turismo Rural, limitando o mesmo a poucas atividades, o que não é o caso do Paraná.

Essa diversidade fez com que o Paraná fosse dividido em 15 regiões turísticas, com o objetivo de melhor organizar e disponibilizar opções aos turistas (figura 12).



Mapa 02 – Regiões Turísticas do Estado do Paraná. Fonte: Paraná Turismo, 2022.

Salienta-se que o município de Sapopema, recorte espacial da pesquisa, encontra-se na região turística do Norte do Paraná. Tal região foi colonizada entre 1920 e 1950, devido a expansão da cafeicultura, impulsionada por japoneses, alemães, portugueses e italianos. Hoje, essa região turística também é conhecida como referência no Turismo Rural do estado.

Sobre as políticas públicas acerca do Turismo Rural no Paraná, o órgão responsável pela sua execução é o IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná).

É necessário a construção de políticas públicas que impulsionem o turismo rural para ser agente de desenvolvimento econômico e inclusão social. Que o coloque como um segmento, utilizando do tripé da sustentabilidade e da adoção dos ODS, trazendo a luz, a importância da valorização do trabalho da mulher e do jovem rural. Nesse sentido o IDR-Paraná busca incentivar ações que fortaleçam o meio rural por meio da reconexão do urbano com o rural, identificando e valorizando as vocações para o turismo rural, assim como a caracterização dos produtos e roteiros da agricultura familiar e do turismo de base tecnológica, envolvendo os polos de pesquisa e parceiros públicos e privados. (IDR, 2022b)

O IDR realiza parcerias com as prefeituras dos municípios do estado para mapear e fomentar possíveis novas rotas turísticas rurais, além de incentivar e trabalhar na manutenção das já existentes.

O último amplo documento que versa sobre as políticas públicas para o Turismo Rural no Paraná é do ano de 2007, denominado *Programa de Turismo Rural do Paraná*. O documento frisa a essencialidade das políticas públicas para com o segmento, permitindo assim que o mesmo se estruture e consolide. Os objetivos traçados foram: estruturar a cadeia do Turismo Rural; fortalecer o meio rural; identificar e valorizar as vocações para o Turismo Rural; possibilitar a transversalidade; permitir a capitalização do agricultor familiar; proporcionar a inclusão social; fortalecer o Turismo Rural como segmento e gerar comprometimento com todos esses objetivos propostos. (PARANÁ, 2007)

Baseando-se nesses objetivos norteadores, o Programa foi definido em 6 bases estruturantes, especificadas nas figuras 13 e 14.

<b>GESTÃO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>ESTRUTURAÇÃO</b>
<b>FORMATAR UM PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA DE TURISMO RURAL</b>	<b>CAPTAR RECURSOS PARA O PROGRAMA DE TURISMO RURAL</b>	<b>MAPEAR OS ATRATIVOS TURISTICOS (POTENCIAIS E REAIS)</b>
<b>ELABORAR CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PROGRAMA</b>	<b>BUSCAR NOVAS FONTES DE RECURSO</b>	<b>ESTIMULAR A ROTEIRIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO</b>
<b>DEFINIR OS PAPÉIS DE CADA INSTITUIÇÃO NO PROGRAMA</b>	<b>INCENTIVAR O PODER PÚBLICO</b>	<b>ORIENTAR TECNICAMENTE OS MUNICIPIOS</b>
<b>REGULAMENTAR A LEI ESTADUAL DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>CAPACITAR E QUALIFICAR OS PROFISSIONAIS</b>	<b>INCENTIVAR PRATICAS DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL</b>
<b>ESTABELECEER A NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>FACILITAR O ACESSO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AS FAMÍLIAS</b>	<b>FORTALECER A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS ASSOCIADOS</b>
<b>APOIAR A CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES REGIONAIS</b>	<b>INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE FUNDOS MUNICIPAIS</b>	<b>FORTALECER A CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO RURAL</b>
<b>CRIAR UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DO TURISMO RURAL</b>	<b>ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS</b>	

Quadro 03 – Bases estruturantes do Programa de Turismo Rural no Paraná. Fonte: Paraná, 2007.

Nota-se que as propostas, objetivos e estratégias do Governo paranaense são diversificadas e por muitas vezes, vão direto ao ponto necessário para uma melhor organização do Turismo Rural no estado. Observa-se aqui, mais uma vez, que esse Turismo é formado não somente pelas agências, pelos próprios turistas e pelas instituições, mas também pelas famílias camponesas. As políticas públicas necessitam, cada vez mais, voltar os seus olhares para o povo do campo, que também tem papel fundamental na mediação da realização plena da atividade turística.

<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>MERCADO E PRODUÇÃO</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA BÁSICA</b>
<b>IDENTIFICAR OS PROFISSIONAIS DO TURISMO RURAL</b>	<b>IDENTIFICAR OS PRODUTOS DE TURISMO RURAL</b>	<b>ANALISAR OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS</b>
<b>CRIAR REQUISITOS PARA NORTEAR OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO</b>	<b>ANALISAR A OFERTA DE TURISMO RURAL</b>	<b>AVALIAR A INFRAESTRUTURA DE CADA LOCAL E IDENTIFICAR AS DEMANDAS</b>
<b>DEFINIR UM CALENDÁRIO DE EVENTOS DE CUNHO TÉCNICO</b>	<b>IDENTIFICAR A DEMANDA REAL E POTENCIAL</b>	<b>VIABILIZAR A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA</b>
<b>REALIZAR CURSOS DE ACORDO COM O PÚBLICO ALVO</b>	<b>INSTITUIR UM BANCO DE DADOS DE PESQUISA</b>	<b>BUSCAR RECURSOS E INVESTIMENTOS</b>
<b>PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL</b>	<b>ELABORAR MATERIAL PROMOCIONAL</b>	
<b>ELABORAR A IMPLANTAÇÃO DE SELO DE QUALIDADE</b>	<b>APOIAR A DIVULGAÇÃO DO TURISMO RURAL, ATRAVÉS DE SITES, BOLETINS E CANAIS</b>	
<b>FORNECER ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS</b>	<b>CRIAR UM BANCO DE DADOS COM AS AGENCIAS DE TURISMO</b>	

Quadro 04 – Bases estruturantes do Programa de Turismo Rural no Paraná. Fonte: Paraná, 2007.

Logo após a divulgação desse Programa, em 2008, a política de Turismo do Paraná instituiu a lei nº 15.973, com um conjunto de estratégias e prioridades para orientar o desenvolvimento sustentável do Turismo no Paraná.

Sobre a ruralidade paranaense, Coelho et al. (2019) afirmam que assim como o restante do país, o Paraná sofreu com um problema comum: uma grande quantidade de terras com pouca produção e um número crescente de trabalhadores que chegavam à região no final do século XIX. Nesse período, o estado não era uma economia voltada para a exportação, e sim destinada para a produção extensiva de gado nas grandes propriedades. Sendo assim, os trabalhadores imigrantes não eram alocados nas grandes fazendas para trabalharem, mas sim, para abastecer o mercado interno com produtos básicos.

Assim como no restante do País, os mecanismos ilícitos continuaram a vigorar, gerando os primeiros focos de violência no campo na territorialidade paranaense. Apesar das muitas intervenções experimentadas na segunda metade do século XIX, o setor agrário no Paraná sofreu com um problema comum a outras regiões do País. De um lado, uma grande quantidade de terras com pouca produção; de outro, um número crescente de trabalhadores que chegam principalmente nos finais do século XIX (NISHIKAWA, 2014). Essa situação foi seguida de uma intensa modernização da base produtiva e da concentração em alguns polos regionais. (COELHO et al, 2019)

Graziano da Silva (1996) ressalta sobre a concentração fundiária e a distribuição de terras no setor agrícola paranaense. De acordo com seus estudos, no ano de 1976 as propriedades com menos de 100 hectares correspondiam a 94% do total de imóveis do estado, correspondendo a 44% da área. Já os imóveis com mais de 1.000 hectares representavam apenas 0,5% do total, com uma área de 24%.

Com isto, se observa a origem de um movimento que perdura até hoje no Paraná, a partir do qual ocorre uma multiplicação de pequenos produtores com precária forma de acesso a terra: parceiros, arrendatários e posseiros. (GRAZIANO DA SILVA, 1996)

Na figura 15, podemos notar a discrepância na distribuição dos imóveis rurais por meio da variável área ocupada do ano de 1975 até os dias atuais. São os pequenos produtores paranaenses com mais estabelecimentos, mas divididos em pouquíssimo espaço de terras, e os grandes produtores, aliados do agronegócio, com menos estabelecimentos, mas com uma grande porção de área disponível a eles.

#### **DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR ESTRATOS DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NO PARANÁ – 1975 ATÉ 2017**

	<b>ANO 1975</b>	<b>ANO 1985</b>	<b>ANO 1995</b>	<b>ANO 2006</b>	<b>ANO 2017</b>
<b>MAIS DE 1.000 HECTARES</b>	22%	22,3%	20%	19,8%	25,7%
<b>100 A 1.000 HECTARES</b>	32,4%	36%	41,1%	44,3%	42,8%
<b>10 A 100 HECTARES</b>	37,4%	35%	33,9%	31,2%	27,5%
<b>MENOS DE 10 HECTARES</b>	8,2%	6,7%	5%	4,7%	4%

Tabela 02 – Distribuição dos imóveis rurais no Paraná: 1975 até 2017. Fonte: IBGE, 2018.

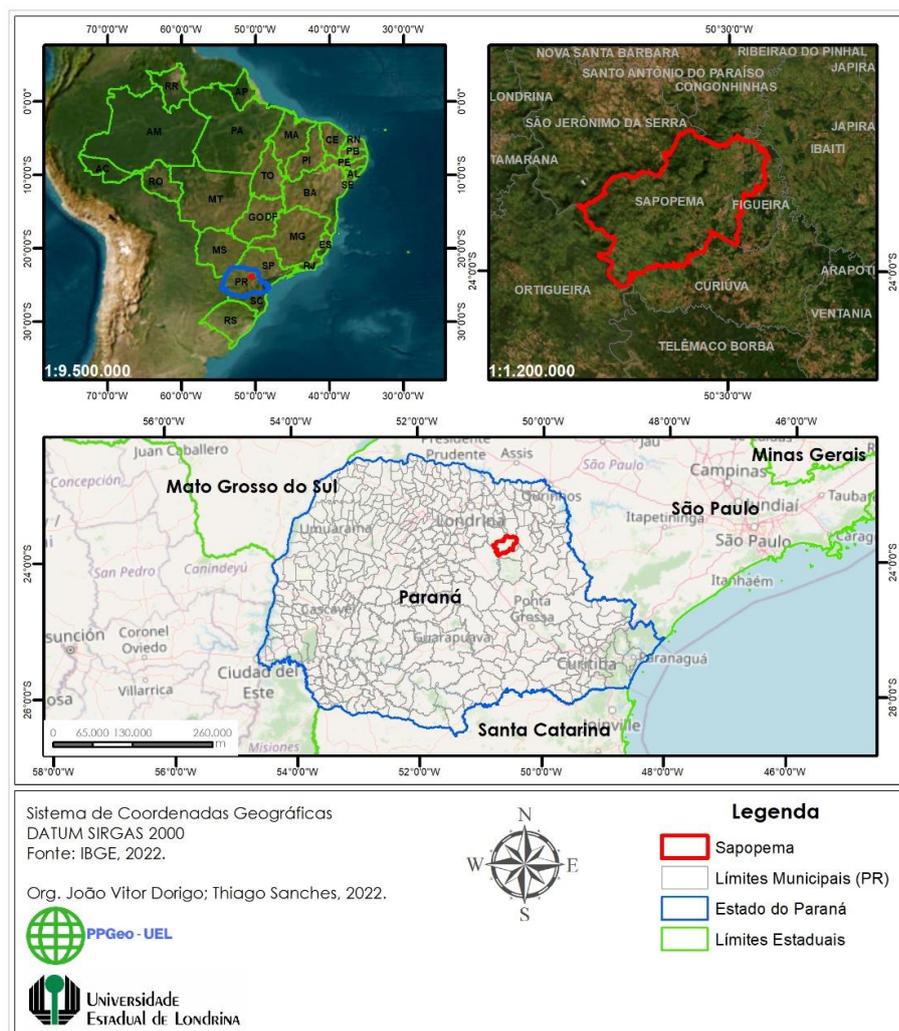
São esses pequenos produtores paranaenses que permeiam a pesquisa, cujo suas propriedades representam uma área mínima para um elevado número de estabelecimentos. Sobre os mesmos, segundo o IPARDES (2010), seus produtos típicos são o feijão, a mandioca, o milho e a soja. Quando se observa esses produtos típicos das pequenas propriedades, confirma-se a importância dos camponeses na produção da dieta alimentar do cidadão brasileiro. Ainda de acordo com o instituto, 75,5% do feijão preto produzido no estado provêm dos camponeses, assim como 81% da mandioca, 43,7% do milho e 31,2% da soja.

Pode-se dizer que é nesse contexto agrário de luta, exclusão e de muitos pequenos proprietários de terra no estado, que possivelmente se origina a ideia do Turismo Rural sendo acolhido em seus espaços, servindo de fonte de renda alternativa.

#### **4.2 Formação Socioterritorial do município de Sapopema/PR**

Chega-se ao recorte espacial da pesquisa: o município de Sapopema/PR, conhecido por receber turistas de diversas regiões para se aventurarem nos espaços rurais ofertados. Antes de analisar o Turismo propriamente dito, é necessário conhecer sobre o município.

Para melhor entendimento (figura 16), tanto prático como teórico da problemática da pesquisa, o município trabalhado está localizado na região geográfica do Norte Pioneiro, praticamente na divisa com a região geográfica Centro-Oriental.



Mapa 03 – Localização de Sapopema.

Sapopema é um município de pequena dimensão, contando com uma área de apenas 678 km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 6.906 habitantes, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010).

Sobre a área do município, verificou-se que dos 678 km<sup>2</sup>, tem-se 672,51 km<sup>2</sup> de área rural e apenas 4,43 km<sup>2</sup> de área urbana. Tal fato evidencia, potencializa e facilita o Turismo Rural na localidade. Sapopema representa 0,34% da área do estado do Paraná, 0,12% da área da região Norte Pioneira e apenas 0,008% da área do Brasil. A rodovia que dá acesso ao município é a PR-090, conhecida como Rodovia do Cerne. (IBGE, 2010)

A criação do município deu-se no ano de 1961, por meio da Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, sendo o produto do desmembramento de outros dois municípios vizinhos: Curiúva e São Jerônimo da Serra. Porém, o aniversário da cidade é comemorado em 22 de setembro. Outra data importante é o dia 26 de julho, dia da padroeira local, Santa Ana. (PREFEITURA DE SAPOPEMA, 2022).

O nome *Sapopema* é de origem tupi guarani, onde *sapo* significa raiz e *pema* significa esquinada, ou seja: raiz para fora da terra; grossa; chata. O nome também provém da árvore Sapopema, símbolo local, estampado no brasão que ilustra a bandeira da cidade. Na figura um, pode-se notar que “a cor preta da bandeira significa fortaleza, constância, prudência, simplicidade, sabedoria, ciência, moderação, honestidade e fartura. A cor gales (vermelho) representa luta, valentia, audácia, maneira como lutar pelo progresso do município.” (PREFEITURA DE SAPOPEMA, 2022)



Figura 01 – Bandeira de Sapopema/PR. Fonte: Prefeitura de Sapopema. 2022.

A formação histórica de Sapopema/PR começa muito antes do século XIX, época na qual fundaram e descobriram diversos municípios interioranos. Nesse tempo, um povo nômade de tradição Umbu<sup>16</sup> viveu na região, caçando, coletando e construindo abrigos. Sabe-se disso por meio da descoberta de achados arqueológicos no Distrito de Vida Nova. Ademais, em 1842, por ordens de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, foi iniciado um movimento de desbravamento das terras da região sapopemense, gerando dezenas de novos municípios. (PLANO DECENAL DE CULTURA DE SAPOPEMA, 2017)

No século XX, na década de 1930, com a construção da estrada que ligava a capital Curitiba ao município de Londrina, no Norte do Estado, a mesma deparou-se, em certa região, com uma árvore diferente, muito alta e rara, na qual foi preservada. Essa árvore acredita-se que era uma Sapopema.

Antônio Martins Paraná, engenheiro, lançou os fundamentos da povoação em 1936 ao construir uma casa ao lado da árvore frondosa denominada Sapopema. Foi quando, de Pito Aceso, surgiu o nome Sapopema, pois então muitos diziam: “eu vou parar lá na Sapopema”, árvore rara na região. (PREFEITURA DE SAPOPEMA, 2022)

Com o município já desbravado e conhecido, o mesmo é fundado, em 1961.<sup>17</sup> Na mesma década, se iniciou a chegada intensa de muitos forasteiros, latifundiários e comerciantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, pois os mesmos escutaram as notícias de que Sapopema seria a terra

<sup>16</sup> O povo de tradição Umbu é um dos primeiros grupos indígenas que habitaram na região Sul do Brasil.

<sup>17</sup> Um dos objetivos da dissertação, por se tratar de uma pesquisa que também trabalha com o Camponato no Brasil, é de investigar se nessa época a região Sapopemense já não era habitada por famílias camponesas.

do futuro e da promessa. (PLANO DECENAL DE CULTURA DE SAPOPEMA 2017)

Porém, a partir dessa chegada massiva dos forasteiros, a região começa a ter uma escassez e precariedade de infraestruturas e educação, fazendo com que os mesmos já pensassem em buscar lugares mais estruturados, como Londrina, município que despontava como destaque do interior do estado e também Curitiba, capital paranaense. Surgiu desse contexto um fato importante: a construção da nova estrada da rota do café, por meio do eixo Curitiba-Sapopema-Londrina. (PLANO DECENAL DE CULTURA DE SAPOPEMA, 2017)

Em suma, o município de Sapopema/PR tinha previsões de ser uma área promissora quanto aos cultivos e trabalhos, porém, com o decorrer dos anos, isso não aconteceu. Os novos habitantes que lá chegaram logo se deslocaram para outras cidades, com trabalhos e educação mais avançada, deixando um forte esvaziamento na população. Dessa época (1960-1980) até os dias atuais, a população sapopemense é de menos de 10 mil habitantes.

Para situar melhor o recorte espacial e suas características principais nos dias de hoje, nos baseamos no documento *Inventário Turístico de Sapopema*<sup>18</sup>, produzido em 2018 pela Prefeitura do município. Tivemos acesso às páginas do mesmo por meio da visitação e conversa com o secretário municipal de Turismo e Meio Ambiente.

O clima da região é o subtropical, caracterizado por períodos de certa estiagem no inverno (dos meses de junho até setembro) e chuvas de verão (de dezembro a março). A temperatura média anual é de 20°C e a precipitação média é de 129 milímetros. Sobre seu relevo, Sapopema conta com um solo acidentado, sendo assim pela transição do segundo para o terceiro planalto paranaense. Tal fato resulta em variadas cachoeiras, cursos d'água com corredeiras e pequenas quedas d'água, propiciando atrativos turísticos dos mais diversos tipos. (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SAPOPEMA, 2018)

O município de Sapopema possui uma rica e bem distribuída rede de drenagem. A maior parte dos cursos d'água do município é de caráter perene e escoam por sobre o relevo que possui orientação para a margem direita do rio Tibagi. O rio Tibagi é o principal curso hídrico do município e a geomorfologia possui características naturais únicas. (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SAPOPEMA, 2018, p. 27)

A vegetação caracteriza-se como uma vegetação de transição, incluindo alguns tipos: mata pluvial tropical, mata secundária da região araucária, campos cerrados e floresta estacional semidecidual ciliar. Com a implantação de lavouras de café, soja, milho e trigo na região, a expansão agropecuária diminuiu drasticamente essa cobertura vegetal. Nesse contexto, a fauna também foi prejudicada, principalmente com o desmatamento ocorrido na região na década de 1960. Mesmo

---

<sup>18</sup> O Inventário Turístico é um documento com descrições detalhadas sobre a atividade turística em determinada região. Tem como objetivo registrar e catalogar informações acerca do Turismo, auxiliando a Prefeitura, a população e os próprios turistas. Para o planejamento, organização e mitigações, o Inventário é essencial.

assim, ainda pode-se encontrar animais como gambá de orelha branca, tatu testa-de-ferro, macaco-prego, lobo-guará, anta, veado e capivara. Também é importante destacar a existência de mais de 200 espécies de aves, fazendo com que o município abrigue a prática da observação das aves, um dos segmentos do Turismo Rural que vem crescendo em todo país. (INVENTÁRIO TURISTÍCO DE SAPOPEMA, 2018)

Os aspectos demográficos e suas principais informações demonstram dados importantes para a pesquisa, como a quantidade de pessoas que moram na zona rural de Sapopema/PR. Do montante dos 6.906 munícipes, são 3.552 que residem na área urbana e 3.184 na área rural. Observamos que a área rural é muito maior que a urbana, porém, a divisão de moradias é praticamente a mesma, quase 50%. De acordo com os dados, as moradias do município abrigam, cada uma, cerca de 2,08 habitantes, em 3.230 domicílios. A distribuição da população por sexo é de 52% (3.507) homens e 48% (3.229) mulheres. (INVENTÁRIO TURISTÍCO DE SAPOPEMA, 2018)

A densidade demográfica é de aproximadamente 10 pessoas por km<sup>2</sup>, comprovando que além de ser pouco populoso, também é pouco povoado. Analisando a pirâmide etária, observa-se uma base larga, ou seja, representando que a população sapopemense possui mais jovens e adolescentes que adultos. (DORIGO, 2018)

Com base nos dados do IBGE (2010), Dorigo (2018, p. 18) afirmou que:

A educação do município é considerada mediana, não estando muito abaixo e nem muito acima da média do Paraná. A taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos de idade é de 96,7%. Porém, se esse número for transpassado para níveis nacionais, estaduais e regionais, a cidade tratada nessa pesquisa, mostra-se longe de uma boa posição. Dos 5.570 municípios brasileiros, encontra-se na posição 3.987. Dos 399 municípios paranaenses, sua posição fica na modesta 339<sup>o</sup>. Já na área da sua micro região, que conta com apenas 8 municípios, é somente a 7<sup>a</sup> colocada quanto a escolarização.

Outras pontuações relevantes são sobre o saneamento básico e a religiosidade dos cidadãos. O esgotamento sanitário em boas condições está presente em apenas 50% dos domicílios, precisando urgentemente ser melhorado e expandido, principalmente quando se trata sobre um município que recebe muitos turistas e necessita dessa infraestrutura básica. Do total da população, 80% se considera católico e 20% protestantes.

Na perspectiva socioeconômica, Sapopema tem como principal gerador de empregos a administração pública direta ou indireta; o comércio varejista; a agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca; a indústria de produtos minerais não metálicos. O Turismo Rural é citado somente de forma discreta na parte socioeconômica do inventário.

Sobre a agricultura:

A produção agrícola tem destaque para as seguintes culturas: café, banana, milho, soja, trigo, eucalipto e Pinus, além de pastagens para produção de bovinocultura de leite e corte. Os defensivos agrícolas mais usados são: Glifosato, Parathion – Metil, Maneb, Delta-Methrine, Sulfonamida. (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SAPOPEMA, 2018, p. 34)

Dois aspectos positivos encontrados no município foram quanto a saúde e arborização. O recorte espacial conta com 6 unidades de estabelecimentos de saúde SUS e sua mortalidade infantil caminha na faixa de 34 óbitos por mil pessoas nascidas. Sendo assim, ocupa altas posições na média estadual de saúde. Quanto a arborização, cerca de 90% das vias públicas possuem áreas arborizadas. Para os turistas, tanto uma boa rede de saúde quanto uma arborização considerável, trazem conforto e qualidade para a visita.



Figura 02 – Avenida principal de Sapopema/PR. Foto: João Vítor Galante Dorigo, 2022.



Figura 03 – Lago de Sapopema/PR. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.



Figura 04 – Prefeitura municipal de Sapopema/PR. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

A maioria do comércio, mercados, rede de alimentação, prefeitura e rodoviária encontram-se na avenida principal do município, a mais movimentada e procurada.

Um ponto negativo seria a rede bancária da cidade. Constatou-se apenas uma lotérica em todo o território sapopemense. Vide que o segmento turístico praticado na região é o Turismo Rural, acredita-se que não seja tão necessária uma ampla rede de bancos para os turistas, mas ao mesmo tempo, por conta de incidentes ou imprevistos, tal fato pode ser um empecilho para os viajantes, e claro, para os próprios residentes.

### 4.3 A realidade do Turismo em Sapopema/PR

Por tanto se falar e divulgar que Sapopema é uma grande opção para os turistas da região, um dos objetivos da dissertação e dos trabalhos de campo foi o de compreender mais a fundo sobre a verdadeira realidade do Turismo na cidade. Por muitas vezes, é necessário verificar com proximidade e analisar internamente as atividades abordadas. Ao se tratar de uma pesquisa científica, a mesma buscou essa investigação.

Para o início da explanação, sabe-se que no dia 20 de dezembro de 2017, por meio da lei nº 19.375, proposta pelo deputado Tercílio Turini (PSD) na Assembleia Legislativa do Paraná, o município de Sapopema foi instituído como região turística e incluído aos mapas e roteiros turísticos do estado.

De acordo com a posição oficial da prefeitura, os segmentos de Turismo que ocorrem no município são: o Turismo Rural, o Turismo de Aventura, o Turismo de Natureza e o Ecoturismo.

Os segmentos turísticos que se destacam no município são: o turismo de aventura, onde incluem atividades como rapel em diversas cachoeiras, boia-Cross, pedaladas, cachoeirismo, turismo *off-Road*, entre outros. Possui também o turismo rural ou às vezes conhecidos como turismo de vilarejo, na qual pequenos proprietários recebem os turistas em suas propriedades oferecendo a estes comidas típicas da zona rural e a oportunidade de conhecer trabalhos da zona rural em seu dia a dia, além de um clima de tranquilidade do campo. E possui a oferta do ecoturismo e turismo e natureza, composto pelas trilhas no meio da mata, caminhadas, Cicloturismo, visitas a propriedades de agricultura familiar, *birdwatching* e demais atividades com foco na sustentabilidade. (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SAPOPEMA, 2018, p. 83)

Como já abordado anteriormente na pesquisa, podemos encontrar na área rural diversos segmentos de Turismo, e em Sapopema/PR, foi comprovada essa afirmação. Ao iniciar o trabalho, a ideia principal, ainda sem aprofundar nos estudos teóricos e nas visitas práticas, era a de que apenas o Turismo Rural predominava no município. Esse Turismo Rural seria somente composto com suas características principais, nas quais o turista interagia diretamente com o camponês, seja na alimentação, na produção, na hospedagem, ou nas demais atividades dentro da propriedade. Com o passar do tempo, percebeu-se que o Turismo de Aventura e de Natureza também tinha sua relevância na região. Essa percepção obtida deixa evidente a diferença entre Turismo nos espaços rurais e Turismo Rural. Nem todo Turismo no espaço rural precisa obrigatoriamente ser considerado como Turismo Rural.

Por exemplo, nos trabalhos de campo, ao se encontrar com turistas fazendo trilhas, banhando-se nas quedas das cachoeiras, observando os pássaros, acampando e muitas outras opções, não quer dizer obrigatoriamente que os mesmos estão se relacionando diretamente com o camponês ou com o proprietário da terra, não exercendo assim o Turismo Rural, mas um Turismo de Aventura e de Natureza no espaço rural.

A figura 21 ilustra essa explicação sobre a realidade do Turismo em Sapopema/PR e os

segmentos encontrados.



Organograma 07 – Segmentos de Turismo encontrados em Sapopema/PR. Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Seguindo a metodologia da pesquisa, optamos por entrevistar somente as famílias camponesas e os moradores das regiões de atrativos turísticos, deixando assim de fora dessa gama os turistas propriamente ditos, pois para o atual trabalho, resultaria em muitos aspectos, dificultando sua conclusão.

Porém, nos baseamos mais uma vez no Inventário Turístico, para termos uma base do perfil dos turistas de Sapopema. Os dados mais recentes são de 2017 e 2018. Foram entrevistados aproximadamente 55 turistas nos mais diversos atrativos da região. De 2017 para 2018, a secretária de Turismo de Sapopema acredita que 15 mil turistas passaram pelo município.

As principais características e dados coletados dos turistas são:

- 60% são homens e 40% são mulheres;
- 65% são jovens de 20 a 30 anos, e apenas 18% são adultos de 31 a 40 anos;
- 51% foram atraídos pelos atrativos naturais, e 23% foram buscando o lazer;
- 96% ficaram sabendo de Sapopema/PR por indicações de amigos ou pela Internet;
- 69% foram fazer esportes de aventura;
- 67% ficaram no município no período de 24 a 48 horas;
- 54% percorreram de 150 a 300 quilômetros até chegar, e 22% percorreram mais de 300 quilômetros;
- 51% optaram por acampar, enquanto 43% ficaram hospedados em pousadas. (INVENTÁRIO TURISTICO DE SAPOPEMA, 2018, p. 89-97)

Esses dados comprovam e vão ao encontro com o arcabouço teórico da discussão, por exemplo, sobre o perfil do turista rural, suas motivações, a sua relação direta com o lazer/descanso, a distância que percorrem, onde optam por se hospedar, a diferença para com o Turismo de Massa tradicional, entre outros.

A sede da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Sapopema/PR, órgão responsável pelo controle, incentivo e acompanhamento das atividades turísticas, fica localizada no início da avenida principal da cidade, em uma sala separada alguns quarteirões da Prefeitura Municipal (figura 22). Por algumas vezes via rede social, e por um momento presencialmente, o pesquisador teve a oportunidade de dialogar com o próprio secretário, tirando algumas dúvidas e esclarecendo alguns pontos sobre a realidade do Turismo na região. Tal conversa foi de fato essencial para a conclusão da pesquisa.

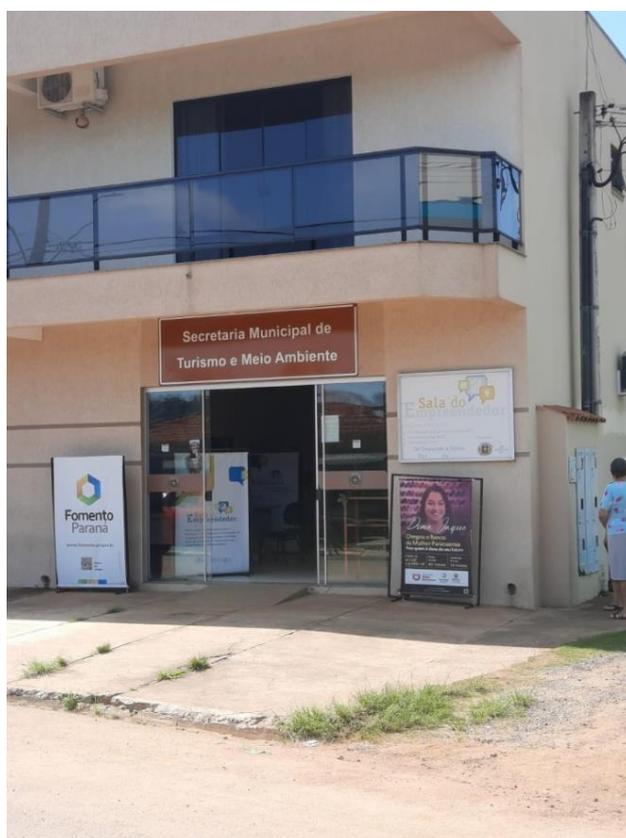


Figura 05 – Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

O primeiro importante atributo abordado foi a realidade da secretaria de Turismo do município. A mesma conta com apenas 3 funcionários em exercício: o próprio secretário e mais 2 pessoas que trabalham internamente. A ideia exposta era de nos próximos meses, contratar mais 1 ou 2 estagiários para auxiliarem na parte dos dados, na contabilidade dos números do Turismo e em demais funções. Vide que ainda se mostra como um órgão pequeno, onde logicamente, quanto mais o Turismo for avançando na região, mais ele tende a se estruturar e crescer. Lembramos que

quanto mais a atividade turística tem um aporte, estruturas, incentivos e acompanhamentos, mais eficazmente ela vai acontecer.

O panorama que o secretário relatou sobre o Turismo em Sapopema/PR é de que nos últimos anos, os habitantes e a administração da cidade começaram a perceber que os turistas estavam, com mais frequência, optando por conhecer os atrativos naturais da região. Percebeu-se que não era apenas em um momento ou outro, mas viu-se uma constância nessas visitas.<sup>19</sup> Sendo assim, surgiu a necessidade de profissionalizar a estrutura do Turismo na cidade para a melhor recepção dos visitantes. Quando falamos em profissionalizar a estrutura, estamos querendo dizer que principalmente os residentes das áreas rurais começaram a receber instruções e se adaptar com a atividade; infraestruturas começaram a ser instaladas; divulgações começaram a ser feitas, entre outros aspectos.

A secretaria do Turismo e Meio Ambiente deixou-nos claro que possui um objetivo e um grande desafio. O objetivo é o de fomentar o Turismo na região, sendo um mediador entre o turista e os atrativos, sempre facilitando a sua visita e dando as melhores condições possíveis. O desafio é trazer o turista para dentro da cidade, ou seja, para a área urbana para, dessa forma, o visitante movimentar o comércio, o varejo, os supermercados, a rede hoteleira, aproveitar os espaços internos do município, etc.

O Turismo em Sapopema/PR ocorre principalmente, nas suas áreas rurais, no seu entorno. O interesse do órgão é que esses turistas possam ser atraídos, também, a entrar na cidade. A maioria dos visitantes chega à área rural do município em determinado dia pela manhã, realiza suas atividades durante o dia, e, no final da tarde, retorna para sua cidade de origem. O desafio é fazer com que esses visitantes possam pernoitar em Sapopema/PR, visitando não apenas os espaços rurais, mas também a sede do município.

Nesse viés, constatou-se que a área urbana do município vem crescendo e se estruturando. Nos trabalhos de campo, percebeu-se que a cada ano, novos espaços vão ganhando forma em Sapopema/PR. Exemplo disso é uma grande área de lazer, com lago, espaços para caminhada e academia ao ar livre que foi planejada recentemente. A avenida principal da cidade também foi reformada, com mais sinalizações, asfaltamento e cuidados. Interessante notar que o Turismo não deve ser visto acima das prioridades da população residente, pois a mesma precisa ser bem atendida, para depois, ser hospitaleira e acolher de bom grado o Turismo e seus benefícios. Notou-se que a rede hoteleira ainda conta apenas com 2 hotéis, evidenciando que a procura não é tão intensa como se esperava.

---

<sup>19</sup> É evidente que nos meses da estação de verão (de novembro a março aproximadamente) o número de turistas visitando Sapopema/PR é maior.

Ao ser questionado sobre a infraestrutura para o Turismo, o secretário respondeu que 3 pontos estão sendo trabalhados e melhorados recentemente: a orientação, as estradas e a sinalização. Sobre a orientação, sabe-se que a mesma é essencial para o Turismo Rural, pois por muitas vezes o turista necessita de um mapa ou de um centro de informações para sanar suas dúvidas sobre o acesso ao local, possíveis perigos, tempo de duração, entre outros. A secretaria propriamente dita realiza esse papel hoje em dia. Quanto às estradas e à sinalização, ambas vêm tendo um cuidado especial pela prefeitura, sendo cuidadas e melhoradas de ano após ano. O turista rural depende diretamente de boas vias, de uma estrada minimamente segura e acessível, além de não decorrer do caminho, se deparar com algumas placas sinalizando as direções e as distâncias até os atrativos.

É relevante apontar que não existe um Plano Municipal de Turismo (PMT) em Sapopema/PR. O secretário pontuou que a administração local tem ciência do mesmo, mas que ele é, atualmente, aplicado de forma informal.<sup>20</sup> Basicamente, o PMT é, na esfera municipal, um documento que reúne os principais elementos para o desenvolvimento do Turismo, servindo como ferramenta de controle, mitigação e orientação para as variadas dinâmicas da atividade. Quando o município tem um PMT bem elaborado, organizado e eficiente, os benefícios do Turismo são vistos com maior facilidade. Com as metas e objetivos traçados no PMT, pode-se visualizar no final de determinado período se essas foram cumpridas, se houve prejuízos, se aconteceram erros, entre outros aspectos.

Outro documento de diretrizes importantes, o Plano Diretor, está em processo de elaboração. Os dados oficiais do Turismo Rural, como número de turistas em determinados períodos, quais os atrativos mais visitados e o montante de dinheiro gasto no município, não existem. Tais afirmações confirmam, na prática, a informalidade do segmento Turismo Rural. Um exemplo: ao perguntar para o secretário sobre quais são as cidades de origem dos turistas, ele respondeu, pela sua experiência e anos no cargo, mas sem se pautar em informações oficiais. As cidades que mais vêm trazendo turistas para Sapopema/PR são: Londrina/PR, Maringá/PR, Cianorte/PR, Paranavaí/PR, Curitiba/PR e Presidente Prudente/SP, ou seja, são oriundos de municípios distantes no máximo a 300 km de Sapopema.

Adentrando mais especificamente sobre o Turismo Rural propriamente dito, pôde-se entender que a maioria dos domicílios na área rural são sítios particulares. É claro que alguns estão nas proximidades e no caminho para os atrativos turísticos, e outros não se encontram tão próximos. Outro dado importante relatado pelo secretário é o de que até alguns anos atrás muitos

---

<sup>20</sup> Nota-se que o PMT é essencial para o Turismo, deixando claro as metas, objetivos e direcionamentos que a atividade irá tomar no município em determinada época. O PMT auxilia o caminhar tecnicamente do Turismo, além de deixar claro para a população as medidas da Prefeitura para com o mesmo.

desses domicílios rurais eram moradias temporárias das famílias, pois ainda não havia estrutura e condição de ali habitarem, e que hoje, já são suas residências fixas.

Dentro desse contexto, esses moradores rurais manifestam o pedido de ajuda para a prefeitura referente ao Turismo Rural. Os mesmos externalizam a vontade de receber turistas em suas propriedades. O objetivo é que realmente seja uma renda extra para as famílias.

A Prefeitura auxilia nesse processo principalmente na aplicação da parte técnica, organizando vários cursos para a qualificação do Turismo Rural. Quando visitamos o município, estava sendo realizado um curso de produção de compotas em uma propriedade.

O secretário finalizou a conversa com a expressão de que a prefeitura e a secretaria tendem cada vez mais a ajudar os proprietários rurais a receberem e se adaptarem com o Turismo, mas isso da porta para fora. “Da porta para dentro, é com eles”, de acordo com o entrevistado, evidenciando que esse Turismo Rural é realmente um trabalho extra para as famílias.<sup>21</sup>

Antes de avançarmos para o próximo subitem, onde conversamos com algumas famílias na área rural de Sapopema/PR, é importante listar alguns dos principais atrativos turísticos do município. De acordo com a secretaria, são cerca de 45 os atrativos turísticos de Sapopema/PR, variando entre propriedades rurais, cachoeiras, trilhas e *campings*.

A atração mais famosa é o Pico do Agudo, localizado no distrito do Lambari, no assentamento São Luiz II, na fazenda Inho-ó, a cerca de 30 quilômetros da cidade.

A antiga fazenda Inho-ó era composta por 3 glebas, sendo uma delas atualmente a fazenda Zamarian (Inho-ó III), onde se encontra o conhecido Pico Agudo. Além de ser uma propriedade particular também é uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) nomeada Fazenda Inho-ó. (SITE DA PREFEITURA DE SAPOPEMA, 2022)

A trilha até o topo do monte (de 1.224 metros de altitude) é de aproximadamente 3,5 quilômetros, considerada com uma dificuldade média/alta. O Pico do Agudo é um dos pontos mais altos da região norte do Paraná (figura 23).

O que faz o Pico Agudo (Monte Ybiangi) ser tão espetacular é, sem dúvida, a sua majestosa proeminência, pois se debruça sobre o vale do Rio Tibagi, formando um desfiladeiro entre si e a Serra Grande, separados pelo Rio Tibagi (conhecido no passado como Rio Latibagiba), que é tido como o cânion mais profundo existente em terras paranaenses, chegando a incríveis 700 metros de profundidade. (SITE DA PREFEITURA DE SAPOPEMA, 2022)

Como a propriedade do Pico do Agudo é privada, é cobrada uma taxa dos turistas para subirem o monte. Anteriormente, era permitido acampar no cume, mas atualmente apenas estão autorizadas a trilha e a contemplação da vista. De acordo com o Inventário Turístico de Sapopema

---

<sup>21</sup> Essa fala evidencia também que o secretário de turismo não compreende e confunde o Turismo Rural com o Turismo em Áreas Rurais.

(2018), cerca de 200 pessoas visitam o atrativo por final de semana. O Pico do Agudo é um dos atrativos mais distanciados da cidade. Até chegar ao mesmo, passa-se por diversas outras cachoeiras e locais turísticos, além de várias casas de famílias rurais.



Figura 06 – Pico do Agudo. Fonte: Prefeitura de Sapopema, 2022.

Outro atrativo turístico de renome no município é o Salto das Orquídeas (figura 24). Localizado no bairro Lajeadozinho, cerca de 3,5 quilômetros do centro da cidade, o Salto conta com três quedas d'água, a maior delas com 43 metros de altitude. No local ainda existe área de *camping*, bar e restaurante, espaços para fazer *rapel* e proporciona aos turistas a oportunidade de caminhar na beira do rio. De acordo com o município, cerca de 800 pessoas visitam o Salto das Orquídeas todos os meses.

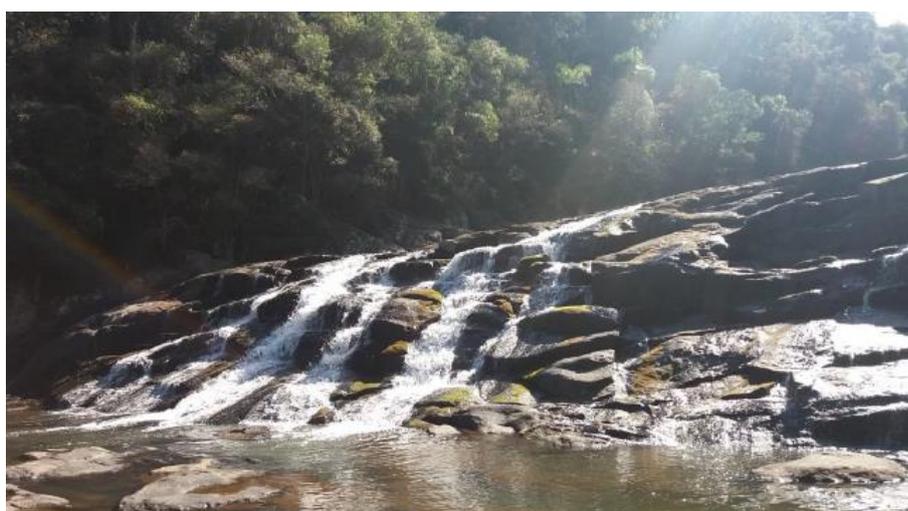


Figura 07 – Salto das Orquídeas. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Um terceiro atrativo turístico que chama a atenção na região é a Fazenda Abaeté. Fundada em 2007, mas apenas em 2014 iniciou suas atividades turísticas como pousada, recebendo casais e jovens para hospedagem. Localizada no distrito Vida Nova, a Fazenda fica a cerca de 12

quilômetros do centro da cidade. Sua estrutura conta com trilha ecológica, pesca esportiva, caminhada e relaxamento/meditação.



Figura 08 – Fazenda Abaeté. Fonte: Prefeitura de Sapopema, 2022.

Sobre as políticas públicas do município para incentivo da atividade turística, podemos constatar que as mesmas estão em uma fase de consolidação. Afirma-se isso pois a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente promove cursos técnicos para os proprietários rurais que desejam desenvolver o Turismo Rural, incentivando e proporcionando estratégias. Pela experiência na região, foram percebidas melhorias acerca da divulgação dos atrativos turísticos, da organização local, a melhoria nas infraestruturas e um melhor atendimento.

Recorda-se que Sapopema/PR participa do Sistema de Inventariação da Oferta Turística (INVTUR), do Ministério de Turismo nacional.

O inventário tem por objetivo registrar, catalogar e formatar um banco de dados impresso e digital com todas as informações referentes ao Sistema turístico, o qual possibilitará a definição de prioridades no planejamento para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. O Projeto Inventário da Oferta Turística (IOT) é uma das ações do Programa de Regionalização do Turismo e propõe uma metodologia única, padronizada, para a inventariação de todos os municípios brasileiros que tenham interesse em desenvolver o turismo. (INVENTARIO TURISTICO DE SAPOPEMA, 2018, p. 14)

Esse projeto é um instrumento essencial para elaborar futuramente o Plano Municipal de Turismo, pois por meio dele, busca-se entender as diversas singularidades do município estudado e a dinâmica do Turismo no local.

#### **4.4 A viabilidade, os impactos e as contradições do Turismo Rural**

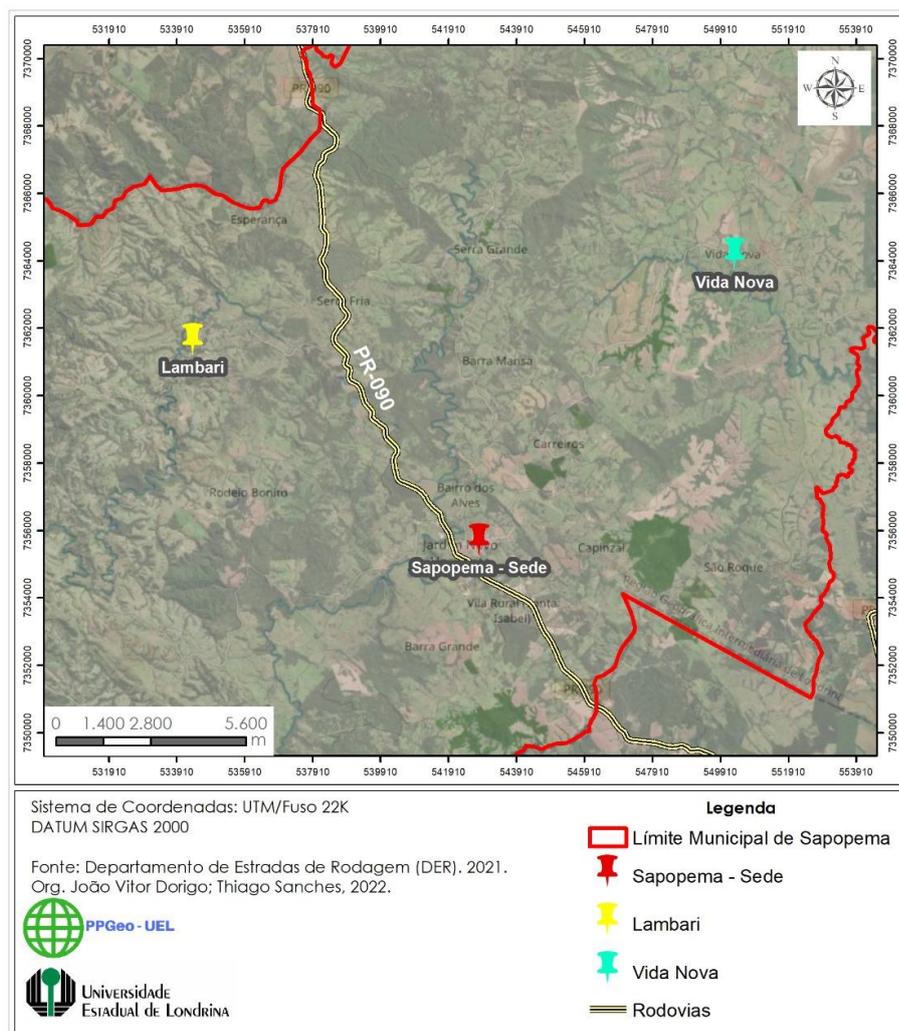
Nesse tópico busca-se analisar as experiências vividas durante as visitas às famílias

camponesas no município de Sapopema/PR durante os anos de 2021 e 2022. Foram intensas conversas, aprendizados obtidos e incontáveis alegrias em minimamente, participar e entender da realidade do Turismo Rural na região por meio dessa pesquisa.

O trabalho de campo foi o local da compreensão de alguns pressupostos teóricos que nos embasamos nos primeiros capítulos, afirmando as ideias dos vários autores que nos ampararam na discussão. Ao mesmo tempo, foi o local de perceber que nem tudo se dá como na teoria. A prática do Turismo Rural também tem seus conflitos e suas adversidades.

Pode-se dizer que alguns objetivos inicialmente traçados foram concluídos com êxito, mas que outros foram se transformando totalmente durante os trabalhos de campo. Nesse sentido, o intuito é explanar ao leitor a visão dos camponeses sobre o Turismo Rural, a sua viabilidade e as suas contradições. Foram visitadas 10 propriedades nas zonas rurais de Sapopema/PR, com o intuito de compreender, pelos olhares de quem realmente vivencia, e é influenciado pela atividade, sobre essa relação campesinato x Turismo. Chegou-se até essas propriedades através, primeiramente, de sugestões da secretária de Turismo e Meio Ambiente do município, e depois pelas próprias indicações dos moradores das determinadas regiões.

Para melhor situar, os camponeses de Sapopema/PR estão localizados e resididos nos distritos do Vida Nova, Lambari e São Luiz. Como se pode visualizar na figura 26 tais distritos encontram-se afastados do centro da cidade, há aproximadamente 15 quilômetros, exigindo um tempo de deslocamento de aproximadamente 25 minutos. Observou-se, dos próprios camponeses, que os mesmos vão à cidade com frequência semanal. Nota-se que os principais atrativos turísticos de Sapopema/PR também se encontram nesses distritos. No centro da cidade, não existem atrativos turísticos. As cachoeiras, trilhas, casas para hospedagem rural e demais atividades estão todas situadas nas regiões visitadas.



Mapa 04 –Distritos rurais de Sapopema/PR.

A primeira visão que se teve do panorama geral do Turismo na localidade foi de uma relativa divisão da atividade. Percebeu-se que na região e nos entornos da estrada principal dos distritos Lambari e São Luiz, o segmento turístico que predomina é o Turismo de Aventura. Já aos entornos da estrada principal do Vida Nova, o segmento do Turismo Rural é mais visto. Ao iniciar a pesquisa, imaginou-se que somente o Turismo Rural predominava na região, porém, com os estudos de cada segmento, com as visitas no município e vivenciando um pouco da realidade do mesmo, notou-se a forte importância também do Turismo de Aventura para Sapopema/PR.

Alguns camponeses explicaram que por conta do Pico do Agudo, do Salto das Orquídeas e das demais cachoeiras estar localizadas nos distritos Lambari e São Luiz, tal região ficou marcada pelo Turismo de Aventura. Na direção oposta, a do distrito Vida Nova, não há tantas cachoeiras ou morros, predominando fazendas, sítios e hospedagens rurais. Importante salientar que os próprios moradores afirmaram não terem uma relação direta com o outro distrito e/ou com a cidade. Por exemplo, os moradores do distrito Vida Nova, ao serem questionados sobre a relação

que possuem com os moradores do Lambari, os mesmos disseram que não possuem diálogos uns com os outros. Uma camponesa lembrou o quanto isso dificulta o avanço do Turismo no município, e deixou claro que por muitas vezes, cada um só pensa na sua propriedade e não no contexto mais amplo.

Aqui se relembra sobre dois pontos da teorização do Turismo neste trabalho. O primeiro, de que essa atividade, quanta mais organizada e planejada for, mais resultados obterá. E essa organização se dá não apenas pela prefeitura, mas pela cooperação das pessoas envolvidas, nesse caso, os camponeses. Todos são agentes de colaboração para o alinhamento da atividade turística, e quanto mais isolados ficarem as pessoas que recebem o Turismo no campo, sem diálogos e trocas de ideias, mais difícil será para o destino turístico crescer. Ainda nesse viés, o segundo ponto é a consideração de que o Turismo por si só é uma atividade inserida nos moldes de produção capitalista, que por muitas vezes visa somente o lucro e o benefício próprio. Hoje, o modo de vida urbano-industrial tem a capacidade de se infiltrar no campo e também no Turismo Rural, ocasionando casos como o citado.<sup>22</sup> O Turismo Rural, que poderia ser uma atividade que auxiliasse em toda a região e olhasse para todos que precisam, acaba sendo deturpado por algumas ações pessoais.

Ainda sobre o panorama geral do campesinato estudado, percebeu-se que a grande maioria das propriedades visitadas eram heranças da própria família, dos seus pais e avós, que foram sendo passadas de geração em geração. Em alguns casos, no mesmo terreno existiam duas casas, uma dos pais e outras dos filhos, que cuidavam com mais afinco da propriedade. Essa informação é extremamente relevante porque conclui-se que o modo de vida camponês vem perdurando.

Em todas as propriedades visitadas foi realizada a seguinte pergunta: “você se considera um camponês?”, “se considera vivendo um modo de vida camponês?”. Todos responderam que sim, que se consideravam como pessoas rurais, com um estilo de vida diferente do urbano, e que não mudariam.

O campesinato do município basicamente conta com produções de café, milho, soja, arroz, mandioca e feijão, além de diversas frutas como banana, mamão e abacaxi. Destaca-se dentre esses, o café. Em diversas partes da estrada principal do distrito Vida Nova, onde predomina o Turismo Rural, encontramos placas informativas com os dizeres: “Rota dos Sabores”. Ao questionar uma proprietária a mesma explicou que é uma rota organizada pelos próprios moradores, cujo objetivo é proporcionar aos visitantes o contato com a produção do café. A moradora não explicitou sobre a comercialização desse café, apenas informou que a Rota é um instrumento de atração de turistas.

---

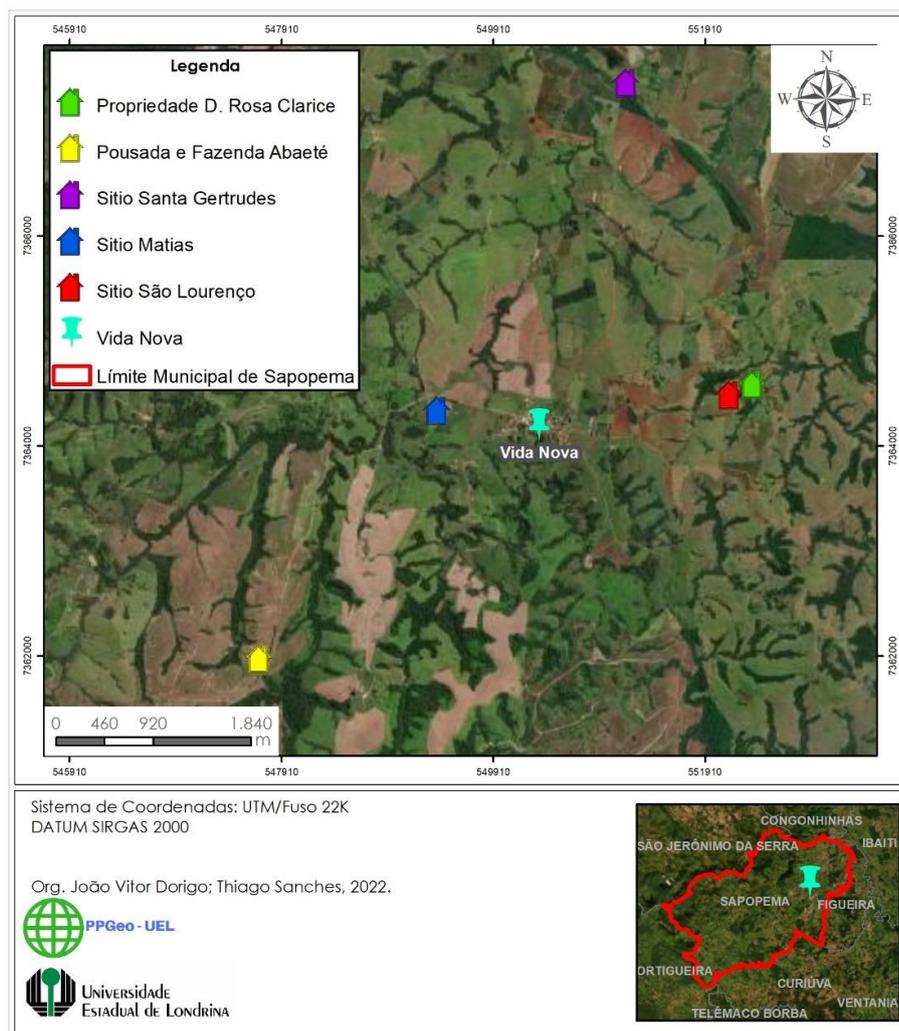
<sup>22</sup> É claro que não generalizamos o Turismo Rural e seu desenvolvimento de base local nesse sentido. Mas com as conversas obtidas sobre o egoísmo e reclusão de diálogo de alguns proprietários da região, relembramos desse fato que a atividade turística hoje em dia é muito vista como uma atividade capitalista, com suas características.

Todos esses produtos são para subsistência dos camponeses; em poucas propriedades verificou-se uma relação de comércio dos produtos ali cultivados para a cidade ou para algum estabelecimento.

Observou-se com a vivência de alguns dias nas áreas camponesas que se envolvem com o Turismo, que o segmento do Turismo Rural está sendo explorado em duas frentes: o lado gastronômico e o lado da hospedagem. Na maioria das casas, o turista tende a ter contato direto com a produção, cultivo, plantio dos produtos, ou seja, vivenciar o cotidiano junto ao camponês, além de ser ofertada uma estadia para passar um final de semana, um pernoite ou um tempo desejado. Sendo assim, o Turismo Rural em Sapopema/PR obedece aos preceitos que estudamos na parte teórica, pois, o mesmo tem como característica principal a integração com a rotina do campo, assim como proporcionar um tempo de lazer e descanso.

Sobre os incentivos e políticas públicas da prefeitura para auxiliar o Turismo Rural, ao serem questionados, os camponeses responderam à questão de uma forma dividida. Alguns dizem que existe certo esforço do poder público em cooperar com o Turismo e fomentar a atividade, outros afirmam que não são nem minimamente ajudados. Dentro da secretaria de Turismo e Meio Ambiente, nos últimos anos aconteceu várias trocas dos secretários e das administrações. Porém, todos os entrevistados constataram que de anos para cá, o Turismo vem evoluindo de uma maneira aceitável, mas que ainda há muito para melhorar.

Separamos algumas propriedades visitadas para um melhor detalhamento, afim de compreender como esse Turismo Rural acontece e se o mesmo possui influências no modo de vida das pessoas da região.



Mapa 05 - Propriedades camponesas visitadas no distrito Vida Nova.

A primeira propriedade visitada foi a da dona Rosa Clarice, que há 51 anos mora no local, com seu filho. Para subsistência, a proprietária planta milho e arroz. Suas idas para o centro da cidade são de 20 em 20 dias. Diferentemente da maioria das outras propriedades que citamos que foram heranças dos pais, a de dona Rosa foi comprada. Outra diferença notável e importante para a discussão é que a mesma não trabalha com o Turismo Rural, e não tem nenhum tipo de relação com o mesmo. A propriedade de dona Rosa fica ao lado, a poucos metros de distância de um sítio que recebe turistas rurais. A principal questão que se levantou foi se ela se considerava uma camponesa, e a mesma, respondeu que sim, que adorava seu estilo de vida. Também se indagou se os turistas que por lá passavam e a atividade ali concretizada chegava a influenciar o seu modo de vida no campo. Rosa afirmou que nota a presença dos turistas em certas épocas do ano, mas que não a atrapalham e nem modificam seu estilo de vida. Notou-se uma indiferença com o segmento, não trazendo nem benefícios e nem prejuízos.

Esta primeira convivência já comprova que muitos dos camponeses que não estão

diretamente ligados com o Turismo Rural, mas que vivem na região onde a atividade acontece, não sentem seus impactos e suas atuações, levando assim a sua vida normalmente.

Outra importante propriedade visitada foi o Sítio São Lourenço (figura 28), administrado pela dona Sirlene. A propriedade encontra-se praticamente ao lado da propriedade anterior, distante cerca de 20 quilômetros da cidade. Recorda-se que essas primeiras propriedades aqui relatadas são as mais distantes, localizadas no limite do distrito Vida Nova. O acesso até lá pode ser considerado como de dificuldade média, onde há partes asfaltadas com paralelepípedos e outras mais precárias. A sinalização é mínima, contendo poucas placas e informações de onde são os sítios e fazendas turísticas da região.

Dona Sirlene começou nos relatando que nasceu e foi criada em Sapopema/PR e que a terra onde vive era da sua família há muito tempo, tanto que seu pai morava no mesmo local. Quando era mais jovem, Sirlene se mudou para Curitiba, onde conheceu seu esposo e morou por vários anos. Há 10 anos voltou para Sapopema/PR e se apaixonou novamente pela vida no campo. Questionamos em qual ambiente ela preferia morar, e a mesma deixou claro que não trocaria por nada a vida de camponesa. Ela afirma que mesmo com o cansaço da labuta no campo e das dificuldades do dia a dia ela tem orgulho de se considerar como uma pessoa com modo de vida camponês.



Figura 09 – Sítio São Lourenço. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Sua produção para subsistência consiste em café, feijão, mandioca, mamão, abacaxi e banana. Conta também com alguns animais como porcos e galinhas. Durante o dia, é a própria proprietária que se encarrega com toda a produção e manutenção do sítio.

Sirlene começou a receber turistas rurais cerca de 5 anos atrás, motivada por outros proprietários da região e também pelo aumento de visitas no município. Observa-se que conforme o destino turístico vai se aprimorando e ganhando forma, os moradores também veem uma oportunidade de crescimento por meio dessa atividade. A proprietária deixou claro que o Turismo é uma fonte de renda secundária para sua família, assim como relatou o gosto e o prazer que tem em receber pessoas de fora, para passarem alguns dias com ela e conviverem em sua propriedade.

Ao lado de sua residência, Sirlene possui uma casa de madeira, com 2 quartos para casal, banheiro, geladeira e televisão, destinada para os turistas rurais. Ela morava nessa casa antigamente, e com o passar dos anos, a reformou e teve a ideia de deixar esse espaço reservado para o Turismo Rural (figura 29). O preço cobrado para os turistas é de R\$ 90,00 a diária. As atividades que a propriedade proporciona são principalmente a caminhada na natureza, contato com os animais, contato com as plantações de café e o convívio no dia a dia camponês.

Sobre a quantidade de turistas que recebe por ano, Sirlene esclareceu que durante os quase dois anos de pandemia, o movimento era muito maior do que o de atualmente. Nota-se que no período pandêmico, a tendência dos turistas foi de procurar locais com menos aglomeração, onde poderiam descansar sem muito contato com outras pessoas ou que dependessem de grandes movimentações. Durante esse ano de 2022, Sirlene diz que nem todo mês conseguiu receber turistas em sua propriedade.



Figura 10 - Espaço destinado ao turista no Sítio São Lourenço. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

O Sítio São Lourenço foi outro que nos afirmou sobre a força do lado gastronômico do Turismo Rural na região. Sirlene e sua propriedade fazem parte da já citada Rota dos Sabores, onde

os turistas têm a oportunidade de conhecer e visitar várias plantações agrícolas, entre elas, principalmente a de café. Outro ponto importante coletado nessa visita foi sobre a Estação Gastronômica da EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), evento organizado pelo estado do Paraná, no qual dá a oportunidade para o povo do campo evidenciar os seus pratos rurais típicos, acontecendo de estação em estação em uma localidade do estado. Sirlene adora cozinhar (sozinha ou junto com os turistas) e por algumas vezes já levou o prêmio de melhor prato da Estação Gastronômica. Suas especialidades são o Lombo Cheio e o Torresmo de bar. Essas oportunidades gastronômicas são essenciais para os proprietários que praticam o Turismo Rural, dando reconhecimento aos mesmos e podendo também ser fonte de renda alternativa. Sirlene nos relatou que todo ano vai até Londrina vender seus pratos na Exposição Agropecuária, uma das maiores do país.



Figura 11 – Prêmio do Sítio São Lourenço na Primavera Gastronômica.  
Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Localizada mais próxima do centro do distrito Vida Nova, visitamos a propriedade da dona Sueli, denominada Sítio Matias. O terreno em que reside é oriundo da sua própria família, passando de geração por geração. Estando em Sapopema/PR há 21 anos, Sueli hoje mora somente com seu esposo. Ambos trabalham para a prefeitura, ela como técnica de enfermagem e ele como condutor de vans ou ônibus escolares. A filha do casal se formou em Psicologia e se mudou para Curitiba.

Questionada sobre seu modo de vida, Sueli afirma que se considera como uma camponesa<sup>23</sup>, e que por algumas vezes, até já chegou a pensar em se mudar para alguma cidade

<sup>23</sup> Aqui, pontua-se que as opiniões dos entrevistados sobre serem ou não camponeses e levarem uma vida camponesa,

mais urbanizada, mas que no fundo, não trocaria a vida boa do campo por outras coisas tão facilmente. Em sua propriedade, as produções encontradas são de milho e soja, ambas para subsistência do casal. Carneiros, porcos, galinhas, vacas e cavalos também são criados pela família.

Sobre o Turismo Rural, Sueli explica que foi convencida a começar a trabalhar com a atividade. Sua ideia inicial nunca foi de receber turistas em sua propriedade, mas por conta da demanda nos últimos anos na região, outros proprietários do distrito se reuniram e convidaram Sueli para ceder os seus espaços para possíveis visitas de turistas, pois os mesmos não estavam cabendo nas outras localidades. Sendo assim, há cerca de 5 anos, Sueli começou a receber turistas em sua casa, além de ter construído uma cabana com cama de casal para esse fim.

Uma narrativa interessante do Turismo Rural no Sítio Matias relatada pela moradora é a de logo no início, em uma das primeiras visitas, Sueli recebeu uma blogueira e influenciadora muito conhecida na Internet. A jovem ficou alguns dias hospedada na propriedade e, de tanto gostar, começou a divulgar em seus *blogs* a localidade e o Turismo Rural. Nota-se aqui os conceitos trabalhados na parte teórica sobre o *marketing*, divulgação e propaganda da atividade turística. Sueli afirma que após essas divulgações, conseguiu receber novos turistas.

A média de visitas do Sítio São Matias é de aproximadamente 50 pessoas por ano. Cobrando uma diária de R\$ 65,00, Sueli oferece alimentações, caminhadas, passeios a cavalo, entre outros. A maioria dos turistas opta por finais de semana e feriados para visitar a propriedade, ficando entre 2 e 3 dias. O Turismo Rural é uma importante fonte de renda da família.



Figura 12 – Sítio Matias. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

---

não quer dizer que científica e teoricamente os mesmos sejam literalmente camponeses. Sabe-se que os camponeses vivem do trabalho na terra, o que assim, nesse caso, já descaracterizaria Sueli e seu marido desse modo de vida. Respeitou-se a opinião dos entrevistados, mas precisa-se pontuar sobre isso.

No mesmo sentido das outras propriedades visitadas, o Sítio Matias também recebeu um número maior de turistas durante os meses da pandemia e, de acordo com a moradora, foi nesse período que o Turismo Rural se fortaleceu na região.

Sobre os incentivos da Prefeitura para com o segmento, Sueli explica que atualmente o município deixa a desejar nesse sentido, não dando muito apoio e nem olhando para o povo que reside nos distritos mais distantes. Mas, mesmo assim, relata que houve uma melhora de alguns anos para cá e que os diversos secretários que passaram pelo cargo chegaram a visitar a sua propriedade para entender a realidade e orientar sobre o Turismo Rural. Nas palavras da entrevistada, “até anos atrás a Prefeitura via o turista como um inimigo”.



Figura 13 – Cavalgada familiar proporcionada pelo Sítio Matias. Fonte: Foto cedida pela moradora, 2022.



Figura 14 – Espaço para *camping* no Sítio São Matias. Fonte: Foto cedida pela moradora, 2022.

A próxima propriedade estudada foi a Fazenda Abaeté, administrada pela Sandra. Essa

Fazenda já foi citada anteriormente, relatada como uns dos atrativos turísticos mais renomados da região. Tivemos a oportunidade de conhecer melhor sua proprietária e compreender muitos aspectos importantes do histórico do Turismo Rural de Sapopema/PR. Tal fato deu-se por Sandra ser uma das pessoas que conversamos durante a pesquisa que mais dominava sobre o tema, sendo uma das referências e pioneiras do segmento na cidade. Sandra faz parte do COMTUR de Sapopema/PR (Conselho Municipal de Turismo) e do Turismo Rural Consciente (rede de apoio para os proprietários de Turismo Rural criado na pandemia a nível nacional, que conta hoje com mais de 100 associados, regimento e vários grupos de trabalhos nas regiões do país).

Após residir e trabalhar em Pernambuco com seu marido, há 9 anos Sandra se muda para Sapopema/PR. Sua propriedade já era da família, onde 30 anos mais antes, seu sogro já fazia esse mesmo deslocamento e começava a história da família na região. A ideia inicial era somente morar em Sapopema/PR e levar uma vida tranquila e serena, sem nenhum plano maior. A questão do Turismo Rural surgiu apenas posteriormente, e com um objetivo totalmente diferente do de hoje: ceder a sua propriedade rural para ser, por alguns finais de semana, uma casa de retiros, encontros religiosos etc.

Depois de algumas primeiras experiências, Sandra inicia o atendimento aos turistas rurais como hoje conhecemos. Para isso, utilizou do tamanho e da estrutura da sua propriedade, que conta com cinco quartos. O que mais atrai turistas até a Fazenda é mesmo a hospedagem. As pessoas que visitam o Pico do Agudo, o Salto das Orquídeas ou outros atrativos, optam por se hospedarem na Fazenda, vivenciando uma estadia diferente de um hotel urbano.

Assim como todas as outras propriedades, do fim da pandemia até os dias de hoje, Sandra praticamente não atendeu mais turistas. Antes disso, a média de visitas era de ao menos uma família por final de semana. Sandra confessou que hoje está bem tranquila quanto a isso; que não está tão preocupada e indo atrás de divulgações intensas para a volta dos turistas rurais. A mesma entende o movimento da atividade turística, onde durante a pandemia, foram procurados com mais intensidade os destinos do campo. O Turismo Rural, divulgado pelas redes sociais e pela própria prefeitura, continua sendo uma fonte alternativa de renda para a família.

O diálogo com Sandra somou também no sentido de compreensão do evoluir do Turismo Rural na região. A proprietária explicou que nos últimos anos, o principal atrativo turístico, Pico do Agudo, começou a trazer centenas e centenas de turistas para o município, mas tudo isso sem uma mínima estrutura. Sapopema/PR então começou a ser conhecida como a “capital da aventura”. Nota-se que nessa época as divulgações eram mínimas, e o controle daquilo que se podia e não se podia fazer era bem menor, dificultando a organização da atividade.

Além disso, Sandra deixa claro que não somente os atrativos mais renomados, mas a

maioria deles não pensava em fortalecer o destino geral em si, mas somente o seu individual, a sua propriedade.

Outra pontuação importante relatada pela entrevistada foi sobre os moradores da vila do distrito Vida Nova, que de acordo com ela, são bem resistentes ao Turismo, não participando de reuniões, não auxiliando com opiniões e sempre se posicionando indiferentemente. Isso evidencia que o Turismo pode ser invisível para alguns, faltando talvez um entendimento das possibilidades do Turismo para o desenvolvimento local.



Figura 15 – Fazenda Abaeté. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Recordando sobre o contexto que os moradores dos distritos rurais de Sapopema/PR não se relacionam de uma maneira adequada e trocam ideias sobre o Turismo Rural, Sandra finalizou sua entrevista explanando sobre o “bairrismo” da região onde os cidadãos e os locais residem carregam consigo uma grande história por detrás da atividade turística. Ou seja, o discurso de que os proprietários que recebem Turismo Rural precisam se unir parece ser muito fácil e viável, mas por trás disso, existe toda uma carga política e histórica. Por isso as dificuldades encontradas.

Percebeu-se, portanto, que assim como todas outras atividades sociais, o Turismo também não é simples de ser elaborado, pensado, planejado e conformado por todos da mesma maneira.

Finalizando a exposição dos diálogos no distrito do Vida Nova, conversamos com a camponesa Eliane, que reside no Sítio Santa Gertrudes. Durante a visita, que ocorreu numa quinta-feira à tarde, a moradora estava em um processo de produção de bolos, pães e bolachas, pois toda sexta-feira o município de Sapopema/PR realiza uma feira para todos os sítiantes levarem seus produtos. Essa feira é realizada próxima à avenida principal da cidade e atrai muitos moradores para comprarem os produtos da zona rural. É uma fonte de renda viável aos camponeses, de acordo com os mesmos.

Eliane relatou certa tristeza em suas falas, pois daqui alguns meses ela e sua família vão precisar se mudar de sua residência, pois a casa é alugada e o proprietário voltará a morar nela. Eliane teme que a vida na cidade não seja a mesma do campo, e expressa o quanto sentirá falta da vida que leva no sítio.



Figura 16 – Sítio Santa Gertrudes. Foto: João Vitor Galante Dorigo, 2022.

Conseguiu-se perceber nas entrelinhas dos diálogos do trabalho de campo, tanto com o secretário de Turismo e Meio Ambiente quanto com os camponeses, um pouco mais sobre os embates e as possibilidades do Turismo Rural nesse recorte espacial. Este Turismo é complexo, dinâmico, envolvente e influencia as relações sociais, espaciais e administrativas. Portanto, a atividade turística pode utilizar-se das territorialidades já existentes dentro do espaço, como por exemplo as crenças, os comportamentos, os valores e os costumes, que devem ser levados sempre em consideração na elaboração de projetos turísticos, no planejamento e no estudo da atividade. O modo de vida camponês e o Turismo estão ligados de forma direta, gerando um amplo campo de discussões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do Turismo, considerado como uma atividade social recorrente dos indivíduos na contemporaneidade, carrega consigo um caráter essencialmente envolvente e apropriador. Nos espaços nos quais o Turismo adentra, pode-se verificar atuações do mesmo na área social, econômica, física e ambiental. A principal característica dessa atividade, de acordo com os estudos aqui contidos, é a de modelar os espaços em que atua. Tal fato pôde ser comprovado em muitas pesquisas teóricas, mas principalmente na pesquisa prática, referente ao recorte espacial do município de Sapopema/PR.

Confirmou-se que o espaço geográfico estudado e as relações ali contidas vêm se alterando, com novos fluxos, novas dinâmicas e novas funcionalidades. O Turismo, mesmo acontecendo nas áreas rurais do município, tem sua notoriedade e importância quando analisamos a escala local.

Sobre as práticas alternativas de Turismo, como o Ecoturismo, o Turismo de base comunitária e principalmente no contexto do trabalho o Turismo em espaços rurais, percebeu-se que em Sapopema/PR os mesmos buscam e possibilitam olhares mais voltados para as comunidades locais, diferindo do tradicional Turismo de Massa.

Há, atualmente, a discussão teórica e acadêmica se existe ou não uma *Geografia do Turismo*. De qualquer forma, é certo que a Geografia, tanto no sentido prático e concreto, considerada como espaço, território, região, lugar ou paisagem, quanto como no sentido teórico, considerada como ciência, também é influenciada pelo Turismo. Por conseguinte, dissertou-se aqui, principalmente, sobre a relação dialética entre a Geografia e o Turismo.

Dessa conjunção, também se firmou e se compreendeu sobre outra relação, a do segmento Turismo Rural com a classe social dos camponeses. E chegou-se à conclusão que a mesma é, mais uma vez, também dialética. Ora o Turismo Rural influencia o modo de vida camponês, ora o modo de vida camponês influencia o Turismo Rural.

Constatou-se que essa relação/influência do Turismo Rural com o campesinato ocorre no contexto de possibilidade de alternativa de renda para as famílias. Na primeira situação, na qual verificou-se o *Turismo em espaço rural*, o sujeito camponês percebe que ao redor e na região da sua propriedade encontram-se alguns atrativos turísticos, como cachoeiras, trilhas e mirantes e inicia o processo de recebimento de turistas em sua propriedade, seja para hospedagem, alimentação, lazer ou demais atividades. Na segunda situação, na qual analisou-se a influência da dinâmica do *Turismo Rural*, o sujeito camponês abre as portas da sua propriedade para receber os turistas com o objetivo de os mesmos participarem ativamente do seu cotidiano, vivenciando as experiências rurais dentro do estabelecimento rural, tendo contato com a produção agropecuária, com os costumes do campo

etc. Em ambas as situações, os camponeses idealizam o Turismo como uma fonte alternativa e secundária de renda familiar.

Afirmou-se na dissertação que os atrativos turísticos estão localizados nas áreas onde também residem as famílias camponesas. Ressalta-se que esse fato foi essencial para o estudo de caso no município de Sapopema/PR. Nos distritos de Vida Nova, São Luiz e Lambari essa distância entre as propriedades e os atrativos turísticos é considerada como pequena, facilitando assim o acesso e a mobilização dos turistas. Isso não quer dizer que uma propriedade que está isolada e longe de um atrativo turístico não possa receber turistas rurais. Acredita-se que o Turismo Rural, diferente do Turismo de Massa, não é tão dependente de grandes atrativos turísticos. Pelo fato de a atração desse segmento ser a ruralidade, os aspectos geomorfológicos e naturais, o turista rural tem uma gama de possibilidades de visitação.

Outra abordagem significativa realizada, e conseqüentemente, aprendizado obtido, foi o dos diferentes vieses que o Turismo pode ter. O viés da *indústria do turismo*, rotulando o mesmo como uma atividade essencialmente capitalista, que por muitas vezes engendra ideias, sentimentos e prazeres, aproveitando-se das necessidades do homem urbano-industrial e vendendo continuamente esse produto turístico, sem muitas preocupações com o social e com o ambiental; e o viés mais alternativo do Turismo, que nas últimas décadas vem se firmando, como um Turismo com base nas comunidades locais, mais preocupado com a sociabilidade, com as relações, com o meio ambiente e com os sujeitos, fugindo da massificação e da ideia de um Turismo pronto e excludente.

Dentro de todo esse contexto, salienta-se também que o Turismo Rural nada mais é do que um transbordamento do urbano no campo. O Turismo, com seu caráter apropriador, enxerga nas áreas rurais mais espaços de apropriação e novas áreas de atuação. Sua essência urbana, com o passar dos anos, transborda-se para o campo. Verifica-se, portanto, que é uma junção de fatores que se encontram e vão gerando debates e embates na dialética entre o Turismo Rural e o campesinato.

O Turismo Rural é oriundo de cunhos de desenvolvimentos de base local, onde o ser humano é mais valorizado, onde se consegue olhar os impactos com uma maior atenção e cuidado, onde os estilos de vida são mais observados. Contudo, conclui-se que o Turismo sempre será Turismo, e que de alguma maneira, tal atividade pode interferir na vida de algumas pessoas, sendo benéficas pra umas e prejudiciais para outras. Os embates do Turismo em áreas rurais são reais e tendem a ser cada vez mais complexos.

No contexto do trabalho, o Turismo adentrando no território onde o modo de vida camponês predomina deu-se como principal embate/discussão. Os camponeses atuam

diretamente com e no Turismo Rural, fazendo do território um campo de relações. Essas relações, como por exemplo o acolhimento do Turismo na propriedade camponesa, é que foram estudados caso a caso na pesquisa.

Finda-se a dissertação explanando sobre a necessidade do crescimento e evolução do Turismo Rural nos mais diversos rincões do Brasil. Acredita-se que esse segmento tem o caráter de, não só mudar alguns pontos de vistas sobre o Turismo excludente e predatório, mas também de auxiliar a classe camponesa, a população do campo e os povos tradicionais. O Turismo Rural, bem aplicado, planejado, cuidado e zelado pelas políticas públicas, população e envolvidos, tem muito a agregar ao cenário turístico e social brasileiro.



BRICALLI, L. C. L. **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2005.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e Excursionismo: o qualificativo rural – Um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CALVENTE, M. C. M. H. O Turismo Rural – Informações e Reflexões sobre as Instituições e a Regulação nas Diversas Escalas. In: **Revista Geografia**, Londrina, v.11, n. 1, p. 81-103, jan./jun. 2002.

CANDIOTTO, L. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Revista de Cultura e Turismo**, ano 07, nº 02 – junho de 2013.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 25-37.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. (Org.) **Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoque regionais**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. Resultados definitivos. **Censo agropecuário de 2017**., Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 24 out. 2022.

CMN – Confederação Nacional dos Municípios. **Cresce no Brasil o Turismo de imersão rural**, 2022. Disponível em <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cresce-no-brasil-o-turismo-de-imersao-rural> Acesso em: 04 nov. 2022

CNN BRASIL. Mais de 60% dos brasileiros dizem preferir viajar dentro do país no pós-pandemia, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mais-de-60-dos-brasileiros-dizem-preferir-viajar-dentro-do-pais-no-pos-pandemia/> Acesso em: 03 nov. 2022.

COELHO, L. B.; DOLCI, T. S.; SOUZA, M.; BAZZOTTI, A. Estrutura agrária paranaense: uma perspectiva histórica e desafios futuros. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.40, n.136, p. 15-30, jan./jun. 2019.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online), v. 1, p. 17-36, 2003.

CRUZ, R. C. **Introdução da Geografia do Turismo**, 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

DAMIANI, A. Turismo e Lazer em Espaços Urbanos. In: RODRIGUES, A. (org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002, p. 46-54.

DESLAURIES, J. P.; KERISIT, M. O Delineamento de Pesquisa Qualitativa. In: POUPART, Jean, et al. Traduzido por NASSER, Ana Cristina. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2008. p. 127-153.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGÊS. Significado de Mundialização. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mundializacao/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGÊS. Significado de Turismo. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/turismo/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

DORIGO, J. V. **Geografia do Turismo em Sapopema/PR**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, 2018.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª Edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008. p. 273-301.

GEIGER, P. P. Turismo e Espacialidade. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 55-61.

GONÇALVES, A. L. C. Turismo Rural: Uma abordagem conceitual. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/568.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GRABOIS, J. **Que urbano é esse?** Características e problemas do habitat no noroeste da Mata de Pernambuco. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 87, p. 175-195, jan./abr., 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, São Paulo. UNIMCAMP, 1999.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 6774-6792.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HESPANHOL, R. A. M.; SOUZA, S. P. Turismo no Espaço Rural: viabilidade para os produtores convencionais e assentados. In: THOMAZ, C. C.; MARIANI, A. P.; MORETTI, E. C. **O Turismo Rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande/MS. Ed. UFMS, 2012.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IDR, Instituto de Desenvolvimento Rural, 2022a. **Roteiros Diversos de Turismo Rural no Paraná**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16ajZRhxV3rHQZLEiwXISVMNZht5hULcC/view>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

IDR, Instituto de Desenvolvimento Rural, 2022b. **Turismo Rural**. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Turismo-Rural> Acesso em 21 de junho de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Município de Sapopema/PR.** 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/sapopema.html> Acesso em 20 de agosto de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos.html?=&t=destaques> Acesso em: 21 jun. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos.html?=&t=destaques> Acesso em: 29 jun. 2022.

INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SAPOPEMA, Prefeitura de Sapopema. 2018.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Nota Técnica IparDES Nº 16. **Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento.** 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Regiões Geográficas do Estado do Paraná,** 2019. Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf) Acesso em: 21 de outubro de 2022.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.** 3. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 62 - 74.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ª ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2009.

LEFEBVRE, H. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. A. M. (Org.). **Sociologia e Sociedade:** leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo Território - Revista de Geografia Agrária,** Uberlândia, v. 1, n. 1, p 17-60, 2006.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre,** São Paulo, jan./jul. 2002, p. 95-112, 2002.

MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª Edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008. p. 49-78.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9ª Ed. 4ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

MARUJO, M. N.; CRAVIDÃO, F. Turismo e Lugares: uma visão geográfica. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Vol. 10, nº 3, 2012. p. 281-288.

MARUJO, M. N.; SANTOS, N. Turismo, Turistas e Paisagem. **Investigaciones Turísticas**, nº 4, julio-diciembre 2012, 35-48.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil**: história e a atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDES, B. C. **A perspectiva sistêmica no estudo do turismo**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 16, e-2615, 2022. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2615>

NABARRO, S. A. **O Campesinato no Capitalismo**: uma análise das contribuições, dos limites e da construção de um entendimento a partir do modo de vida. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2014.

NETTO, A. P.; NECHAR, M. C. Em direção a uma perspectiva crítica em Turismo. **Turismo: perspectiva crítica - textos reunidos** / Alexandre Panosso Netto, Marcelino Castillo Nechar (Editores). Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016, p. 13-23.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 22 mar. 2022.

OMT, World Tourism Barometer. **World Tourism Barometer and Statistical Annex**. Novembro, 2019. Disponível em: [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO\\_World\\_Turism\\_Barometer\\_2019\\_Edition.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO_World_Turism_Barometer_2019_Edition.pdf). Acesso em: 13 set. 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de Turismo Rural**, 2007. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20110114155049.pdf> Acesso em: 04 nov. 2022.

PARANÁ TURISMO. **Turismo Rural no Paraná**. 2022. Disponível em: <https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Pagina/TURISMO-RURAL>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

**PLANO DECENAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA**. 2017. Disponível em:

<[https://www.sapopema.pr.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/plano\\_cultura.pdf](https://www.sapopema.pr.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/plano_cultura.pdf)>

Acesso em 21 jun. 2022.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html> Acesso em: 24 out. 2022.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo, Hucitec, 1999.

POUPART, Jean, et al. Traduzido por NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2008.

PREFEITURA DE SAPOPEMA. **História do Município**. 2022. Disponível em:

<<https://www.sapopema.pr.gov.br/cidade>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo, Desenvolvimento Local**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. 3ª edição. São Paulo/SP: Ed. Hucitec, 2002.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e territorialidades plurais-lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-62.

ROQUE, A. **Turismo Rural: do real ao imaginário**. Projeto de Doutorado. Portugal: Universidade de Aveiro, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. 3ª Reimpressão. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª Ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 31ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, T. B. B. **Turismo e Campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR**. Telma Bittencourt Bassetti Santos; orientador Júlio César Suzuki. São Paulo, 2009.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de Geografia, espaço e território. **Revista GEO UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008, p. 24-42.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. **As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Cadernos de Desarrollo Rural. Bogotá, v. 1, n. 44, p. 11-44, 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, nº 7. Jul/Dez. 2005.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008. p. 23-48.

SILVA, C. H. C. **O Turismo e a Produção do Espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial**. Carlos Henrique Costa da Silva. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

SILVEIRA, M. L. Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 36-45.

SOUZA, M. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, A. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 17-22.

SUZUKI, J. C. Campo e Cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**. Ano 10, n. 10. Jan/Jun, 2007, p. 134-150.

SUZUKI, J. C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, vol. 16, nº 2, 2013. p. 627-640.

TEUBAL, Miguel. O Campesinato Frente à Expansão dos Agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139-190.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio

Nobel / SESC, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: o autor, 1996.